

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE MESTRADO
EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**O TURISMO RURAL COMO ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE RIO
PRETO DA EVA - AM**

ROSÂNGELA DE SOUZA BENTES BEGNINI

**Manaus
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE MESTRADO
EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ROSÂNGELA DE SOUZA BENTES BEGNINI

**O TURISMO RURAL COMO ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE RIO
PRETO DA EVA - AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Desenvolvimento Regional - PRODERE da Universidade Federal do Amazonas - UFAM como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, área de concentração turismo e agricultura familiar.

ORIENTADOR: Profº. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

**Manaus
2010**

*Aos meus pais,
Maria e José Tito (in memoriam),
esposo e filhas, Régis, Luciane,
Ana Clara e Alice,
dedico.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, devo toda a minha gratidão a Deus, força suprema.

Agradeço em especial a minha mãe que sempre torceu por minhas vitórias e meu esposo pela contribuição durante a realização da pesquisa.

Agradeço ao meu orientador Profº. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz pela orientação dada em todos os momentos desde o primeiro contato.

Agradeço ao Profº Carlossandro Carvalho de Albuquerque pela colaboração e incentivo prestado durante esta caminhada.

Agradeço a todas as instituições e seus representantes e gestores pelas informações concedidas em várias fases da pesquisa, as quais foram fundamentais para a realização do trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional pela estrutura e apoio durante o curso de mestrado.

Agradeço aos colegas de turma pelos trabalhos realizados, pelos momentos de descontração e pelas experiências adquiridas que sempre serão lembradas com carinho.

Por fim, agradeço àqueles sem os quais não seria possível a execução desta pesquisa - os agricultores familiares do Município de Rio Preto da Eva-AM - que permitiram que eu adentrasse em seu universo e mostraram suas realidades da forma mais genuína e singela possível.

RESUMO

O turismo rural contempla as particularidades das regiões, como exemplo, o “Caminho do Vinho” em São José dos Pinhais-PR e o “Caminho das Pedras” na Serra Gaúcha, demonstrando as especificidades de cada local. Partindo deste pressuposto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o turismo rural de base familiar no Município de Rio Preto da Eva-AM como estratégia de desenvolvimento local a partir do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PNTRAF. A tentativa se dá para verificar se a estratégia adotada será capaz de contribuir no processo do desenvolvimento local ou rural no Estado do Amazonas com base nos aspectos socioeconômicos e ambientais bem como na sua adequação às particularidades da região Amazônica. Compreendendo que é uma ação inovadora, sendo, portanto, relevante a compreensão dos fatores que envolvem a dinâmica que se estabelece entre o turismo rural e os grupos ou organizações das pequenas propriedades familiares. O turismo rural como incremento no processo de desenvolvimento poderá configurar possibilidades positivas, como a geração de emprego e renda, a valorização da paisagem natural e cultural amazônica por meio do uso dos saberes da população rural, os agricultores familiares.

Palavras chaves: Turismo rural, agricultura familiar, desenvolvimento local, Programa Nacional de Agricultura Familiar - PNTRAF

ABSTRACT

Rural tourism includes the characteristics of the regions, for example, the "Wine Road" in Pinhais-PR and "The Way of Stones" in Sierra Gaúcho, demonstrating the specificity of each site. Under this assumption, this paper aims to analyze the family-based rural tourism in the city of Rio Preto da Eva-AM as a local development strategy from the National Program for Family Agriculture - PNTRAF. The attempt is given to verify that the adopted strategy will be able to contribute to the process of local development or rural in the state of Amazonas based on socioeconomic and environmental aspects as well as their suitability to the particularities of the Amazon region. Understanding that is an innovative action, and is therefore relevant to understanding the factors that involve the dynamics established between tourism and rural groups or organizations of small family farms. The rural tourism as an increase in the development process can set positive possibilities, such as generating employment and income, appreciation of natural and cultural landscape of the Amazon through the use of knowledge of rural people, family farmers.

Keywords: Rural tourism, agriculture, family, local development, the National Family Farm - PNTRAF

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Localização das propriedades pesquisadas na Rodovia AM 010 propensas ao TRAF no Município de Rio Preto da Eva-AM	91
FIGURA 2 – Sítio Flamboiam.....	92
FIGURA 3 – Dona Cataléia na sua plantação de “flores de corte”	94
FIGURA 4 - Sítio Nova Jerusalém.....	96

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Orientações básicas para o turismo rural.....	41
TABELA 2 – Características básicas do turismo rural.....	43
TABELA 3 – Metas do Projeto para o TRAF promovido pela AMAZONASTUR....	64

LISTA DE SIGLAS

AM	Amazonas
AAM	Associação de Municípios
AMAZONASTUR	Empresa Estadual de Turismo do Estado do Amazonas
AFEAM	Agência de Fomento do Estado do Amazonas
CARP	Colônia Agrícola do Rio Preto
DAP	Declaração de Aptidão
DER/AM	Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Amazonas
ECOPARANÁ	Serviço Social Autônomo do Estado do Paraná
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ES	Espírito Santo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas
IIAC	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Mtur	Ministério do Turismo
ONGS	Organizações Não Governamentais
ORNAS	Ocupações Rurais Não Agrícolas
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNTRAF	Programa Nacional de Turismo Rural de Agricultura Familiar
REDE TRAF	Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar
PR	Paraná
RS	Rio Grande do Sul
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SEMAT	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo
SEMCTUR	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
SEPROR	Secretaria Estadual de Produção Rural
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TR	Turismo Rural
TRAF	Turismo Rural de Agricultura Familiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
 1 AGRICULTURA FAMILIAR E O NOVO RURAL BRASILEIRO:	
CONTEXTUALIZANDO O TURISMO RURAL.....	08
1.1 Base histórica da agricultura familiar no Brasil.....	08
1.2. Agricultura Familiar e a Nova Ruralidade.....	15
1.3. O embate sobre o novo rural brasileiro.....	22
1.4 Marco teórico do Turismo Rural: breve relato dos seus precursores.....	32
1.5 Turismo Rural: conceituando o segmento e as suas características.....	36
 2 AMAZÔNIA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E O PROGRAMA	
NACIONAL DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR -	
PNTRAF.....	46
2.1 A Amazônia no cruzamento da abordagem do desenvolvimento local e do Turismo Rural na Agricultura Familiar – TRAF.....	46
2.2 O Programa Nacional de Agricultura Familiar - PNTRAF e suas diretrizes.....	57
2.3 O Projeto do TRAF para o Estado do Amazonas e os órgãos governamentais.....	62
2.4 O papel do Agente Estadual de Turismo: AMAZONASTUR.....	64
2.5 A ação dos parceiros governamentais na articulação da Rede TRAF no Amazonas.....	67
 3 A REDE TRAF E SUA IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIO PRETO	
DA EVA NO AMAZONAS.....	76
3.1 Caracterização do Município.....	76
3.2 A potencialidade turística do município.....	82
3.3 As primeiras ações em prol do TRAF no Município de Rio Preto da Eva-AM.....	84
3.4 As propriedades rurais do Município de Rio Preto da Eva-AM e o Arranjo Produtivo Local apresentado no 3º Salão de Turismo no ano de 2008.....	90
3.5 Os agricultores do Município de Rio Preto da Eva-AM e o Arranjo Produtivo Local formatado em 2008.....	93

3.5.1 Sítio Flamboiam.....	94
3.5.2 Sítio Sonhando Acordado.....	97
3.5.3 Sítio Nova Jerusalém.....	98
3.6 Análise dos procedimentos, potencialidades e limitações.....	102

4 ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO TRAF NO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA-AM COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....

4.1 Os Arranjos Produtivos Locais – APLs como ferramenta e base para o desenvolvimento local.....	109
4.2 Os Arranjos Produtivos Locais: indo além dos conceitos e analisando a experiência do Município de Rio Preto da Eva-AM.....	111

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

REFERÊNCIAS

Apêndice A.....	129
Apêndice B.....	131

INTRODUÇÃO

Por ser uma atividade que explora o legado cultural e geográfico de distintas regiões do mundo e se traduz na comunicação entre pessoas, na diversificação e manifestação de diferentes povos e na valorização do meio ambiente, o turismo tornou-se um componente importante da vida social e econômica da sociedade contemporânea.

Os registros históricos são ricos em testemunhar que o homem sempre viajou. Em princípio essas viagens aconteciam por necessidade ou até mesmo por questões de sobrevivência. Com a revolução industrial e a melhoria dos meios de transportes diminuíram-se as distâncias, o que aumentou o contingente de viajantes e por conta disso, no século XIX surgiu às agências de viagens e os hotéis, entre outros serviços, para dar suporte aos viajantes.

O turismo assim tem marco inicial no século XIX como deslocamento cuja finalidade principal decorre do ócio, descanso, cultura, saúde, negócios ou relações familiares. Estes deslocamentos se distinguem por sua finalidade dos outros tipos de viagens como os motivados por guerras, movimentos migratórios, conquista e comércio. Dessa forma a sua concretização se deu com o advento da Revolução Industrial, visto que os deslocamentos tinham como intuito principal o lazer.

Entretanto, neste período, o turismo era visto como símbolo de status social por ser realizado apenas pela classe mais elitizada, tornando-se um mero desejo na grande maioria das pessoas. Somente no fim do século XIX, com a conquista dos direitos sociais, como o trabalho remunerado e as férias obrigatórias, e conseqüentemente o aumento do tempo livre, a classe média passou a participar das atividades turísticas. E na primeira metade do século XX, esta participação efetivou-se e as viagens, o lazer e o ócio tornaram-se necessidades básicas dos indivíduos, independente de sua classe social e poder aquisitivo.

Em virtude dessas necessidades ao longo da história, o turismo em um contexto macro, transformou-se em um fenômeno complexo por absorver todos os aspectos inerentes a sociedade em geral, como o econômico, social, cultural, político e o mais recente, o ambiental, busca desde então uma interação e integração harmoniosa entre as pessoas e os locais mais distantes do globo.

Percebe-se nesta dimensão a evolução do turismo como fenômeno universal, primeiramente pela importância às economias globais e depois como objeto de estudo no campo das ciências sociais onde passou a ser formulado como um fato social, constituindo-se como uma área específica de pesquisa dentro da sociologia e da antropologia e, mais recentemente como mecanismo de influência na construção de uma consciência ambiental, não só restrita aos recursos naturais, mas com a sustentabilidade das populações residentes. Demonstrando que muito pode contribuir com este processo, ao passo que já concebe o imperativo de uma atividade que não pode ser mais planejada somente nos aspectos socioeconômicos, mas na condição prévia de indutor de um modelo de desenvolvimento mais humano, menos impactante e incluyente.

Nesta condição pode incorporar a inclusão participativa das comunidades locais ou regionais para se atingir um consenso mais eficiente em relação à sustentabilidade dos recursos naturais e das populações residentes, mas isto só será possível através do bom desempenho de políticas públicas e do apoio da iniciativa privada em prol de um modelo de desenvolvimento mais integrador, melhor planejado, ordenado e articulado.

O conceito de planejamento do turismo evoluiu ao longo das décadas e novos aspectos foram absorvidos à sua dinâmica perante a necessidade de se organizar de modo menos restritivo e mais abrangente, fomentando-se estudos de pesquisadores não só da área de turismo, mas de outros campos ligados às ciências já estabelecidas, como, geógrafos, biólogos, sociólogos, filósofos, urbanistas, dentre outros. Tais estudos estabeleceram as bases

de planejamento do turismo de modo a proporcionar seu desenvolvimento de forma menos agressiva, mais permanente e minimizando os impactos indesejados.

Neste contexto, o turismo fez suscitar a atuação da gestão pública na organização e planejamento do setor para as áreas rurais e urbanas. Tornou-se cada vez mais necessário a tomada de posição nos fatores que interferem no seu desenvolvimento. E as políticas públicas hoje já refletem essa visão por meio da definição e elaboração de diretrizes políticas para a adoção de novos paradigmas.

Impulsionado pela conscientização política e ambiental, o turismo vai se moldando a essa conjuntura para explicar a consolidação de novos segmentos turísticos, entre eles, o “turismo rural”, em um novo processo de desenvolvimento produtivo para o meio rural, o qual abre espaço para a valorização do campo e dos agricultores familiares.

Essa modalidade surge renovada por iniciativas públicas e particulares, especificamente no processo produtivo familiar. É o caso do Turismo Rural baseado na agricultura familiar (TRAF).

Diante da expansão da atividade e de sua possível contribuição para com o desenvolvimento rural, o Governo Federal por meio do Ministério do Turismo (MTur) inseriu no Plano Nacional de Turismo 2003-2007, as diretrizes do turismo rural, reconhecendo assim, a importância do segmento para o país.

A necessidade de promover e articular políticas públicas para o meio rural do Brasil, bem como proporcionar novas possibilidades de renda para os agricultores familiares, fez com que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), estabelecesse apoio aos projetos do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF). O Programa, criado em 2003, é desenvolvido pelo MDA em parceria com o MTur - e a Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (REDE TRAF), uma articulação de técnicos, instituições e representações de agricultores familiares.

De acordo com os Ministérios, o programa possui um caráter de integração, que busca a valorização ambiental, as tradições da região e as atividades agropecuárias de comunidades rurais. Por meio deste programa, o governo federal tem a intenção de fortalecer as relações produtivas dentro da agricultura familiar, oferecendo novas oportunidades de mercado ao produtor rural voltado ao turismo.

Com esse esforço, o turismo rural surge como uma das alternativas promissoras a curto e médio prazo para um desenvolvimento local ou rural, dentro das novas relações produtivas no campo, e vem se caracterizando como instrumento de inclusão socioeconômica para as pequenas famílias localizadas na zona rural do país e mais recentemente na Amazônia.

Nesta perspectiva, no Estado do Amazonas, alguns municípios foram selecionados para integrar a rede de cidades que desenvolvem o turismo rural com foco na agricultura familiar. O Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF) tem o apoio de órgãos governamentais como a Empresa Estadual de Turismo do Estado do Amazonas (AMAZONASTUR), o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM) e a Associação Amazonense de Municípios (AAM) para a mobilização das Prefeituras, dentre outros.

Nos municípios participantes do Programa serão identificadas as propriedades com vocação agrícola e com condições para serem abertas à visitação turística. O PNTRAF será implantado em oito municípios amazonenses – Rio Preto da Eva, Iranduba, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Autazes, Careiro, Novo Airão e Manaus. E posteriormente em mais sete – Parintins, Barcelos, Tefé, Silves, Manaquiri, São Sebastião do Uatumã e Maués.

Portanto, esta dissertação é resultado de uma pesquisa que possui como objetivo principal analisar o turismo rural no Município de Rio Preto da Eva-AM como estratégia de desenvolvimento local a partir do processo de implantação do Programa Nacional de Turismo Rural na agricultura Familiar (PNTRAF). Na busca pelo objetivo maior, estabeleceram-se os

seguintes objetivos específicos: averiguar o processo de implantação do PNTRAF no Município de Rio Preto da Eva-AM; conhecer as propriedades rurais com atividades produtivas típicas de agricultura familiar propensas a desenvolver o turismo rural de base familiar; verificar o processo organizacional adotado pelas comunidades e a sua inserção no turismo rural de base familiar; ressaltar os benefícios socioeconômicos do turismo rural de base familiar nas comunidades do município e sua contribuição para o desenvolvimento local.

Aplicou-se o método de procedimento, o Estudo de Caso. Este método abrange o conjunto de atividades de um grupo social particular, que consiste em respeitar a “totalidade solidária” dos grupos, ao estudar a vida do grupo em sua unidade concreta.

A partir do método escolhido foram analisados os aspectos socioeconômicos do turismo rural no Município de Rio Preto da Eva - AM, tendo como delimitação geográfica as propriedades rurais propensas a desenvolver o PNTRAF.

A análise socioeconômica foi consolidada por meio de um perfil atualizado da realidade das propriedades rurais em estudo, levando em consideração os meios de produção existente e as ações do processo de implantação do programa. Desse modo foi possível visualizar as condições sociais determinadas e a percepção das principais tendências do uso dessas propriedades para a prática do turismo rural, suas formas de produção e os modos de vida a elas associados. São essas relações sociais de produção que se manifestam integralmente no uso e ocupação do espaço rural, acarretando consequências de natureza social, econômica e ambiental.

A estratégia metodológica utilizada no alcance dos objetivos estabelecidos consistiu na seguinte estrutura dividida em duas etapas.

A primeira, e que se estendeu no decorrer do trabalho foi a pesquisa documental e bibliográfica. Nesta etapa, por meio de documentos oficiais das instituições governamentais referentes ao PNTRAF procurou-se compreender as ações que estão sendo realizado no

Estado do Amazonas, tendo a pesquisa bibliográfica como alicerce teórico aos temas abordados ao longo de todo o trabalho.

A segunda parte consistiu na pesquisa de campo junto aos agricultores familiares para verificar a realidade vivenciada por estes atores e conceder uma análise de maneira mais consistente às mudanças e os resultados decorrentes das primeiras ações em prol do TRAF. Na coleta de dados foi aplicado o formulário socioeconômico a três famílias que comporam a Rota do TRAF apresentada como um Arranjo Produtivo Local em 2008 no 3º Salão de Turismo na cidade de São Paulo. A análise desses dados pôde revelar informações que complementam as observações realizadas durante a pesquisa e, que poderão indicar novas questões para investigação.

Utilizou-se a técnica de observação direta intensiva por meio de entrevista semi-estruturada aos representantes das instituições parceiras para o desenvolvimento do PNTRAF, procurando captar os fenômenos tal como eles ocorrem espontaneamente tanto dentro das instituições quanto no interior das propriedades ou famílias rurais do Município de Rio Preto da Eva-AM.

Conforme a técnica adotada, as informações e os dados foram obtidos tanto por fontes secundárias como por meio de fontes primárias. Para obtenção das primeiras, foram aproveitados os dados oficiais de instituições públicas. Por sua vez, as fontes primárias foram geradas a partir da pesquisa que permitiu a observação e coleta de dados passíveis de tratamento qualitativo e quantitativo.

O roteiro estruturado foi de acordo com os temas de interesse, sendo assim, a dissertação está dividida em quatro capítulos: o primeiro, “A agricultura familiar e o novo rural brasileiro: contextualizando o turismo rural”, tem por finalidade mostrar as transformações por qual passa a agricultura familiar no espaço rural brasileiro, a abordagem

se dá no esforço de compreender o universo da área rural em uma nova perspectiva por meio das atividades não agrícolas como o turismo.

O segundo, “Amazônia, desenvolvimento local e o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar – PNTRAF” procura contextualizar a posição da Amazônia no processo de desenvolvimento, atrelando-a conjuntura das políticas públicas traçada ao longo das décadas e a destinada ao turismo rural na atualidade.

Já o terceiro, “A Rede TRAF e sua implantação no Município de Rio Preto no Amazonas” mostra as primeiras ações para viabilizar o turismo rural de base familiar no Estado do Amazonas. Busca-se evidenciar a repercussão dessas ações na vida dos agricultores familiares a partir dos relatos coletados e na sua motivação ao turismo rural bem como a identificação das atividades produtivas e sua articulação à atividade turística.

O quarto e último, “Análise da experiência do TRAF no Município de Rio Preto da Eva-AM como estratégia de desenvolvimento local” traz os resultados e discussão da pesquisa, por meio da análise do arranjo produtivo local apresentado no 3º Salão de Turismo em 2008.

Ao término do trabalho, são realizadas considerações gerais sobre a pesquisa, demonstradas por meio das realidades que emergiram no contexto do arranjo produtivo local formatado e na vida dos agricultores familiares para se promover o TRAF.

1 AGRICULTURA FAMILIAR E O NOVO RURAL BRASILEIRO: CONTEXTUALIZANDO O TURISMO RURAL

1.1 Base histórica da agricultura familiar no Brasil

No esforço de compreender o universo da área rural em uma nova perspectiva por meio do turismo, é importante ressaltar as transformações que ocorreram na agricultura camponesa a partir de seu processo histórico, para se conceber melhor a sua posição dentro da atual conjuntura e do sentido da expressão “nova ruralidade”. A inserção dos agricultores familiares no segmento turístico conduz a esta reflexão, mesmo que de forma breve.

Para isto, ressalta-se a síntese de Fernandes (2005), que com propriedade sintetizou como se deu historicamente a relação entre a produção capitalista e a produção camponesa, hoje conhecida como agricultura familiar.

De acordo com Fernandes (2005), a colonização portuguesa no Brasil se deu dentro dos princípios mercantilistas, com o desenvolvimento de uma agricultura comercial de exportação. A produção de açúcar para o mercado europeu em expansão no século XVI estabeleceu e orientou a forma de desenvolvimento econômico no Brasil. A força de trabalho da agricultura foi fornecida por grandes contingentes de escravos vindos da África e, mais tarde, por homens livres vinculados à grande lavoura. Além disso, numerosos pequenos estabelecimentos se desenvolveram em apoio aos empreendimentos comerciais maiores, orientados para a exportação.

O objetivo dos pequenos estabelecimentos era prover um crescente sistema de comercialização interna, com alimentos e outros produtos básicos de grande necessidade. Assim, ao lado do sistema brasileiro de exportação, desenvolveu-se um setor camponês que compreendia pequenos proprietários que atuavam tanto como produtor de mercadorias e como força de trabalho para o sistema agrário de exportação.

Esta produção de mercadorias destinada ao mercado externo, e de alimentos para o mercado interno, marcou a emergência de um campesinato no Brasil. Embora ofuscado pelo setor dominante da economia rural de exportação, a produção camponesa de alimentos destinada ao mercado interno, sempre foi uma atividade comercial importante para a sociedade brasileira.

Um dos pontos importantes no sistema socioeconômico colonial complexo era que a economia colonial, baseada nas sesmarias, não estava primordialmente centrada na exploração do açúcar, mas sim, na geração de renda para a Coroa Portuguesa, qualquer que fosse a fonte.

Embora a fazenda monocultora tenha exercido uma hegemonia econômica, política e social, desde o princípio da colonização, a economia brasileira de exportação esteve entrecortada por uma economia doméstica consideravelmente articulada e de grande importância.

Essa economia ganhou forças quando, por volta do século XVIII, o sistema de posse de terra sofre adaptação. Propriedades menores que se chamavam “data de terra”, começaram a ser distribuídas, inicialmente a colonos vindos dos Açores com o objetivo de praticar a agricultura diversificada baseada no trabalho familiar. Estas “datas de terra” eram estimuladas com o intento de solucionar o problema de suprimento interno de alimentos num sistema agroexportador.

Também devido às dificuldades financeiras em muitos casos dos sesmeiros, houve o parcelamento de antigas sesmarias através da venda de terras a proprietários menores, em que várias delas eram subdivididas em pequenas fazendas individuais, favorecendo o desenvolvimento de uma classe camponesa no Brasil colonial. O camponês era um produtor pequeno e independente, com um papel importante na economia açucareira. Ele era, às vezes,

cultivador de cana-de-açúcar na própria terra e a vendia aos engenhos, ou apenas fornecedor de alimentos e reserva de mão de obra para a indústria açucareira.

Em 1822, acontece a abolição do sistema de concessão de sesmarias para preparar outro sistema legal de posse da terra. Esse período 1822-1850 é conhecido como período de transição das sesmarias para as fazendas. Nesse período, houve um avanço da pequena propriedade tipo camponesa, beneficiada pela falta de leis que legalizasse a posse da terra.

Em 1850 foi criada a Lei 601 que ficou conhecida como a “Lei da Terra”. Essa lei estabelecia que a terra pudesse ser ocupada unicamente por meio de compra. As sesmarias foram confirmadas e transformadas em concessões legais e as pequenas propriedades tipicamente camponesas teriam que ser pagas para que pudessem ser legalizadas, dificultando assim, a expansão da propriedade camponesa.

Após 1888, a produção camponesa ganha um novo impulso, com o fortalecimento de alguns centros urbanos que antes eram puramente administrativos (cidades sem vida própria), com a consolidação de um segmento formado por pequenas fábricas de chapéus, de louças, de fiação, tecelagens, etc. A produção camponesa ganha importância como fornecedora de alimentos para esses centros urbanos crescentes e de matérias-primas para as indústrias nascentes (como algodão, tabaco etc), uma vez que, na grande propriedade, sua produção estava destinada à exportação como, por exemplo, a do café.

Nas primeiras décadas de século XX, a economia agroexportadora passa por uma crise profunda e o período em que se estende após 1930, marca uma nova fase de transição da economia brasileira. Nesse período, o setor industrial vai se consolidando paulatinamente. Ocorre, então, uma transição da economia agroexportadora para a economia urbano-industrial.

Com a preocupação em suprir de alimentos os centros urbanos, nesse período, desenvolve-se uma política de colonização orientada para ocupação de terras públicas

(devolutas). Essa política de colonização foi responsável por um crescente número de pequenas propriedades minifundiárias ou de produção de tipo camponesa, principalmente no centro sul do país.

Desde os primórdios da colonização, o campesinato brasileiro tem sido de uma importância incalculável, com uma economia baseada no consumo doméstico, mas que destina os seus excedentes para a venda no mercado interno, pois era estimulado pela falta de alimentos numa economia voltada para a exportação. O campesinato brasileiro foi a base do desenvolvimento de uma economia interna no Brasil, por isso, a sua importância e a tentativa crescente de sua subordinação à produção capitalista de mercado.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro ocorreu simultânea e conseqüentemente com o surgimento de diversas formas de relações de produção não-capitalista. Já no início do século XX, o modo de produção capitalista era predominante no Brasil. Ele se concentrava em algumas regiões do país e tinha pouca inserção em outras regiões. Entretanto, mesmo em regiões onde não havia nenhuma inserção, ele subordinava todas as relações de produção não-capitalista. Essa subordinação era realizada através da intervenção do Estado e das relações mercantis existentes.

Mas o desenvolvimento das relações capitalistas no campo tem estreita relação com a agroindústria. As transformações que ocorreram e estão ocorrendo na economia rural brasileira podem ser entendidas a partir da “subordinação” crescente das atividades agropastoril às exigências da reprodução e acumulação de capital na economia.

A expansão do capital produtivo no campo tende à especialização do pequeno produtor baseada na policultura alimentar, intensificando a dependência ao mercado. O pequeno produtor, que antes era auto-suficiente, que produzia para o consumo interno, insere-se na divisão social do trabalho como produtor de mercadorias (produtos *in natura*), como

matéria-prima para as indústrias e adquirindo no mercado os bens necessários à sua família, que antes eram produzidos por ele.

Há uma preocupação da agroindústria em especializar o pequeno produtor na produção de uma determinada matéria-prima, necessária ao seu funcionamento, e garantir a sua expansão no mercado. Para isso, a agroindústria procura subordinar o pequeno produtor. Essa subordinação dá-se através do fornecimento de insumos e assistência técnica, criando a dependência financeira do pequeno produtor e forçando a adoção de um padrão técnico de produção mais apropriada ao processo produtivo industrial.

Mesmo tendo estimulada a especialização de sua produção, o pequeno produtor não se sujeita totalmente à produção monocultora, ele tem como objetivo primeiro a subsistência e, secundariamente, a troca do produto que se excedem às suas necessidades básicas, tratando de economia de excedente.

O pequeno produtor de produção, tipo camponesa, tem operado historicamente dentro de um sistema capitalista em expansão onde tudo tem um mercado: tanto a terra e o trabalho, quanto o produto. Mesmo assim, ele tem sido um produtor em pequena escala que supre com gêneros alimentícios e trabalho o setor dominante da economia orientada para o mercado.

A partir do processo histórico exposto, se observa a colocação da expressão “produção camponesa”, utilizada por Fernandes (2005) e, não necessariamente “agricultura familiar”, isto se faz relevante para a pesquisa devido à oposição teórica metodológica existente, sendo importante a sua abordagem dentro de um contexto histórico, a partir do pensamento geográfico.

Paulino (2006) em sua reflexão acerca das questões conceituais que envolvem o camponisato brasileiro aponta de forma geral, como a geografia agrária se situa neste contexto. A autora parte dos pressupostos filosóficos que norteiam esse campo do

conhecimento e revê os fundamentos próprios do conhecimento geográfico e dos embates existentes nessa ciência.

[...] o embate supostamente fundamental da ciência geográfica nascente, qual seja, os pressupostos deterministas, de um lado, e os possibilistas, de outro, reforçou a idéia de que essa ciência se constituiu, exclusivamente, sob o signo do positivismo, como se estivesse circunscrita às evidências empírico-descritivas da paisagem. Entretanto, essa idéia revela-se mais uma simplificação que, entre tantas outras, visa ocultar a pluralidade filosófica existente no interior do processo de constituição do pensamento geográfico. (PAULINO, 2006, p. 59)

A autora encontra respaldo nos estudos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira no que se refere ao gênese da geografia moderna (século XIX), em que se destaca um importante debate no interior das ciências humanas, entre materialismo e idealismo. Este debate provocou na geografia, uma fissura teórico-metodológica, face à incorporação de fundamentos filosóficos opostos ao positivismo, como o historicismo e a dialética.

Segundo a estudiosa, houve um ocultamento dessas diferenças estruturais nos alicerces da ciência geográfica neste período, o que dificultou a propagação dos fundamentos filosóficos do materialismo e da dialética.

Isso de certo modo revela a falácia do ideário da liberdade, igualdade e fraternidade empunhado pela burguesia, desde o princípio ocupado em implantar o consenso, inclusive dentro da ciência. Essa é a razão pela qual os estudiosos de orientação materialista e suas respectivas obras foram ignorados, dificultando a consolidação dessa matriz filosófica. Assim, não é por acaso que a produção geográfica está impregnada das premissas do positivismo [...]. (PAULINO, 2006, p.59)

Paulino (2006) ressalta que a geografia, até então, estava assentada em bases positivistas e enfatiza que essa ciência, no século XX, em especial a geografia brasileira, ainda não se libertou desse legado, ao passo que a posição do Brasil no contexto do desenvolvimento capitalista gerou um campo fértil para o conhecimento utilitário, sendo o planejamento um instrumento privilegiado de apropriação dos recursos e gestão do território.

A pesquisadora, conforme destaque acima, afirma que nesta perspectiva, se formatou a corrente denominada “nova geografia”, em contraposição à “geografia tradicional”, esta última embasada no empirismo e na descrição da paisagem, e a primeira, por sua vez, vinculada ao neopositivismo, por privilegiar uma abordagem lógico-quantitativa dos fenômenos geográficos. Esta corrente encontrou terreno fértil não só em algumas universidades públicas como também nos órgãos de fomento a pesquisa, Paulino destaca que:

Seus representantes puderam interferir nos rumos da produção geográfica brasileira, ao direcionar parte dos recursos aos projetos afinados a tais pressupostos. Do ponto de vista da geografia agrária, essa vertente manifesta-se em trabalhos marcados por uma abordagem preocupada com a aplicabilidade de sistemas e modelos matemático-estatísticos, que não comportam as relações envolvidas nos processos produtivos. (PAULINO, 2006, p.61)

Dessa forma, na concepção de Paulino (2006), toma forma outro corpo teórico, uma produção intelectual que diverge do plano de acumulação capitalista, chegando ao ponto de gerar profundos embates teóricos, dando origem ao desafio e a construção de uma geografia agrária brasileira. Desse modo, os seus precursores dão uma nova fase à geografia agrária derivada dos fundamentos filosóficos do materialismo dialético.

A autora destaca importantes obras, como a de Ariovaldo Umbelino de Oliveira cujo trabalho inaugura dentro da geografia agrária a incorporação dos conceitos básicos dessa matriz filosófica, que concebe que, no campo, o desenvolvimento contraditório do capitalismo se manifesta na territorialização do capital, de um lado, e na monopolização do território pelo capital, de outro.

Essa vertente teórico-metodológica se contrapõe ao paradigma da modernização do campo e, de acordo com Paulino, renascida sob as bases filosóficas da geografia quantitativa, privilegiará as condicionantes técnicas da produção agrícola.

É nesta concepção que Paulino (2006), em sua análise, distingue a terminologia “agricultura familiar” de “agricultura camponesa”. Para ela, a utilização do termo “agricultura

familiar” em substituição ao conceito de camponês implica no entendimento de que o progresso técnico é o fundamento dos processos em curso no campo. É por isso que o mesmo resiste ao conteúdo de classe. Em síntese, se estende além de um princípio básico do positivismo, o conservadorismo. E esclarece seu entendimento:

[...] isso revela uma rejeição a Marx, que identificou na tríade, capitalistas, proletários e proletários de terra, os fundamentos para o entendimento das relações de produção dentro do capitalismo. Excluindo-se a classe, diluem-se os sujeitos e nega-se a contradição que, a rigor, torna os homens e mulheres instrumentos passivos do capital, essa abstração que encobre as relações sociais subjacentes e, por conseguinte, os projetos políticos que privilegiam uns e excluem outros. [...] recorre-se ao conceito de camponês para analisarmos essa classe *sui generis* que, contraditoriamente, se reproduz no campo. Como um elemento de dentro do capitalismo, esses sujeitos seguem, incorporando técnicas, produzindo mercadorias sem, contudo, tornarem-se capitalistas face ao controle dos meios de produção; sem tornarem-se proletários, ainda que o trabalho familiar seja o fundamento de sua reprodução. (PAULINO, 2006, p.64)

Essa conceituação de Paulino é importante do ponto de vista teórico e conceitual, devido o tema central da pesquisa - o turismo rural de base familiar - que incorpora a produção familiar de comunidades e propriedades rurais. Ter a noção das diferentes conceituações e posicionamentos dos estudiosos neste sentido se faz fundamental para dar suporte ao referencial teórico da pesquisa.

Ao longo do trabalho se utilizará a expressão “agricultura familiar”, pelo fato da análise ser uma política pública que já traz em si tal terminologia, sendo, portanto, consenso no meio político, a absorção dessa expressão. Mas, no campo das teorias, conforme visto anteriormente, não é comumente aceito e ressalta os posicionamentos e contraposições quanto ao novo rural, conforme veremos a seguir.

1.2. Agricultura Familiar e a Nova Ruralidade

Analisando-se, historicamente, o processo de evolução na produção familiar, verifica-se que esta sempre foi motivo de observações e implicações no contexto do campo brasileiro.

O enfrentamento das transformações políticas e socioeconômicas através da história demonstra a sua força.

Nos últimos anos, em resposta às reivindicações por um novo padrão de desenvolvimento para o meio rural, decorrente dos malefícios da sociedade, como a fome, a pobreza, a insustentabilidade ambiental e a iniquidade social, fez com que a “agricultura familiar” fosse reconhecida como um dos mecanismos concretos para se construir outro tipo de desenvolvimento rural pautado na justiça socioeconômica, na sustentabilidade e, portanto, menos desigual.

Essa atual conjuntura deu um enfoque diferenciado para o meio rural, sob a denominação “nova ruralidade”. Tal expressão se deve ao fato de romper com o antigo padrão de desenvolvimento, por incorporar outros tipos de capitais, como o humano e o natural.

Neste sentido, Perico e Ribero (2005) definem o que seria a nova ruralidade para o meio rural na sociedade como um todo.

A nova ruralidade é uma proposta que visa ao desenvolvimento rural sob perspectiva diferente das que predominam nas estratégias da política dominante nos governos e organismos internacionais. Pretende-se avançar na integração dos desenvolvimentos conceituais e políticos das últimas décadas e em sua possibilidade de instrumentação, como ferramentas que potencializem a gestão de instituições e governos e permita novos debates da inclusão diante da exclusão, da equidade diante das desigualdades sociais, étnicas e de gênero e da valorização dos espaços rurais como continuidade do urbano. (PERICO e RIBERO, 2005, p.15)

Genericamente, Perico e Ribero (2005) relatam que frente aos desafios das desigualdades sociais como as que sucederam na América Latina, bem como a falta de reconhecimento e o desrespeito por suas culturas e formas de vida produtiva são alguns dos desafios para um desenvolvimento rural adequado. E que estes motivaram os governos e as agências internacionais a pensarem e a proporem nova visão do desenvolvimento rural, montando estratégias, instrumentos e propostas de ação.

Essa é a essência da nova ruralidade, que está centrada, segundo eles, como proposta integral, dividida em três grandes fundamentos: de diferenciação, de complemento e de uma reforma profunda das políticas predominantes na atualidade.

O primeiro refere-se a uma redefinição do âmbito de ação da política rural; o segundo, à necessidade de revisar a fundo a economia rural; e o terceiro está centrado na necessidade de propor nova institucionalidade rural. Em uma época caracterizada por mudanças, é fundamental destacar as diferenças centrais das estratégias aplicadas anteriormente com as da atualidade. Na dinâmica da revalorização do espaço rural, os autores preconizam que:

O território emerge como categoria privilegiada para sintetizar, em conjunto coerente de interpretações e gestão, muito dos elementos que constituem as novas estratégias de desenvolvimento rural. O reconhecimento da integralidade do desenvolvimento, da importância das instituições e do patrimônio cultural, político e histórico das sociedades encontram nos territórios fundamento para construir nova forma de aproximação do desenvolvimento rural. (PERICO e RIBERO, 2005, p. 25)

Percebe-se, deste modo, nestas estratégias de desenvolvimento, que os territórios rurais configuram-se como *locus* para as fundamentações na construção da nova forma de desenvolver, por reivindicar e exigir, como descrevem Perico e Ribero (2005) uma organização territorial, essência da proposta de visão renovada da ruralidade.

A Nova ruralidade parte da redefinição do rural e convida a reconsiderar a visão de que o rural é população dispersa centrada no setor agropecuário, para passar à reconstrução do objeto de trabalho e de política, ao definir o âmbito rural como território construído a partir do uso e da apropriação dos recursos naturais, de onde são gerados processos produtivos, culturais, sociais e políticos. Esses processos são gerados por efeito da localização e apropriação territorial, depreendendo-se daí que os recursos naturais são fatores de produção localizados. Dessa forma, o rural incorpora áreas dispersas e concentrações urbanas que se explicam por sua relação com os recursos naturais, compreende ampla diversidade de setores econômicos interdependentes, envolve dimensões econômicas e não econômicas, estabelece relações funcionais de integração como o urbano e fundamenta-se em visão territorial. (PERICO e RIBERO, 2005, p. 19)

A noção da nova ruralidade para o campo ocasionou no Brasil muitos estudos e, conseqüentemente, literaturas que exerceram impactos e controvérsias. Essas literaturas

ascenderam muitos argumentos a respeito do novo rural, criando dilemas e polêmicas sobre o tema, proporcionando certo embate entre os pesquisadores de diversas áreas, evidenciando respectivamente, as divergências entre as correntes de pensamento, despertando também interesses políticos, sobre a questão do chamado novo rural brasileiro.

O embate se deve a respeito da interpretação confusa na utilização de alguns instrumentos de análise. Como exemplo, tomar como base ou fundamentação os processos históricos de desenvolvimento rural de outros países; outro instrumento comumente utilizado são os modelos matemático-estatísticos, que são referências para interpretar e provar a realidade. Essas duas formas de análise muito utilizadas pelos estudiosos demonstram, não poucas vezes, as contraposições existentes entre a cidade e o campo ou o rural e o urbano.

Talvez isto se deva a complexidade dos aspectos que envolvem a agricultura moderna no rural brasileiro. Neste sentido, de forma sucinta, destacam-se a percepção de alguns autores sobre a temática, e os fatores que influenciaram ou determinam os caminhos do meio rural no Brasil.

O debate sobre a questão agrária no Brasil destaca a agricultura familiar como o grande pivô do caracterizado “novo mundo rural”. Estudos e pesquisas evidenciam a sua importância dentro do contexto atual motivando, dentre outros, a questão ambiental e sua contribuição socioeconômica no processo do desenvolvimento rural.

Em uma contextualização sobre a posição da agricultura familiar na contemporaneidade, Sachs (2001) a define como:

Os agricultores familiares afiguram-se como protagonistas importantes da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiães da paisagem e conservadores da biodiversidade. A agricultura familiar constitui assim a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais (geração de autoemprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais. [...] (SACHS, 2001, p.78)

Contudo, a produção camponesa, hoje denominada agricultura familiar (não considerando as contradições existentes), nem sempre foi vista sob esta perspectiva, sendo muitas vezes, motivo de discussões no meio político e econômico, colocando em dúvida, sua viabilidade, participação e contribuição no processo do desenvolvimento no espaço rural, principalmente na esfera política, ficando por diversas vezes à margem dos investimentos e das políticas públicas.

Conforme visto anteriormente nas bases históricas da agricultura camponesa no Brasil verifica-se a realidade de um setor fortemente desigual e a existência de um distanciamento que separa as realidades entre a produção familiar e a agricultura patronal. Em função dessa realidade é que se busca uma reflexão de análise na projeção da agricultura camponesa no Brasil e sua integração na atividade turística, na possibilidade de contribuir com o desenvolvimento local do meio rural.

Historicamente, se observa que o campo brasileiro tem características particulares em relação aos demais países, resultado do enfrentamento de situações próprias da história social do país, que servem hoje como fundamento para as análises atuais e ver como as mudanças na agricultura brasileira foram influenciadas pelos países capitalistas desenvolvidos em contraposição à sua realidade. Influências estritamente capitalistas que ocasionaram um êxodo rural mais desequilibrado do que em outros países.

Nesta concepção, Buainain et al. (2003), argumentam sobre as especificidades que distinguem a realidade do rural brasileiro dos países capitalistas desenvolvidos como, por exemplo, os EUA, que descende de um processo histórico bem distinto de desenvolvimento rural do que se desenvolveu no Brasil.

Os autores consideram que a desocupação do meio rural nos EUA se deu de forma relativamente equilibrada à medida que foi impulsionada principalmente pela expansão das oportunidades de emprego urbano-industrial e não pela repulsão da falta de alternativas de

sobrevivência mínima condigna no campo.

Desocupação essa, totalmente distinta da realidade brasileira, face às desigualdades marcadas pela história. Os conflitos desde então existentes, agravados pela carência de investimentos nos aspectos tecnológicos, econômicos e sociais, por um longo tempo caracterizaram o atraso no desenvolvimento da área rural no Brasil, e conseqüentemente desencadearam problemas e desafios, principalmente, para os que habitam e constroem as relações de produção no campo, em especial, os produtores familiares.

Certamente, não se pode negar a condição e a diferença destes processos se comparado com outros países mediante as desigualdades e a realidade vivenciada historicamente e atual no rural brasileiro.

Ainda na concepção de Buainain et al. (2003), nos anos 70 e 80, as transformações que estavam ocorrendo no Brasil eram analisadas similarmente às condições dos países capitalistas avançados, tanto nos aspectos positivos como nos negativos. Nos anos 70, a chamada “questão agrícola” foi superada pelo processo de modernização baseado na mecanização e na utilização de variedades selecionadas de sementes e de insumos químicos. Nos anos 80, sustentava-se que este processo de modernização aprofundara a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros, formando o que foi chamado de “complexos agroindustriais”.

Esse processo de modernização e industrialização, no caso brasileiro, nestas décadas, não só desencadeou uma urbanização não-planejada e descontrolada, em prol apenas de um crescimento econômico, como por sua vez, ocasionou uma dívida social para com o meio rural, tal como desempregos, fome e miséria. E, em uma visão econômica, a tal “integração” nos anos 80 ocorreu apenas de forma capitalista.

No entanto, no *emaranhado de paradoxos cruéis*, como descreve Sachs (2001), em relação às desigualdades existentes no país e quanto aos processos de transformação na área

rural, o Brasil na busca do seu futuro está redescobrendo um Brasil rural sob o efeito conjugado de vários fatores, dentre eles, a agricultura familiar como componente fundamental na busca por uma economia sustentável, a consolidação e a organização dos movimentos sociais e a implantação de políticas públicas como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) que veio para ampará-la.

Segundo Sachs (2001), esse programa retrata, pela primeira vez, a preocupação do poder público com a agricultura familiar, rompendo com a prática do apoio exclusivo à agricultura patronal e ao agrobusiness, considerados como o único caminho viável de modernização para a agricultura brasileira.

Schneider (2003) reitera que a ascensão da agricultura familiar no cenário político e social brasileiro se deve com a legitimação que o Estado lhe conferiu ao criar o PRONAF, uma resposta às pressões do movimento sindical rural no início dos anos de 1990 que nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que estavam à margem das políticas públicas desde a década de 1980.

Na discussão sobre a agricultura familiar no Brasil, Schneider (2003) afirma que além da legitimidade política e social, esta vem ganhando cada vez mais espaço também no meio acadêmico. Sua emergência no Brasil ocorreu a partir de 1990, principalmente pela mobilidade e fortalecimento do sindicalismo rural e a manifestação dos movimentos sociais.

Esses acontecimentos impactaram significativamente o meio político frente aos desafios da época: os impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos de exportação. Para o autor, a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de acolher um conjunto de categorias sociais, como, entre outros, assentados e arrendatários, que não mais podiam permanecer identificados com a noção de pequenos produtores ou simplesmente trabalhadores rurais.

Outro aspecto importante destacado por Schneider (2003) é a reorientação dos debates

acadêmicos sobre a ruralidade, uma retomada aos estudos agrários e rurais do Brasil por parte dos pesquisadores de forma mais ampla, saindo das temáticas até então predominantes, como a reforma agrária, os impactos do avanço tecnológico e as migrações, incorporando a temática ambiental, a sustentabilidade, e o interesse na inclusão da agricultura familiar nesta construção, bem como na dinâmica ocupacional das populações rurais.

Neste processo de construção, a partir da realidade observada, na visão dos pesquisadores, percebe-se genericamente a fenomenologia que dá sustentação para a expressão nova ruralidade e a ascensão da agricultura familiar nesta dimensão. E abre possibilidades de análises e contraposições entre os estudiosos quanto ao “novo” rural.

1.3. O embate sobre o novo rural brasileiro

Diante das perspectivas que se colocam para uma nova ruralidade no Brasil e na Amazônia, se abre espaços para discussões sobre as diversas dimensões que envolvem o campo e sobre as análises que este vem trilhando no século XXI. *O debate e o confronto de idéias é função básica da produção acadêmica e da reflexão intelectual.* (OLIVEIRA, 2004.)

Assim, irão se destacar as análises de alguns pensadores sobre a temática em questão - o novo rural para o Brasil - para se ter a noção das contradições entre estes e da interpretação das fontes de pesquisas ou instrumentos utilizados para as suas fundamentações.

É na área da geografia agrária que se dá, em especial, o confronto das idéias e as contraposições das correntes de pensamento a respeito do meio rural brasileiro. Nesta perspectiva, Oliveira (2004) expõe claramente a sua posição em relação ao embate do “novo” rural e elenca as diferentes vertentes do marxismo, como assim descreve, quanto ao estudo da agricultura brasileira.

Destaca-se a corrente que Oliveira (2004) contesta a respeito de uma nova ruralidade para o Brasil, para o autor, essa vertente entende que:

[...] O campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extingiria. Ou seja, os camponeses, ao tentarem produzir para o mercado, acabariam indo a falência e perderiam suas terras para os bancos, ou mesmo teriam que vendê-las para saldar as dívidas. Com isso, os camponeses tornar-se-iam proletários. (OLIVEIRA, 2004, p. 34)

Em síntese, Oliveira explica que nesta concepção, não há lugar para os camponeses no futuro da sociedade capitalista avançada. Isto porque, para essa vertente, a sociedade capitalista é composta por apenas duas classes sociais: os capitalistas e os trabalhadores assalariados. E, criticamente afirma que é por isso que às vezes muitos autores e a política brasileira não assumem a defesa dos camponeses.

Entre os principais pensadores dessa corrente citada por Oliveira (2004) está Karl Kautsky, Vladimir Lênin, Léo Huberman, Paul Sweezy, Caio Prado Jr., Maria Izaura Pereira de Queiroz, Maria Conceição D`Incan, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga etc.

Para Oliveira (2004), a compreensão do papel e lugar dos camponeses é fundamental na sociedade capitalista e no Brasil, ou procura-se entender essa questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então se aceita a afirmação dos pensadores da corrente acima, de que os camponeses estão desaparecendo.

O pesquisador destaca que na realidade, o que ocorre é a utilização de concepções teóricas que derivam de uma concepção ideológica de transformação da sociedade capitalista. Isto quer dizer que, em vez de explicar a realidade do campo, passam apenas uma “visão teórica” do que “acham” que está acontecendo.

Expondo sua concepção, Oliveira (2004) parte da fundamentação que:

[...] o estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando em conta que o processo de desenvolvimento de modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas [...] o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo). (OLIVEIRA, 2004, p.36).

Desse modo, reitera que é por meio da compreensão da lógica contraditória que procura entender as transformações que estão ocorrendo na agricultura brasileira no início de século XXI. E aponta os mais importantes pensadores da corrente, como, Rosa Luxemburgo, Teodor Shanin, Samir Amin e Kostas Vergopoulos, e no Brasil, José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, José Vicente Tavares da Silva, Carlos Rodrigues Brandão, Alfredo Wagner, Ellen Woortmann, etc.

Então, em busca de uma teoria de acordo com a lógica da construção do território, o autor conclui que quando o capital monopoliza o território, este cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. E abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e, com ela, o campesinato como classe social. O campo continua povoado e a população rural pode até se expandir.

Oliveira (2004) exemplifica que o próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo de bens industrializados, no campo. Isto revela que o capital sujeitou a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica, ou seja, está-se diante da transformação da renda da terra em capital. É por isso que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço simultaneamente para a expansão do trabalho familiar camponês, nas suas múltiplas formas, como camponês *proprietário*, parceiro, renteiro ou posseiro.

Portanto, verifica-se, a percepção de Oliveira (2004) em relação ao papel do homem do campo, da atuação do capital e sua reprodução no território rural. E esse argumento se constitui em instrumento de explicação teórico-geográfica para as transformações territoriais no campo. E contesta veementemente a posição de alguns pesquisadores quanto ao “novo rural”:

Embora muitos geógrafos procurem participar de diferentes construções teóricas para a explicação do campo, há pesquisadores que, a partir de exercícios estatísticos, constroem caminhos de investigação que reproduzem equívocos e consequências sérias aos estudos da geografia agrária. Refiro-me às propostas de José Graziano da Silva sobre o “Projeto Rururbano” e suas análises a respeito do que há de novo no rural brasileiro e aos textos jornalísticos de José Eli da Veiga sobre uma parte do Brasil urbano que para ele é rural. (OLIVEIRA, 2004, p.43)

Diante da provocação sobre a construção e estudos do novo rural brasileiro, é extremamente relevante tomar conhecimento das fundamentações e dos instrumentos de análises utilizados. Não se tem a pretensão de criticar nenhuma das percepções dos autores ou dizer qual a mais coesa, o que se pretende, é mostrar o universo no qual está inserida a produção familiar ou agricultura familiar, dentro do contexto do campo brasileiro e das possibilidades que poderão contribuir com o desenvolvimento rural ainda na primeira década do século XXI, bem como a sua inserção na expressão da nova ruralidade conforme exposto anteriormente e o desenvolvimento de atividades ou serviços como o turismo rural.

Há de se ressaltar que a contraposição das idéias é demasiadamente interessante. Entretanto, procurar-se-á extrair apenas o que for relevante para um referencial teórico e para a perspectiva em análise: o turismo rural de base familiar.

Oliveira (2004) contesta o estudo de José Graziano da Silva sobre o “novo rural” pelo fato de este compreender que o campo já está com seus dias contados e de que a agricultura é uma atividade de “tempo parcial” que, conforme o próprio Silva (1997), assim descreve:

No mundo rural dos países desenvolvidos, esse novo paradigma “pós industrial” tem um ator social já consolidado: o *part-time farmer*, que podemos traduzir por agricultores tem tempo parcial. A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como *lazer*, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. Em resumo, o *part-time* não é mais um fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina de diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas. (SILVA, 1997, p. 04)

Aproveitando a assertiva acima, para chamar a atenção quanto à análise em questão da pesquisa, e não do embate propriamente dito, onde ele, Silva (1997) faz a observância a respeito da atividade turística que já se destaca, em especial, ao segmento do turismo rural como uma das atividades não-agrícolas que muito poderá contribuir na complementação da renda dos proprietários ou agricultores rurais em regiões com especificidades únicas, no caso da pesquisa na Amazônia.

Neste sentido, Silva (2001) aponta conceitos e tendências como novos mitos que estariam transformando a área rural brasileira no início da primeira década do século XXI. Dá ênfase às Ocupações Rurais Não Agrícolas (ORNAS) e as coloca como possível motor de desenvolvimento em regiões atrasadas. Propõe uma nova institucionalidade para o novo rural brasileiro devido à emergência das novas funções da ruralidade. Esse posicionamento no ponto de vista do segmento turístico, o turismo rural, poderá ser absorvida de forma positiva.

Mas, dando continuidade ao debate, é interessante ver a concepção de Silva (1997) sobre a tão discutida nova ruralidade:

O propósito deste texto é chamar a atenção para o que há de novo no chamado meio rural brasileiro. Na verdade, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista de organização da atividade econômica, as cidades não podem ser mais identificadas apenas como a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e do outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura – que antes poderia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno – se integrou no restante da economia e a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. Já tivemos oportunidade de mostrar que essa integração terminou por se consolidar nos chamados “complexos agroindustriais” que passaram a responder pela própria dinâmica das atividades agropecuárias aí vinculadas. (SILVA, 1997, p.01)

Analisando criticamente a colocação de Silva (1997), Oliveira (2004) contra-argumenta:

José Graziano da Silva acerta no principal, ou seja, é verdade que o desenvolvimento do modo capitalista de produção trouxe consigo o desenvolvimento e a expansão do urbano. O urbano tornou-se, assim, maior que a cidade e que o campo, tornou-se sua síntese contraditória. Mas essa síntese contraditória não eliminou a cidade nem o campo. As suas relações tornaram-se mais complexas. Um não pode ser entendido sem o outro. Mas isso não quer dizer que um foi incorporado pelo outro. Afinal, para ele, sempre existiu a esperança de que a agricultura se transformasse em uma “fabrica verde”, enfim, que as relações sociais de produção e de trabalho capitalista, quer dizer assalariadas, dominassem tudo e a todos. (OLIVEIRA, 2004, p.44)

Contudo, outro fato observado e criticado por Oliveira (2004) nos estudos de José Graziano, é que a sua concepção “de novo rural” foi embasada nos dados na PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) do IBGE, ressaltando que esses dados são passíveis de interpretações equivocadas como a de Silva (1997) pelo fato de haver distorção quanto à definição legal do que é urbano e do que é rural. Os dados são aqueles mesmos levantados, porém, contados como rurais os dados que, na realidade, são urbanos. E explica sobre a metodologia da PNAD e dos Censos Demográficos do IBGE:

Nas notas técnicas das publicações da PNAD do IBGE se encontram registrados todos os procedimentos e conceitos que foram utilizados para a sua elaboração, seu contexto histórico e seus limites. A pesquisa é realizada com a população residente nas unidades domiciliares, sejam elas de quaisquer tipos que forem. Quanto á situação do domicílio, que é o que interessa para os estudos de José Graziano da Silva, pode ser urbana ou rural. Ou seja, o IBGE tomou como referência a situação do domicílio no Censo demográfico de 2000, isto é, de acordo com as legislações municipais que regem a definição legal do que é urbano e do que é rural. (OLIVEIRA, 2004, p.48)

Em referência ao censo demográfico de 2000, quanto à delimitação do que é urbano ou rural Oliveira (2004) assim o define:

Segundo a localização do domicílio, a situação é urbana ou rural, conforme definida por lei municipal em vigor em 14 de agosto de 2000. Em situação urbana, consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Este critério é utilizado na classificação urbana e rural. (OLIVEIRA, 2004, p.49)

E Oliveira (2004) explica geograficamente e com propriedade essa definição; os dados levantados como domicílios rurais, e conseqüentemente a população da zona rural, é na realidade, urbana. E o IBGE sempre explicitou esta realidade que gera tal distorção nos dados estatísticos.

Por isto, vem sendo computada conscientemente como rural uma parcela expressiva da população que é, em verdade, urbana, ou seja, a extensão da área efetivamente urbanizada com loteamentos já habitados, conjuntos habitacionais, aglomerados de moradias ou núcleos desenvolvidos em torno de estabelecimentos industriais comerciais ou de serviços. Apenas o estudo a partir dos setores censitários permite fazer uma desagregação e uma análise e interpretação mais apurada para separar a chamada zona rural propriamente dita.

De acordo com a explicação de Oliveira, isso não significa dizer que o rural deixou de existir. E nos revela uma condição muito importante em qualquer tipo de estudo, de que os dados levantados ou utilizados (estatísticos ou não) devem ser observados de acordo com a veracidade dos fatos, para não correr o risco de interpretações equivocadas e fora da realidade. Por isto, a análise de Silva (1997) é duramente combatida pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira:

Assim, é preciso ponderar que a amostragem das estatísticas da PNAD está combinada pela presença de grande número de amostras que caíram no urbano “clandestino” computado como rural. Portanto, não só as estatísticas que registram um Brasil majoritariamente urbano, mas há de fato, em todas as partes deste país continente, o modo de vida urbano dominando simultânea e contraditoriamente a cidade e o campo. É possível que tenha faltado à necessária compreensão de que não são os dados que determinam a realidade, mas, ao contrário, é a realidade que determina os dados. Aliás, é possível que a ausência de estudos sobre a realidade e a geografia do Brasil nas pesquisas de José Graziano da Silva tenha levado a retirar interpretações das estatísticas que apenas visaram “provar sua tese” já admitida a priori como verdadeira. (OLIVEIRA, 2004, p.50)

Também, em uma percepção cuidadosa quanto à interpretação de dados estatísticos para se provar uma realidade em um contexto econômico, Sachs (2001) chama atenção de que o futuro do campo pertenceria exclusivamente à grande agricultura moderna, se não fosse uma agricultura realizada *sem homens* e que provoca o êxodo rural. E, se forem levar a fundo

as projeções estatísticas do IBGE, em poucas décadas todos os brasileiros estarão vivendo nas cidades. Ou seja, se concretizaria a linha de pensamento da corrente que o professor Ariovaldo combate duramente quanto ao desaparecimento dos produtores familiares ou do espaço rural conforme exposto anteriormente.

É importante registrar que não se quer mostrar negação aos dados estatísticos do IBGE, apenas mostrar as diversas interpretações que derivam a partir dos modelos estatísticos e da forma de como podem ser utilizados para provar novas teorias e fundamentações diversas.

Outra contestação levantada por Oliveira (2004) em relação ao urbano e ao rural são os estudos de José Eli da Veiga.

Sinteticamente, Veiga (2002) retrata um Brasil urbano, que para ele é rural, no seu livro “Cidades Imaginárias”. A temática do livro ressalta a preocupação do autor: demonstrar que o Brasil é menos urbano do que se pensava. E aponta para a necessidade de uma renovação do pensamento brasileiro sobre as tendências da urbanização e de suas implicações sobre as políticas de desenvolvimento que o Brasil deve adotar.

Em sua análise, procura demonstrar que o Brasil é menos urbano do que até então se pensava, a partir da urbanização e suas implicações sobre a compreensão do processo de desenvolvimento de uma parcela do país considerada urbana, mas cuja dinâmica econômica, social, política e cultural é, em sua opinião, inequivocamente rural.

Essa visão setorializada do rural é fortalecida pela regra brasileira que identifica como urbana toda e qualquer sede de município, e mesmo as sedes distritais. A partir dessa regra, que foi criada pelo Decreto-Lei 311/38 no Estado Novo, no ano 2000, o Brasil teria atingido um grau de urbanização de 81,2%.

Veiga (2002) considera como rurais os municípios de pequeno porte, que possuem até 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km²; de médio porte os que registram uma população no

intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere os 80 hab/km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes e, de fato, centros urbanos os municípios com mais de 100 mil habitantes. De acordo com esses critérios, o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, onde residem aproximadamente 30% da população brasileira. Isso representa, segundo ele, 4.485 municípios brasileiros, que seriam municípios rurais.

Para ele, esse é o Brasil rural e suas sedes municipais são apenas “cidades imaginárias”, e as políticas públicas dirigidas a eles não podem manter a dicotomia rural-urbana.

Contudo, o professor Ariovaldo refuta a visão de urbano que José Eli da Veiga afirma ser rural. E de forma muito crítica expõe sua opinião acerca deste estudo, demonstrando que da mesma forma que Silva (1997) fundamenta sua pesquisa a partir dos dados estatísticos do IBGE e preconiza que o rural deixará de existir, Veiga (2002) apesar de utilizar o mesmo instrumento de análise busca provar justamente o contrário.

Segundo Oliveira (2004), Veiga (2002) tenta criar uma *teoria virtual* de que o Brasil é verdadeiramente rural a partir de uma interpretação contrária aos dados estatísticos levantados pelo IBGE. E tece sua opinião também a respeito dos estudos de José Eli da Veiga:

Há também, entre os intelectuais, um que trava uma falsa briga com as estatísticas do IBGE, trata-se de José Eli da Veiga. Como esse instituto toma como base para seus levantamentos estatísticos o perímetro urbano definido por lei em cada município do país, o critério adotado desde os tempos getulistas, “esconderia” um Brasil majoritariamente rural, pois a maioria das cidades brasileiras vive das atividades rurais. Para ele, portanto, a maior parte da população levantada como urbana pelo IBGE é, ao mesmo tempo, nessa ficção da também virtual teoria, uma população rural. Esse autor tem influenciado trabalhos na Geografia Agrária, em uma clara tendência acrítica, pois os geógrafos que o seguem certamente se esqueceram do debate que a Geografia Urbana tem travado nas últimas três décadas. Aliás, é importante realçar que o trabalho de Veiga tinha como objetivo fundante encontrar um “caminho teórico” que pudesse fundamentar os planos de governo de FHC, quando ocupava cargo no Ministério de Desenvolvimento Agrário. Ou seja, a decisão política *a priori* invadiu o universo da pesquisa. [...] Portanto, o caminho percorrido por José Eli da Veiga não se sustenta nem do ponto de vista teórico, nem do histórico. É obvio a qualquer estudioso da questão urbana que o Brasil está definitivamente urbanizado. Isso não quer dizer que desapareceram as diferenças entre o urbano e o rural, ao contrário, elas tornaram-se mais complexas. (OLIVEIRA, 2004, p.51,52)

Na mesma perspectiva de análise crítica, são os comentários de Ana Fani A. Carlos apud Oliveira (2004), na revista Geousp nº 13:

[...] Veiga, ao mesmo em que assinala o fato de que o Brasil é menos urbano do que se calcula, reconhece que há hoje, uma profunda transformação nas relações cidade/campo, mas não enfrenta a necessidade de desvendamento do conteúdo e sentido dessas transformações. O que o autor parece ignorar é que cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, o que demonstra, por exemplo, o desenvolvimento do que chama de pluriatividades. Portanto, há na conclusão do autor uma inversão: no Brasil, a constituição da sociedade urbana caminha de forma inexorável, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um “outro modo”, redefinindo a antiga contradição cidade/campo: este é a meu ver o desafio da análise. Significa dizer que o processo atual de urbanização não se mede por indicadores referentes ou derivados do aumento da taxa anual de crescimento da população urbana, e muito menos pela estrita delimitação do que seria “urbano ou rural”, como faz o autor. Significa que nossas análises devem ultrapassar os dados estatísticos (que, por sinal, são poucos no livro). Por outro lado, a análise do fenômeno deve superar a visão institucional – como os decretos que definem regiões metropolitanas, a delimitação das áreas urbanas municipais feitas pelas prefeituras com o intuito de aumentar a arrecadação do IPTU etc., como faz Veiga. (ANA FANI apud OLIVEIRA, 2004, p.52)

Conforme visto, o embate do rural na perspectiva da nova ruralidade proporcionou controvérsias quanto à apropriação dos territórios na delimitação do que é urbano ou rural. Entretanto, na busca da compreensão do real, este universo se tornou rico e importante, por contribuir no campo das teorias e na estruturação de novas pesquisas à medida que norteiam as idéias e ajudam a dar um caráter mais objetivo aos estudos científicos.

Compreender como se desenvolvem essas argumentações no campo da teoria é fundamental para o entendimento do processo de apropriação capitalista nas áreas rurais, bem como nas estratégias de desenvolvimento para este âmbito, no caso da pesquisa, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PNTRAF).

1.4 Marco teórico do Turismo Rural: breve relato dos seus precursores

O valor simbólico da vida no campo e da natureza tem crescido devido ao desenfreado ritmo de crescimento urbano que marcou o século XX. Isto fez do turismo rural uma das modalidades de turismo em destaque na sociedade atual, além de tornar-se também uma possibilidade concreta de reversão no processo de esvaziamento e inviabilidade da atividade econômica familiar no meio rural.

Dessa forma, se faz necessário uma compreensão sobre as características e a dinâmica desta atividade, a partir de uma contextualização de seu surgimento e desenvolvimento no mundo, bem como conhecer o histórico e as peculiaridades que lhe são conferidas no Brasil.

De maneira geral, Roque (2001) descreve que desde 1950, as atividades turísticas são consideradas estratégias de desenvolvimento local em muitos países no norte e centro da Europa. A partir dos anos 1970 nos países do sul da Europa e Estados Unidos; em 1980 no Brasil, Argentina e Uruguai; e a partir de 1990 em alguns países do continente africano, na Oceania e no Japão.

De acordo com a pesquisadora a Alemanha é o país berço das atividades turísticas no espaço rural. E mantém uma tradição de 150 anos de TR e vários empreendimentos turísticos reconhecidos como forma de renda complementar para o produtor rural, ofertando hospedagem, alimentação a custo acessível e permitindo aos visitantes uma inserção no meio rural físico e humano por meio da participação nas atividades, costumes e modos de vida da população local.

O Ministério do Turismo no Brasil (Mtur) reconhecendo oficialmente a importância do TR através de suas diretrizes e das orientações básicas da atividade sintetiza a sua origem:

As atividades turísticas no meio rural são conhecidas nos Estados Unidos e na Europa desde a década de 1950. Na União Européia, com a criação do Programa LEADER, em 1991, muitos países passaram a implementar políticas públicas de apoio ao Turismo Rural e outras atividades não-agrícolas, geradas no âmbito de estratégias de revitalização de territórios rurais. Destacam-se as iniciativas da Alemanha, Espanha, Portugal, Suíça, Suécia, França, Itália, Áustria, entre outras. (Mtur, 2008, p. 15)

Reiterando, Silva, Vilarinho, Dale (2000) em posse do Manual Operacional do turismo rural (EMBRATUR, 1994) relatam que a prática do turismo rural teve origem nos Estados Unidos por meio de fazendeiros que hospedavam em seus ranchos, mesmo situados em lugares distantes e sem nenhuma infra-estrutura, mas por possuírem atividades como caça e pesca em abundância e de qualidade atraíam as pessoas que durante a temporada buscavam esses esportes. Com o aumento da demanda por esse tipo de hospedagem descobriram a grande possibilidade de negócios. E passaram a oferecer uma variedade de serviços hoteleiros e atividades de resort como cavalgadas, serviços de guias e aluguel de veículos, barcos e equipamentos.

Os autores salientam que essa prática de acomodar turistas urbanos em estabelecimentos rurais também é bastante difundida na Austrália, Nova Zelândia e em diversos países da Europa. Na França e na Itália inicialmente ocorreram nas propriedades dedicadas à produção de queijos e vinhos oferecendo alojamentos além de permitirem ao turista participar das fases do processo produtivo. Na Escócia se desenvolve nas destilarias de uísque por possuírem estrutura de hospedagem.

Já em Portugal ocorre no meio familiar, por esta razão, no propósito de privilegiar o turismo de base familiar, é interessante registrar que o turismo rural neste país surgiu nos fins dos anos 70, após recuperação, remodelação e restauro do patrimônio construído. E foi criado oficialmente no ano de 1986 com a regulamentação do Decreto-Lei n.º 256/86 em 27 de agosto, sendo institucionalizadas três modalidades classificadas como turismo de habitação, turismo rural e agroturismo, assim destacadas por Silva, Vilarinho, Dale (2000):

- O Turismo de Habitação caracteriza-se por solares, casas apalaçadas ou residências de reconhecido valor arquitectónico, com dimensões adequadas, mobiliário e decoração de qualidade.
- Turismo rural em casas rústicas com as características próprias do meio rural onde se enserem.
- O Agroturismo em casas de habitação ou os seus complementos integrados numa exploração agrícola, caracterizando-se pela participação dos turistas em trabalhos da própria exploração ou em formas de animação complementar. (SILVA, VILARINHO, DALE, 2000, p.26)

Complementando, estes autores ainda destacam que na Argentina, o TR se iniciou no fim da década de 1960, onde os grandes estancieiros descobriram que a abertura de suas magníficas propriedades e sítios de alojamento poderiam representar um rendimento adicional à atividade pecuária que passava por um período de baixa rentabilidade. As primeiras experiências ocorreram na região da Patagônia e a partir de 1987 verificou-se no país um grande aumento de turismo em “hotelaria de estâncias”.

No Brasil, Rodrigues (2000) afirma que não há marcos preciso para datar o início da atividade devido à grande extensão geográfica do país. E sintetiza como se deu o processo do TR no Brasil:

[...] sabe-se que as primeiras iniciativas oficiais, em escala estadual, ocorreram no município de Lages, localizado no planalto catarinense, na fazenda Pedras Branca. Em 1986, a fazenda propôs a acolher visitantes para passar “um dia no campo”. Oferecendo pernoite e participação nas lidas do campo, são consideradas pioneiras também a fazenda do Barreiro e a fazenda Boqueirão. As iniciativas multiplicaram-se rapidamente não somente em Lages, mas em todo o território brasileiro, particularmente nas regiões Sul e Sudeste. Mais recentemente aderiram à atividade muitos municípios da região Centro-Oeste, com destaque para Mato Grosso do Sul. No dias atuais, podemos dizer que em todo o Brasil existem experiências de turismo rural que se expandem para as regiões Nordeste e Norte. (RODRIGUES, 2000, p.51-52)

Rodrigues (2000) narra distintas fases do processo histórico de apropriação do território brasileiro e sua significação no desenvolvimento do TR no país. Os chamados ciclos econômicos deixaram na paisagem aspectos marcantes, constituindo um diversificado patrimônio histórico-cultural. E descreve a herança destes ciclos nas regiões do Brasil.

O ciclo do gado do Nordeste inegavelmente através do qual o território brasileiro assumiu suas fronteiras, de Nordeste a Sul, imprimiu sua marca particularmente nas grandes rotas, muitas delas hoje resgatadas e valorizadas pela utilização de roteiros turísticos integrados. Deixou também um rico e uma apreciada gastronomia, particularmente na região Sul. O ciclo da cana de açúcar, que teve como cenário a Zona da Mata nordestina, é responsável por um suntuoso patrimônio arquitetônico. O ciclo do ouro e do diamante, no Estado de Minas Gerais, embora tenha deixado um patrimônio urbano de inegável valor, deixaram-no também nas áreas rurais. Do ciclo do café, desenvolvido basicamente na região Sudeste, herdamos propriedades senhoriais de significativo valor arquitetônico. Muitas sedes de fazendas, de autêntico estilo coloniais, atualmente restauradas, têm acolhido majestosamente os turistas aficionados à nossa história. (RODRIGUES, 2000, p.52-53)

A autora mostra a riqueza do legado histórico, cultural, paisagístico e arquitetônico existente nas regiões urbana e rural brasileira, e demonstra a significância do turismo no usufruto desse patrimônio, além de tomar como referência, em especial à agropecuária, e neste sentido, Rodrigues (2000) ressalta que considerando a estrutura fundiária é interessante distinguir algumas modalidades de utilização da terra:

- O modelo da pequena propriedade familiar de subsistência com população tradicional;
- A pequena propriedade familiar colonial originada com o processo de imigração;
- A grande propriedade monocultora tradicional destinada a produtos tropicais de exportação;
- O grande latifúndio agrícola contemporâneo de produção de larga escala, como a produção de soja;
- A propriedade de pecuária leiteira de diversos tamanhos que se introduz no Sudeste após a crise cafeeira;
- A grande propriedade de gado de corte nas áreas interiores de colonização recente do Centro Oeste e da Amazônia. (RODRIGUES, 2000, p.53)

Essa distinção se faz importante para a percepção de que o TR abrange todas essas formas de utilização da terra, demonstrando dessa maneira, sua apropriação nos territórios rurais do Brasil. Dentre as utilidades acima citadas por Rodrigues (2000) dá-se ênfase na inclusão das propriedades familiares de subsistência com população tradicional, algo inovador no planejamento do turismo e nas estruturas das políticas públicas do país.

O TR como atividade econômica pode complementar a renda dessas famílias, no contexto social uma integração harmoniosa entre as populações residentes e turistas, além da sua inclusão no processo participativo no propósito de um desenvolvimento local ou rural. Em

termos ambientais, de forma positiva poderá contribuir na conservação dos recursos naturais e na construção de uma mentalidade mais consciente.

1.5 Turismo Rural: conceituando o segmento e suas características

A conjuntura generalizada que marca a realidade da sociedade contemporânea tem provocado uma profunda reflexão a respeito das atividades econômicas, sejam elas desenvolvidas para satisfazer as necessidades de sobrevivência, consumo ou lazer.

Estes aspectos condicionam o TR enquanto atividade socioeconômica na sua execução e consolidação, por isto é primordial entender este segmento do turismo que se faz tão relevante dentro da conjuntura atual da sociedade por reivindicar políticas públicas específicas para poder contribuir com o desenvolvimento no meio rural do Brasil.

BAHL (2003) ressalta que o turismo enquanto atividade econômica está mais exposta às alterações produzidas na sociedade e aquela que melhor as reflete. A própria dimensão e importância que alcançou são resultantes das mudanças operadas na sociedade.

Neste sentido, as diferentes formas de se fazer turismo refletem às tendências da sociedade que podem ser classificadas de acordo com os valores inerentes a cada uma delas, como suas diferentes motivações, oportunidades, necessidades e disponibilidade de produtos ou serviços a serem ofertados. Entre elas, o turismo rural, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo cultural, turismo religioso, turismo esportivo entre outros. Em determinadas situações, estas formas podem interagir entre si, complementarem-se ou serem identificadas isoladamente, dependendo da realidade local.

Nos últimos anos, dentre essas modalidades, o turismo rural vem alcançando um considerado crescimento, sendo possível reconhecer sua capacidade de contribuir com o desenvolvimento dos espaços rurais. Esse segmento está diretamente envolvido com o

cotidiano da vida rural voltado para a valorização do campo, da paisagem e o reconhecimento da cultura local.

Para Primavesi (2007) acordar com o canto da passarada, beber leite ao pé da vaca, cavalgar na mata, tomar banho de rio, pescar, plantar, ou ainda conhecer e interagir com o processo produtivo de uma fazenda ou sítio são algumas das possibilidades de lazer oferecidas por propriedades que desenvolvem o turismo rural. A hospitalidade também pode estar presente na vida do campo, onde fazendeiros e sitiantes juntamente com suas famílias recebem os hóspedes ou visitantes oferecendo os mais diversos atrativos e serviços.

Essa interação demonstra uma contraposição às atividades turísticas baseadas nos grandes empreendimentos hoteleiros e resorts, que apesar de utilizarem o meio rural somente como espaço físico para sua implantação, não interagem com a comunidade local e não participam dos seus modos de vida, portanto, não geram diretamente renda ou benefícios para a população residente. Isto faz do turismo rural um destaque nas variedades dos tipos de turismo por revitalizar as áreas rurais que se encontravam nas últimas décadas decadentes e estagnadas.

Entretanto, as atividades desenvolvidas no espaço rural como, o turismo rural, agroturismo, ecoturismo e turismo verde, por serem termos abrangentes de fato causam diversas realidades, que dão lugar a conceitos diferentes, sobre os quais são frequentes as divergências entre os autores.

A dificuldade encontrada na conceituação do TR se deve pela falta de consenso às definições, sendo possível reconhecer na literatura uma grande diversidade de conceitos e terminologias, bem como diferentes concepções e interpretações.

Alguns teóricos concebem este segmento como a soma de outras modalidades com as já citadas anteriormente. E a consideram como a totalidade dos movimentos turísticos que se desenvolvem no meio rural sob a denominação *turismo no espaço rural ou em áreas rurais*.

Nesta concepção se enquadram Oxinale (1994), Cals, Capellà e Vaqué (1995) citados por Silva et al (2000) e reservam o termo “turismo rural” para as atividades que em maior medida, identificam-se com as especificidades da vida rural, seu hábitat, sua economia, sua cultura.

Para Tulik (1997) diante da riqueza de termos, expressões e conceitos, surgem “confusões terminológicas”, como a que ocorre entre turismo rural e ecoturismo, no uso do termo “turismo verde” entendido como uma nova forma de turismo em oposição ao turismo convencional. E sugere a expressão *turismo no meio rural* como tudo o que ocorre no meio rural, em relação ao aproveitamento do turismo.

Na busca por um consenso teórico, Rodrigues (2000) em seu ensaio para uma tipologia do turismo rural no Brasil expõe sua interpretação quanto à ambiguidade dos conceitos existentes:

[...] a imprecisão de conceitos parece estar vinculada à tentativa de classificações baseada em parâmetros europeus. Essa postura resulta em graves equívocos, por se tratar de realidades diferentes e complexas. Até as comparações entre os países europeus mostram modalidades distintas no que concerne ao turismo no espaço rural, sem afinidades de critérios para classificação. Ao atentarmos para a realidade brasileira, o primeiro elemento de grande relevância é a artificial separação entre o mundo rural e o mundo urbano no período contemporâneo, cujos espaços, de maneira quase indiscriminada, são marcados por forte conteúdo de ciência, de técnica e de informação. [...] (RODRIGUES, 2000, p.52)

Para Dias e Aguiar (2002) qualquer que seja a concepção do turismo rural, o fator fundamental é a sua associação às atividades humanas desenvolvidas prioritariamente ao meio ambiente natural, a existência de uma cultura de interação com as atividades produtivas vinculadas à produção rural.

Neste sentido, sem se ater a conceitos, mas ao que verdadeiramente distingue a atividade, Primavesi (2007) resume:

O que distingue efetivamente a oferta turística no turismo rural é a preocupação de permitir ao visitante contato personalizado, inserção no meio rural físico e humano, bem como, na medida do possível, participação nas atividades, costumes e modos de vida dos habitantes. A dimensão cultural e pedagógica dessa forma de atividade turística é muito apreciada; os estudos efetuados sobre o assunto mostram que a grande maioria dos adeptos do turismo rural, oriundos principalmente das classes médias e superiores, têm grande apreço pelos valores e identidade cultural locais. (EUROPA, 2005 apud PRIMAVESI, 2007, p. 107)

Contudo, mesmo frente às diversas divergências conceituais, o crescimento da atividade no país tem propiciado a dinamização social e econômica nos espaços rurais. Aumentando postos de trabalho, agregando valor aos produtos e serviços gerados nas propriedades agrícolas e empreendimentos rurais. E fez suscitar a manifestação do Mtur quanto à formatação dos conceitos e classificações do TR.

Ainda verifica-se uma série de imprecisões referentes às múltiplas concepções, manifestações e definições. Carecem de maior rigor técnico e teórico, definições como turismo rural, agroturismo, ecoturismo [...] e muitas outras. Esses diferentes entendimentos em vez de caracterizar e identificar cada lugar, tendem a criar situações confusas que desvalorizam a atividade turística e geram frustração a quem oferece, trabalha e consome o turismo rural. (Mtur, 2008, p.16)

Muito embora essa discussão venha se intensificando no Brasil, ainda estamos distantes do estabelecimento de consensos em relação à necessidade de aprimorarmos essas definições. Em razão disso e da especificidade das questões que tangenciam as atividades turísticas executadas no meio rural, torna-se imprescindível construir referenciais que permitam constituir marcos orientador para todos que trabalham em torno do tema. (Mtur, 2008, p.17)

Perante as divergências das análises da literatura específica, mas fundamentais na formação de um referencial teórico para o TR, adicionada às experiências que denunciam que o turismo rural precisa de um conceito coerente, fez com que o Mtur na posição de órgão oficial e responsável pelo o ordenamento do turismo no país ao elaborar as diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural em 2003, definisse turismo rural como o *“conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”*.

Na tentativa de fundamentar a construção de instrumentos para a política pública no meio rural, o Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA) preferiu adotar um conceito que pudesse referenciar as ações relacionadas ao turismo no espaço rural frente à dificuldade da delimitação espacial do que é rural ou urbano conforme destacado por Rodrigues (2000) e na discussão traçada no primeiro capítulo deste trabalho, assumiu uma concepção a partir de *territórios rurais* compreendidos como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. Predominância de elementos “rurais”, sobretudo a paisagem e os elementos constitutivos da cultura, valores, história e economia. (SDT/MDA, 2005 apud Mtur, 2008, p.18)

Nos territórios rurais, tais elementos manifestam-se, predominantemente, pela distinção da terra, notadamente focada nas práticas agrícolas e na noção da ruralidade, ou seja, no valor que a sociedade contemporânea concebe ao rural e que contempla as características mais gerais do meio rural: a produção territorializada de qualidade, paisagem, a biodiversidade, a cultura e certo modo de vida, identificados pela atividade agrícola, a lógica familiar, a cultura comunitária, a identificação com os ciclos da natureza etc. (Mtur, 2008, p. 18)

Os Ministérios Mtur/MDA, a partir dessa referência, recordam que os territórios rurais abrigam diferentes experiências e atividades turísticas. Portanto, é preciso considerar que, o *turismo no espaço rural, no meio rural ou em áreas rurais* pode ser percebido como:

Todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de negócios, Turismo de Saúde, Turismo cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se completam ou não. (Silva et al (1998) apud Mtur, 2008, p.18)

Entendendo, dessa forma que:

O espaço rural como um recorte geográfico no qual o turismo rural está inserido. Assim, muitas práticas turísticas que ocorrem nesse meio não são, necessariamente, turismo rural, e sim práticas de lazer e outras atividades que ocorrem alheias ao meio em que estão inseridas. (Mtur, 2008, p. 18)

Ao oficializar o conceito do TR, o Mtur (2008) também elaborou as orientações básicas do segmento para ser compreendido a partir do detalhamento das idéias nele contidas, conforme descritas na tabela abaixo:

a) Atividades turísticas no meio rural
As atividades de turismo rural constituem-se da oferta de serviços, equipamentos e produtos de: ▪ Operação e agenciamento. ▪ Transporte. ▪ Hospedagem. ▪ Alimentação. ▪ Recepção à visitação em propriedades rurais. ▪ Recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural. ▪ Eventos. ▪ Outras atividades complementares às acima listadas, desde que praticadas no meio rural e que existam em função do turismo ou que se constituam no motivo da visitação.
b) Meio rural
A concepção de meio rural aqui adotada baseia-se na noção de território, com ênfase no critério da destinação da terra e na valorização da ruralidade. Assim, considera-se território um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.
c) Comprometimento com a produção agropecuária
É a existência da ruralidade, de um vínculo com as coisas da terra. Dessa forma, mesmo que as práticas eminentemente agrícolas não estejam presentes em escala comercial, o comprometimento com a produção agropecuária pode ser representado pelas práticas sociais e de trabalho, pelo ambiente, pelos costumes e tradições, pelos aspectos arquitetônicos, pelo artesanato, pelo modo de vida, considerados típicos de cada população rural.
d) Agregação de valor a produtos e serviços
A prestação de serviços relacionados à hospitalidade em ambiente rural faz com que as características rurais passem a ser entendidas de outra forma que não apenas focadas na produção primária de alimentos. Assim, práticas comuns à vida campesina, como manejo de criações, manifestações culturais e a própria paisagem, passam a serem consideradas importantes componentes do produto turístico rural e, conseqüentemente, valorizadas por isso. A agregação de valor também se faz presente pela possibilidade de verticalização da produção em pequena escala, ou seja, beneficiamento de produtos <i>in natura</i>, transformando-os para que possam ser oferecidos ao turista, sob a forma de conservas, embutidos, produtos lácteos, refeições e outros.
e) Resgate e promoção do patrimônio cultural e natural
O Turismo Rural, além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização do patrimônio cultural e natural como elementos da oferta turística no meio rural. Assim, os empreendedores, na definição de seus produtos de Turismo Rural, devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, por meio do resgate das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os costumes, as festas, os “causos”, a gastronomia etc.), e primar pela conservação do ambiente natural, da paisagem e cultura (o artesanato, a música, a arquitetura etc.).

Tabela1: Orientações básicas para o Turismo Rural
Fonte: Mtur, 2008.

Importante ressaltar que em suas orientações do TR, o Mtur (2008) agrupou sob o mesmo conceito as definições de Agroturismo e Turismo Rural na Agricultura Familiar.

- **Agroturismo** – considerado como uma derivação do Turismo Rural, o termo Agroturismo é adotado em algumas regiões, como no estado do Espírito Santo, sendo apresentado como: “As atividades internas à propriedade que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro etc.) a partir do ‘tempo livre’ das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa.
- **Turismo Rural na Agricultura Familiar** – a presença predominante da agricultura familiar no meio rural brasileiro e o expressivo número de empreendimentos e atividades turísticas a ela vinculadas, aliadas à necessidade política de valorização desse tipo de agricultura, fez surgir um forte movimento em torno do turismo empreendido por agricultores familiares. (Mtur, 2008, p.21)

No contexto do turismo rural de base familiar, análise específica da pesquisa, é interessante expor o entendimento do Mtur por agrupar tais conceitos:

Essas caracterizações apresentam variações de objetivos e concepção, podendo, entretanto, ser compreendidas como variações umas das outras e passíveis de serem admitidas, num nível estratégico, como partes de um mesmo conceito: o Turismo Rural. [...] As diversas áreas de atividades turísticas rurais [...] deixam clara a interpretação das denominações de que se tratou como sendo o “Turismo no Espaço Rural”: um conceito abrangente, que engloba todas as atividades turísticas desenvolvidas na área rural, independentemente das especificidades. Estas, por sua vez, englobam também atividades específicas, como se fossem aspectos especializados de um conceito maior. Nessa perspectiva, as características inerentes a cada tipo de turismo implementado conteriam, em si mesma, aspectos do conceito geral e dos específicos. (Mtur, 2008, p. 22,23)

Com essa proposta o Mtur (2008) estabeleceu as características básicas do Turismo Rural, concebendo que as principais características desse segmento referem-se a elementos, condições e aspectos que compõem a paisagem rural e configuram dessa forma a ruralidade, assim classificadas na tabela 2:

a) Quanto à escala
▪ Pequena escala – se refere à dimensão dos equipamentos turísticos, em função de uma pequena quantidade de turistas, de modo que permita atendimento personalizado (sem espera, sem filas, sem barulho, sem muita gente, como normalmente ocorre no interior) e que cause o menor impacto possível sobre o meio.
b) Quanto à localização
▪ Situado em locais aprazíveis, em propriedades cujas paisagens tipicamente rurais simbolizem uma oposição à paisagem urbana.
c) Quanto às atividades agropecuárias
▪ Manutenção das atividades econômicas tradicionais da propriedade e das práticas e costumes relacionados a essas atividades, não as abandonando em razão do sucesso da atividade turística.
d) Quanto à qualidade da paisagem
▪ Conservação dos recursos naturais – manutenção das condições dos mananciais hídricos, do solo, de quantidade significativa da flora e da fauna nativas, inclusive dos aspectos estéticos. ▪ Conservação das características arquitetônicas e utilização dos materiais construtivos típicos da região – utilização de materiais, equipamentos e serviços turísticos em harmonia com o meio rural, em conformidade com os itens anteriores. ▪ Cuidados com as instalações e lidas agropecuárias – permitindo que o turista observe ou participe das rotinas das atividades tradicionais da propriedade.
e) Quanto aos aspectos culturais
▪ Ligação com as estruturas ditas tradicionais, isto é, as de características gregárias, os valores, modos de vida e de pensar e os ideais das comunidades rurais, especialmente se baseados na agricultura familiar. ▪ Manutenção das manifestações folclóricas, da gastronomia, de elementos que referendem a história do lugar e da região.
f) Quanto à diversificação dos serviços oferecidos
▪ Respeitar a especificidade do ambiente, da economia, da história, das tradições, da cultura popular, das características étnicas, da exploração agropecuária, em relação à propriedade e à região.
g) Quanto à distribuição de benefícios
▪ Postos de trabalho, renda e outros benefícios oriundos da prática turística são incorporados pela própria comunidade, de modo a proporcionar o bem-estar das famílias rurais.
h) Quanto ao empoderamento das comunidades
▪ O Turismo Rural como um motivador de organização da sociedade para que a comunidade local possa gerir a atividade turística de forma participativa, inclusiva e ordenada.
i) Quanto à sustentabilidade
▪ Deve considerar elementos econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos. Deve contribuir para a manutenção das características rurais e a qualidade ambiental do território, utilizando os recursos locais e o conhecimento derivado do saber das populações, valorizando-as, além de permitir a sua participação nos processos decisórios.

Tabela 2: Características básicas do Turismo Rural

Fonte: Mtur, 2008 – Turismo Rural: Orientações Básicas

Depois de detalhar as características do TR, o Mtur conclui que:

As atividades turísticas rurais ocorrem, também, além das porteiras - fora das propriedades - e dependem da qualidade da paisagem externa, enquanto fator de agregação de atratividade e de identidade.

E é justamente essa uma das razões pela qual esse segmento turístico beneficia a comunidade na qual se insere na forma de passeios a atrativos naturais e artificiais nas redondezas, motivando a conservação destes, e na utilização de equipamentos e serviços (hotéis, restaurantes, feiras, postos de informações, quiosques, “barracas” etc.), tanto na sede dos municípios rurais como nas regiões turísticas. Digamos que essa é uma característica “distributiva” do Turismo Rural.

A configuração dessas características permite a identificação da região como de Turismo Rural, expressa em produtos e roteiros, sendo capaz de definir e manter a capacidade de atratividade do segmento e de atender às expectativas, necessidades e exigências do consumidor. Assim, o conjunto desses elementos deve ser considerado na estruturação desse tipo de turismo, e não uma ou outra característica isolada. (Mtur, 2008, p. 25)

A partir da caracterização oficial do turismo rural pelo Mutr, verifica-se nesta condição que o segmento é um mecanismo possível na concretização da nova ruralidade pelo aproveitamento socioeconômico das amenidades naturais por meio das diversas atividades que são desenvolvidas no campo, além do desdobramento dos esforços na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

Portanto, como qualquer outra atividade, para a sua implantação se faz necessário que os agentes envolvidos no processo estejam integrados em um planejamento voltado não só na busca de um complemento econômico, mas para superar os desafios que até então perduravam nas estratégias de desenvolvimento para o meio rural, no sentido de uma participação horizontal para se privilegiar as camadas que ficavam de fora desse processo, delimitadas aos produtores familiares, respeitando claro, as características de cada local. Associado às propriedades de agricultura familiar este segmento turístico poderá ser uma estratégia concreta voltada para o desenvolvimento local.

Isto vai depender exclusivamente dos seus articuladores e o comprometimento dos representantes dos órgãos oficiais nas três esferas públicas bem como dos parceiros de iniciativa privada.

2 – AMAZÔNIA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E O PROGRAMA NACIONAL DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR - PNTRAF

2.1 A Amazônia no cruzamento da abordagem do desenvolvimento local e do Turismo Rural na Agricultura Familiar - TRAF

Para Franco (2001), durante muito tempo, acreditou-se que só existia um só tipo de capital, relacionado aos bens e serviços que uma sociedade produzia e à renda da qual seus membros se apropriavam. Um desenvolvimento estritamente econômico, capitalista. Hoje, se acredita ser possível, mesmo metaforicamente, a existência de outras formas de desenvolvimento e, respectivamente, outros tipos de capitais, os quais são decisivos no processo de desenvolvimento. Além da propriedade produtiva, da riqueza, daquilo que se poderia chamar de “capital empresarial ou comercial”, existe ainda o “capital humano”, o “capital social” e o “capital natural”.

Isto implica hoje, como nunca, estar aberto a outros conceitos que são colocados em busca de um novo paradigma, mais justo, eficiente e viável, devido à essência dos problemas do desenvolvimento meramente capitalista. O conceito de desenvolvimento na contemporaneidade absorve todos esses condicionantes de uma maneira ainda muito complexa, mas necessários para promover uma nova forma de planejar.

Estas novas formas de pensar e entender o desenvolvimento estão abrindo caminhos para um rural com novas possibilidades em regiões como a Amazônia. Produzem-se nesse sentido, expressivas políticas que visam integrar e desenvolver o meio rural amazônico, sendo importante, deste modo, refletir sobre essa realidade, considerando que o rural da Amazônia é um território com potencialidades inexploradas e desafios complexos em uma análise voltada para o turismo.

Sob a ótica ambiental, a Amazônia sempre esteve associada à natureza. A sua rica biodiversidade, seus recursos naturais e a diversidade cultural sempre despertaram o imaginário das pessoas. As questões relacionadas com o aquecimento global e a conservação do meio ambiente evidenciam sua importância e, portanto, fazem da região um grande destaque no cenário nacional e internacional.

Nesse contexto, a região Amazônica congrega todos os elementos naturais e culturais que despertam os mais diversos interesses da sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, representa um grande desafio quanto à utilização desses elementos e o seu desenvolvimento.

Historicamente, a Amazônia foi palco de muitas transformações sob o ponto de vista social e econômico, em decorrência dos processos de colonização e urbanização em décadas anteriores. E, atualmente, as questões ambientais exigem uma nova forma de pensar e planejar a região.

Nascimento e Vianna (2007) afirmam que, durante muito tempo, a questão ambiental foi vista somente pelo lado da natureza; hoje, se compreende que o enfoque saiu da natureza e entrou na área da economia para uma visão conjunta e a percepção de que o desenvolvimento econômico estava sendo um elemento de desequilíbrio para a natureza.

De posse da concepção dos autores, esta se faz necessária e condicionante para se pensar em termos de desenvolvimento na Amazônia devido às suas características intrínsecas e peculiares, ainda mais quando se deve pensar com a sua sustentabilidade, aqui delimitada ao espaço rural.

A preocupação com a construção de um novo paradigma para o desenvolvimento rural não só para a Amazônia tornou-se imperativo e indispensável, cujo pressuposto tenha estratégias diferentes das que foram responsáveis, em termos gerais, pela insustentabilidade do mundo atual. Insustentabilidade ocasionada, dentre outras, pelo consumo exacerbado, pelo

sistema de capital que exclui uma grande parte da população urbana e rural de uma vida digna, afetando, dessa forma, o meio ambiente.

Genericamente, a sustentabilidade é a grande questão a ser enfrentada no planejamento do desenvolvimento no século XXI. Portanto, o termo sustentável é imprescindível no processo de um desenvolvimento para o espaço rural da Amazônia, apesar da complexidade, e essencial quando se analisam planos ou programas de desenvolvimento em regiões complexas, no caso a Amazônia, à medida que se verifica as dificuldades socioeconômicas e ambientais existentes desde o seu desbravamento.

Em uma abordagem sobre o conceito de desenvolvimento pautado na sustentabilidade, conforme Nascimento e Vianna (2007) se faz necessário como um arcabouço teórico capaz de fornecer um amplo entendimento das perspectivas de desenvolvimento econômico, bem estar social e preservação ambiental a curto, médio e no longo prazo.

Entretanto, os autores ressaltam a falta de um consenso sobre as dimensões e a essencialidade do termo “desenvolvimento sustentável”. Mesmo assim, este modificou o conceito de desenvolvimento no século XXI e influenciou a forma de planejar de uma economia que ocasionou um desequilíbrio não só para a natureza, mas para a sociedade, em especial nos aspectos ambientais e sociais. Destacam-se nesse contexto, a definição mais recorrente para o termo: eficiência econômica, conservação ambiental e equidade social.

Em um contexto teórico-metodológico, Silva (2005) conceitua a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável a partir de uma visão multidisciplinar, ressaltando a inter-relação das dimensões que os envolvem no processo de formação e prática para alcançá-los. Desta forma, delineia uma abordagem de análise multidisciplinar, à medida que a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são termos complexos e se tornaram o desafio da sociedade contemporânea, de como conciliar desenvolvimento econômico com a conservação e preservação dos recursos naturais.

Por serem termos dinâmicos, o autor chama atenção para o favorecimento de uma melhor compreensão conceitual e leva a percepção de que as visões dos estudiosos da área, na realidade, não são contraditórias como muitas vezes se analisa, mas complementares e fundamentais, e os coloca como grupos de discussão para assim conceber sua ênfase ideológica, bem como assimilar o conceito da multidisciplinaridade no processo do desenvolvimento sustentável.

Destaca, assim, a compreensão da sustentabilidade através das dimensões espacial, social, cultural e econômica, uma concepção multidisciplinar. Esse recente conceito, para ele, descende da “velha” interrelação do econômico com o ambiental, que procurava mostrar as limitações econômicas através da escassez dos recursos ambientais, sendo esta inter-relação de caráter *ação-efeito*, ou seja, a ação econômica e o efeito ambiental. Antes, essa interrelação se dava entre o econômico e o social. Em ambas as situações sempre se buscavam *alternativas econômicas para minimizar tais efeitos (ambientais e sociais)*.

Hoje, de acordo com a abordagem de Silva (2005), a inter-relação das variáveis ou dimensões que envolvem o desenvolvimento sustentável já não pode mais ser analisada como ação e efeito, uma vez que, se mantendo nesta linha de pensamento, sempre irá se resumir o problema ao econômico e minimizar as preocupações, nas demais dimensões, ou seja, simplesmente à minimização do efeito.

Portanto, Silva (2005) trabalha com a compreensão de um corpo único. É uma forma de estabelecer uma ótica multidisciplinar de observar um determinado processo (desenvolvimento sustentável), resultado da interação *social* em um determinado *espaço*, com bases *culturais* cultivadas, com finalidades *econômicas* e obedecendo às *instituições* reconhecidas em qualquer sociedade e considerando a manutenção do estoque *ambiental* existente.

O conceito de desenvolvimento sustentável deve ser visto como uma nova forma de se enxergarem, teoricamente, os fatos. A sociedade evolui baseada em sua interrelação em todas as dimensões e, por isso, não pode ser analisada parcialmente no processo de desenvolvimento.

Para Froehlich (2000), a incessante busca de modelos e estratégias que possam dar efetividade à idéia-força do desenvolvimento parece ser a tônica da sociedade dos últimos cinquenta anos.

Na busca por um novo conceito de desenvolvimento, Sachs (2007), em sua intervenção sobre os dilemas e desafios para o desenvolvimento sustentável no Brasil, conclui que:

Precisamos mais do que nunca a necessidade do conceito de desenvolvimento por duas razões. Primeiro, porque é um instrumento para avaliar o passado, para se ter ciência da rota do mau desenvolvimento. [...] Segundo, se queremos construir novos paradigmas, precisamos, por um lado, de um marco conceitual para a construção desses novos paradigmas e, por outro lado, da proposta e definição de projetos nacionais baseados numa estratégia de desenvolvimento. Portanto, mais do que nunca essa reflexão sobre o desenvolvimento é necessária. (SACHS, 2007, p.28)

O autor reitera e complementa sua colocação que o caminho para se alcançar tal desenvolvimento deve ser auto-suficiente, voltado para as necessidades sociais em harmonia com a natureza, diferenciando-se do modelo atual de desenvolvimento. E certamente representa um desafio a ser vencido.

Desse modo, Sachs (2007) trabalha com a idéia do desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado, ou seja, um tripé firmado pelas três dimensões básicas da sociedade.

Neste contexto, abre a possibilidade de análise sobre planos ou ações de desenvolvimento que se estabelecem em qualquer região. A reflexão cabe, em referência à realidade amazônica, aos demais programas de desenvolvimento que já aconteceram na região, assim como os que estão em fase de implantação.

Becker (2007) retrata a relevância das lições que já temos condições de aprender com as experiências passadas, a respeito dos modelos de desenvolvimento que se sucederam na região Amazônica no final do século XX. Na mesma perspectiva, Coy e Kohlhepp (2005) argumentam que são imprescindíveis para a conservação dos recursos naturais, assim como simultaneamente o combate à pobreza na região, condições de desenvolvimento de forma sustentável nas áreas rurais e urbanas.

Devido às experiências anteriores da política de desenvolvimento regional na Amazônia, é necessário estar atentos às novas possibilidades que possam se estabelecer na região. E, por conseguinte, de acordo com a concepção de Coy e Kohlhepp (2005), uma retomada no processo de um desenvolvimento de forma mais consciente, devendo-se conciliar a proteção do meio ambiente ao mesmo tempo motivando as iniciativas locais, no intuito de assegurar os fundamentos vitais para a população regional ou rural.

Desta forma, é importante definir alguns conceitos sobre o termo desenvolvimento, ao passo que este incorporou as necessidades do ambiente natural e da própria sociedade. E na possibilidade de novos caminhos para o rural da Amazônia, isto se faz relevante, além do que, há um conjunto de expressões sendo atualmente utilizadas de forma equivocada apesar de seus distintos significados.

Para Navarro (2003), o desenvolvimento rural, por apresentar uma característica específica, trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural. No entanto, o conceito de desenvolvimento rural pode alterar-se ao longo do tempo influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento, em termos gerais, impõe gradualmente às famílias e às atividades rurais.

Já o termo desenvolvimento rural sustentado na concepção de Navarro (2003) surgiu a partir da expressão generalizada “desenvolvimento sustentável”, incorporando noções de

equidade social, viabilidade econômica e suposta relação entre as formas de organização social das famílias rurais de forma “consciente”. O “sustentável” se refere aos padrões ambientais requeridos em ações movidas sob a ótica do desenvolvimento rural.

Outra expressão destacada pelo autor, também importante neste contexto, é o desenvolvimento local, que muitas vezes é erroneamente confundida com as anteriores. Para ele, o desenvolvimento local deriva de duas mudanças da atualidade: a proliferação das ONGS que, por atuarem em espaços geográficos mais restritos, criaram a estratégia de “ação local” e se tornou mais acentuada por oposição aos impactos dos processos da globalização; a outra se refere aos processos de descentralização em curso nos Estados Nacionais.

Esta transferência de responsabilidades dos Estados, antes centralizados, valorizou o “local”, no caso brasileiro, o município. A convergência desses fatores tem introduzido o desenvolvimento local como outra noção que gradualmente passa a ser orientada por diversas iniciativas governamentais ou não.

Neste sentido, Franco (2001) define o conceito de local como:

O conceito de local adquire, pois, a conotação de alvo socioterritorial das ações e passa, assim, a ser retrodefinido como o âmbito abrangido por um processo de desenvolvimento em curso, em geral, quando esse processo é pensado, planejado, promovido ou induzido. Entretanto, quando se fala em desenvolvimento local, faz-se referência, habitualmente, a processos de desenvolvimento que ocorrem em espaços subnacionais, sendo que no Brasil, na maioria dos casos, tais espaços são municipais ou microrregionais (envolvendo certa quantidade de municípios dentro da mesma unidade federativa). (FRANCO, 2001, p.27)

Em outra concepção do conceito de local, envolvido na expressão do desenvolvimento, é a idéia de Coriolano (2003), que define desenvolvimento local como um processo de mudança de mentalidade, de transformação social, institucional e da troca do eixo na busca pelo desenvolvimento, por isso orienta-se para o desenvolvimento de médias, pequenas e microempresas, podendo incluir aqui, os proprietários ou agricultores familiares tendo em vista socializar as oportunidades e promover o desenvolvimento na escala humana.

Considerando as conceituações expostas, percebe-se a necessidade de articulá-las no propósito de uma abordagem para o desenvolvimento rural ou local da Amazônia. Utilizar-se-á, portanto, a expressão *desenvolvimento rural sustentável a partir de uma ação local*. Nesta perspectiva, Assis (2006) sustenta que:

O desenvolvimento rural sustentável deve ser implantado em base local e regional porque é nessas instâncias que se pode contrapor alguma espécie de controle social legitimamente instituído à capacidade de influência do grande capital. E mais ainda: é necessário também que estas formas de controle social estejam articuladas entre si, de modo a garantir que essas bases locais nas quais se desenvolveram preservem sua autonomia, mantendo-se a salvo do domínio do capital ou do poder instituído. Com o agravante nos países subdesenvolvidos, em especial, de que o fortalecimento do poder local, quando não precedido de uma participação efetiva e democrática das comunidades envolvidas, tende a revigorar o poder conservador das classes dominantes locais. (ASSIS, 2006, p.85)

Ressaltando o pensamento do autor quanto à participação efetiva das comunidades ou grupos e associações envolvidas nesse processo para se conceber a necessidade das ações de forma articulada entre os diferentes atores sociais, neste sentido há de se considerar que,

[...] a ação local talvez seja o principal espaço que surge na chamada “era da globalização”, esta não pode se dar de forma descoordenada, sob pena de permitir o estabelecimento da trilha natural e histórica da acumulação capitalista de aumento crescente de desigualdade e exclusão social, e de que, mais do que antes, a “sustentabilidade” do desenvolvimento dos países chamado primeiro mundo se deva ao subdesenvolvimento de outras áreas. É, preciso, portanto, a adoção de um projeto político nacional coordenado, baseado na disseminação de experiências fundamentadas no desenvolvimento humano e nas potencialidades locais, que visem tirar da exclusão social a população marginalizada, incorporando-a ao processo produtivo. (ASSIS, 2006, p. 85,86)

Então, a partir desta concepção, as expectativas socioeconômicas nas áreas rurais da Amazônia apontam para estratégias que poderão muito contribuir com o desenvolvimento rural ou local, como o turismo rural de base familiar.

A Amazônia e o turismo rural, neste contexto, se interrelacionam, à medida que os valores simbólicos do campo e da natureza têm crescido devido ao desenfreado ritmo de crescimento urbano que marcou o século XX.

Na Amazônia, a urbanização concentrada apenas nas cidades fez com que o campo fosse esquecido, em contraposição à valorização natural tão ressaltada aos problemas ambientais, assim como a expansão do turismo ligado à natureza fez com que o turismo rural se destacasse dos demais segmentos, devido à revalorização do rural contida nas práticas de excursões ao campo, de veraneios e das atividades de lazer fundados de acordo com Froehlich (2000) no ambientalismo das últimas décadas.

Desta forma, o turismo rural apresenta-se como uma das alternativas capaz de incrementar as condições de vida e trabalho no meio rural. Atualmente, o turismo rural já está consolidado na Região Sul e Sudeste do Brasil, e se expande para o Centro Oeste, e mais recentemente para a Região Norte.

Essas experiências estão em fase de implantação na Amazônia e sendo, portanto, fundamental, de acordo com Blos (2000), entender a dinâmica que se estabelece numa estratégia de desenvolvimento pela via do turismo, sobretudo em áreas que abrigam grupos e organizações sociais complexas e multidimensionais como o rural, para minimizar as margens de erro e os riscos que possam representar às populações locais.

O impacto resultante das estratégias de desenvolvimento anteriormente na região requer o desafio de conhecer os elementos que integram as novas possibilidades socioeconômicas que se abrem para o rural da Amazônia.

O elemento que faz com que o turismo rural se apresente como uma dessas possibilidades é a integração dos agricultores familiares, à medida que a condensação das demandas sociais moldou o aspecto de agricultura familiar, reforçando as tendências em reivindicar novos padrões de desenvolvimento rural que apresentam uma repercussão local.

A nova dinâmica da agricultura no espaço rural é a mudança estrutural da expansão das unidades familiares através das funções não-agrícolas que vêm sendo estabelecidas entre a sociedade e o espaço territorial, ou seja, a pluriatividade dos camponeses, posto que uma

grande parte dos membros das famílias residentes no meio rural passou a se dedicar às atividades que não são necessariamente agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades. *Essa nova forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada “pluriatividade”* (SCHNEIDER, 2003).

E o turismo rural de base familiar se caracteriza nessa nova forma de organização do trabalho familiar através da desenvoltura de pequenos proprietários rurais em agregar atividades não-agrícolas às suas unidades produtivas. Schneider (2003) afirma que a pluriatividade é a combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família. E o turismo rural possui a característica de absorver essas formas de reprodução socioeconômicas que poderá ser uma possível estratégia de desenvolvimento rural sustentado com ação local, através dos municípios ou microrregiões.

Nesta perspectiva, no processo de uma contribuição para o desenvolvimento rural ou local, a partir de um ponto de vista teórico e conceitual, nos permite compreender as mudanças que estão ocorrendo no campo, como as atividades não-agrícolas, no caso da pesquisa, o turismo rural como uma estratégia de reprodução social e econômica das pequenas famílias rurais.

O TR como um dos segmentos do turismo alternativo voltado para atividades relacionadas com o ambiente natural é um dos que o mais cresce no país, e tem possibilitado uma mudança nas ocupações de trabalho e emprego no campo. Embora o seu crescimento seja de certa forma espontânea com pouco ou nenhum planejamento na maioria das regiões onde ocorre, seu papel vem se tornando a cada dia mais significativo, representando uma alternativa real de renda para as populações rurais

Em algumas regiões, como na Europa, pioneira em desenvolver o turismo rural, demonstra o aspecto positivo da atividade para o desenvolvimento no meio rural. As primeiras experiências realizadas no Brasil comprovam o sucesso do segmento,

primeiramente nas regiões Sul e Sudeste, especialmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Esta perspectiva animadora estimulou experiências e iniciativas que estão sendo implantada em outras regiões do Brasil, como na Amazônia. A região se destaca mundialmente pelo seu vasto potencial natural e cultural, bem como pela diversidade de riquezas, paisagens, sabores e culturas que têm atraído um número cada vez maior de pessoas interessadas em conhecer suas particularidades e beleza.

O turismo rural, neste contexto, apresenta-se como uma das alternativas possíveis de incrementar as condições de vida e trabalho no meio rural da Amazônia. Entretanto, é fundamental entender a dinâmica que se estabelece entre a idéia e os imperativos de um projeto de desenvolvimento pela via do turismo, destacando-se o PNTRAF, visto que a região amazônica por si só sempre foi um desafio para as políticas de desenvolvimento.

O entrosamento entre um programa de turismo para o meio rural da Amazônia como possível vetor de desenvolvimento nos conduz a análise da realidade em sua complexidade. Isto se dá na tentativa de compreender a questão que caracteriza o meio rural amazônico nos aspectos socioeconômicos e ambientais na perspectiva do desenvolvimento pela via do turismo rural na agricultura familiar.

Salles (2003) na elaboração de um inventário turístico para o meio rural cita as primeiras experiências do TR na Região Norte, em uma ilha do rio Xingu, a 100 km do município de Altamira, no Estado do Pará. E ressalta a existência da Cooperativa Mista de Produtores e Extrativistas – Campealta – que inaugurou o Hotel Tataquara, salientando que os recursos e financiamentos foram conseguidos junto às ONGS internacionais. A autora destaca que o importante dessa experiência é que a Cooperativa é formada por 1.200 índios de nove tribos.

Conforme exposto por Salles (2003) as primeiras iniciativas de desenvolver o TR na

Região Norte até então contavam com financiamentos internacionais. Diante da falta de investimento e estruturação para o desenvolvimento do segmento nas regiões brasileiras, o Estado vem estimulando o turismo no meio rural por meio do PNTRAF que está em processo de implantação no Estado do Amazonas. O que requer um detalhamento dos princípios e objetivos desse programa.

2.2 O Programa Nacional de Agricultura Familiar - PNTRAF e suas diretrizes

As recentes discussões acerca do espaço rural brasileiro têm enfatizado cada vez mais a importância das atividades não-agrícolas na composição da renda de milhares de agricultores familiares. No caso específico da atividade turística, ressalta-se que esta, além de sua reconhecida capacidade de geração de emprego e renda, possibilita agregação de valor à produção agrícola ou artesanal, preservação do meio ambiente e valorização das culturas locais por meio do resgate do modo de vida camponês.

No entanto, apenas o potencial da agricultura familiar brasileira de contribuir para a diversificação da oferta turística aliada ao aumento da demanda pelas áreas rurais em busca da tranquilidade do campo, não tem sido suficiente para superar os desafios colocados por essa nova atividade. A partir dessas considerações, o Estado intensificou a elaboração de políticas públicas destinadas ao turismo rural.

As Diretrizes do Turismo Rural inseriram-se no Plano Nacional do Turismo em 2003-2007, demonstrando a importância da atividade para o país, por se destacar como uma atividade não agrícola, complementar, com capacidade de gerar renda e trabalho, em especial aos agricultores ou proprietários familiares que detêm poucas perspectivas concretas de inclusão socioespacial, sujeitos apenas às poucas ocupações temporárias no meio rural.

Nas Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural (Mtur/MDA) são propostas as estratégias para o entrosamento das políticas e ações no processo de ordenamento do TR no Brasil. Neste documento, as diretrizes têm como objetivo diversificar a oferta turística; aumentar os postos de trabalho e da renda no meio rural; valorizar a pluralidade e as diferenças regionais; consolidar produtos turísticos de qualidade; e interiorizar a atividade turística.

No total, são sete diretrizes, detalhadas em estratégias específicas. Diretriz 1 - Ordenamento, Diretriz 2 - Informação e comunicação, Diretriz 3 - Articulação, Diretriz 4 - Incentivo, Diretriz 5 - Capacitação, Diretriz 6 - Envolvimento das comunidades, Diretriz 7 - Infraestrutura.

As diretrizes são focadas na formação e capacitação contínua de técnicos e agricultores, na adequação e implantação de infra-estrutura, no estudo de legislação e de regulamentos técnicos, na criação de um ambiente favorável para a inserção do produto TRAF no mercado nacional e nas práticas de gestão que priorizem a articulação, participação e solidariedade no TRAF.

Na expectativa que o turismo rural possa consolidar-se como vetor de desenvolvimento com inclusão social a partir das diretrizes traçadas, o Governo Federal por meio do Ministério do Turismo (Mtur) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criaram em 2003, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PNTRAF). O MDA por intermédio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), estabeleceu apoio aos projetos do programa.

O PNTRAF é desenvolvido pelos respectivos Ministérios em parceria com a Rede TRAF, uma articulação de técnicos, instituições e representações de agricultores familiares, foi criada para possibilitar a articulação e o intercâmbio de informações através do debate de questões relevantes para o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar.

A Rede TRAF consiste em uma estrutura organizacional integrada por atores comprometidos com o desenvolvimento da família na zona rural. É composta por representantes de instituições governamentais, não-governamentais e representantes de organizações de agricultores familiares com atuação nas atividades do setor turístico.

De acordo com os Ministérios, o programa possui um caráter de integração, que busca a valorização ambiental, as tradições da região e as atividades agropecuárias de comunidades rurais. Por meio deste programa, o governo federal tem a intenção de fortalecer as relações produtivas dentro da agricultura familiar, oferecendo novas oportunidades de mercado ao produtor rural voltado ao turismo.

O PNTRAF tem como objetivo promover o desenvolvimento regional e fomentar as atividades turísticas entre agricultores familiares sempre integrados aos arranjos produtivos locais.

Princípios básicos que norteiam o PNTRAF:

- I. A prática do Associativismo;
- II. A valorização e resgate do patrimônio cultural (saberes e fazeres) e natural dos agricultores familiares e suas organizações;
- III. A inclusão dos agricultores familiares e suas organizações, respeitando as relações de gênero, geração, raça e etnia, como atores sociais;
- IV. A gestão social da atividade, priorizando a interação dos agricultores familiares e suas organizações;
- V. O estabelecimento das parcerias institucionais;
- VI. A manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços do Turismo Rural na agricultura familiar em relação às demais atividades típicas da agricultura familiar;
- VII. O comprometimento com a produção agropecuária de qualidade e com os processos agroecológicos;

VIII. A compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar em todo o território nacional, respeitando os valores e especificidades regionais;

IX. A descentralização do planejamento e gestão deste Programa.

O programa tem como beneficiários os assentados da reforma agrária, extrativistas florestais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, povos da floresta, seringueiros e suas organizações, entre públicos definidos como beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Destacam-se as linhas de crédito do PRONAF em apoio ao Turismo Rural:

- PRONAF Turismo Rural
- PRONAF Agroindústria
- PRONAF Mulher
- PRONAF Jovem Rural
- PRONAF Agroecologia

Importante registrar conforme Santos (2008), que o PRONAF foi criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, vinculado ao Ministério de Agricultura e Abastecimento, até o ano de 1999, quando passou a ser denominado Ministério do Desenvolvimento Agrário até o momento.

O PRONAF para desenvolver o desenvolvimento sustentável fundamenta-se nas linhas de ação, de negociação de políticas públicas com órgãos setoriais, financiamento de infraestrutura e serviços, crédito rural e capacitação para os agricultores. (MELLO, 2005 citado por SANTOS, 2008). A partir de 2003, incorporou novas linhas de crédito e financiamento, entre elas, as direcionadas para o TR conforme elencadas anteriormente.

Santos (2008) destaca que o PRONAF está em constante crescimento e tem a característica peculiar de moldar-se conforme as situações, essa característica se comprova pela continuidade do programa. Sendo a sua última alteração disposta na Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Outro fato levado em consideração por Santos (2008) é o interesse em ordenar e planejar ações para o TR, despertando um modelo gestor.

No contexto do PNTRAF ressalta-se um dos documentos que reivindicou o planejamento da ordenação do TR no Brasil, a Carta de Santa Maria¹, este documento marca o reconhecimento do TR no Brasil como atividade socioeconômica, e consequentemente a necessidade da criação de políticas públicas específicas para o TR, como o PNTRAF.

O PNTRAF faz parte do macroprograma do Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo Regional, o Programa de Regionalização do turismo – Roteiros do Brasil que leva em conta as vocações e potencialidades locais, com total integração e participação de todos os segmentos sociais no intuito de promover o desenvolvimento sustentável.

Procurou-se fazer este detalhamento do programa para realçar a responsabilidade do assessoramento técnico das ações para a sua implantação, que estão alocadas conforme se verifica nas três esferas públicas, Federal, Estadual e Municipal, podendo ser ampliada às organizações ou entidades não governamentais.

O cenário das políticas públicas destinadas para o TRAF, a partir do PNTRAF, é positivo, e chamou a atenção do pesquisador quanto à necessidade de um acompanhamento de sua implantação no Estado do Amazonas pelo fato de ser uma experiência diferenciada dos demais segmentos do turismo e por se desenvolver nas áreas rurais dos municípios amazonenses ainda muito carente em infraestrutura turística.

¹ A Carta de Santa Maria foi apresentada por empreendedores rurais no 1º congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável realizado pela Universidade Federal de Santa Maria-RS em 1998. E está no anexo 1 das Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil.

Além do que, um dos segmentos do turismo que mais se destaca no Estado é o turismo ecológico concentrado apenas ao entorno dos hotéis de selva e resorts, havendo pouca interação com a comunidade local. A integração dos agricultores familiares por meio do PNTRAF no Estado do Amazonas requer uma investigação de como verdadeiramente se estabelecerão essas ações, entendendo que são experiências diferentes do cotidiano da população rural local.

2.3 O Projeto de turismo Rural na Agricultura Familiar para o Estado do Amazonas e os órgãos governamentais

A iniciativa de implantar e desenvolver o Turismo Rural de base familiar no Amazonas na percepção da Empresa Estadual de Turismo – AMAZONASTUR, Órgão Oficial de Turismo do Amazonas se deu inicialmente pela potencialidade agro-ecológica existente e das atividades de agricultura familiar presente nos Municípios Amazonenses.

A necessidade de ordenar a atividade turística no que diz respeito à capacitação, estruturação e a inserção da agricultura familiar no contexto do segmento do turismo rural, fez suscitar dos órgãos governamentais o planejamento do segmento.

A estrutura dos serviços destinados ao turismo ainda é deficiente no Amazonas, o que requer aperfeiçoamento profissional em todos os segmentos, e principalmente ao turismo rural, visto que, é uma modalidade incipiente desenvolvida insatisfatoriamente na região, apesar de poucas famílias ou proprietários rurais de alguns municípios já desenvolverem pequenas atividades ligadas ao turismo, com apenas o conhecimento empírico sem acompanhamento técnico adequado, bem como incentivos que concedam um melhor aproveitamento das oportunidades que o segmento pode oferecer.

Nessa perspectiva, conforme orientações do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e do Ministério do Turismo - Mtur, a AMAZONASTUR na condição de órgão gestor do turismo no Estado elaborou um projeto de ação voltado para o turismo rural nos municípios que possuem vocação para o segmento, com a finalidade de organizar e sensibilizar agricultores familiares que se fazem dispostos a desenvolver as atividades turísticas no meio rural nos Municípios Amazonenses, para dessa forma, oportunizar uma melhor estruturação dos serviços turísticos e das comunidades rurais, assim como, a sua inserção em novas oportunidades de renda e trabalho e melhoria da qualidade de vida de ribeirinhos e indígenas no Amazonas.

Foram inseridos primeiramente treze Municípios para integrar a rede de cidades que fazem parte do turismo rural, com foco na agricultura familiar no Amazonas. A Rede TRAF tem o apoio da AMAZONASTUR, do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - IDAM e a Associação Amazonense de Municípios – AAM, Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA para a mobilização das Prefeituras, dentre outros.

Nos Municípios integrantes da Rede TRAF serão identificadas as unidades produtivas com vocação agrícola e com condições para serem abertas à visitação turística e consequentemente incluídas no TRAF/AM. O programa será implantado primeiramente em sete Municípios Amazonenses – Rio Preto da Eva, Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Novo Airão e Manaus. E posteriormente em mais oito – Coari, Parintins, Barcelos, Tefé, Silves, Manaquiri, São Sebastião do Uatumã e Maués.

Dentre os Municípios participantes do programa, delimitou-se para a realização da pesquisa, o Município de Rio Preto da Eva-AM, por este apresentar potencialidade nos recursos naturais e, se destacar na produção de agricultura familiar no Estado, como na produção de fruticulturas, piscicultura e flores tropicais, além de demonstrar interesse e buscar iniciativas para o desenvolvimento do turismo rural local.

2.4 O Papel do agente Estadual de Turismo: AMAZONASTUR

No planejamento do turismo rural de base familiar, a AMAZONASTUR, desde 2005, tem a finalidade de ordenamento e desenvolvimento dessa atividade, com ações pautadas na estruturação e suporte nas iniciativas dos agricultores nas unidades produtivas familiares rurais dos Municípios do Amazonas que tem a intenção de agregar valor em suas atividades produtivas com desempenho de serviços turísticos para complementar a renda e melhorar, portanto, a qualidade de vida local.

Nesse contexto, ressalta-se que o projeto inicial promovido pela AMAZONASTUR, visa sensibilizar e organizar os atores sociais (agricultores ou unidades produtivas familiares) para o desenvolvimento da atividade turística no meio rural amazonense. O objetivo principal é desenvolver e fortalecer a agricultura familiar, inserindo os agricultores familiares dos Municípios participantes do programa, por meio da capacitação, qualificação e conseqüentemente formatação e o desenvolvimento de novos produtos.

As informações destacadas foram esclarecidas por responsáveis pela articulação e execução do TRAF/AM, de acordo com o projeto da AMAZONASTUR em parceria com o MDA, IDAM, SEMCTUR de Rio Preto da Eva-AM, dentre outros.

Assim, algumas ações já foram efetivadas. Entre elas destacam-se:

- Identificação de Municípios com potencialidade para o referido segmento por meio de critérios básicos como, acesso, atrativos, equipamentos turísticos e de apoio técnico;
- Após a identificação dos Municípios foi realizada visita técnica às unidades produtivas;
- Realização de reuniões e apresentação do PNTRAF aos agricultores familiares e técnicos das Secretarias Municipais de Turismo, Meio Ambiente e Produção Rural;
- Incentivo a criação das Associações de Turismo Rural na Agricultura Familiar – TRAF nos Municípios envolvidos.

Sendo importante ressaltar as Metas do Projeto, elencadas na tabela 3 abaixo:

Meta I – Oficina para formação de multiplicadores do turismo rural na agricultura familiar. (já alcançada)
Objetivos: ▪ Formar multiplicadores do TRAF no Estado do Amazonas como os Agentes de desenvolvimento Local (ADL) e agricultores familiares; ▪ Fortalecer o PNTRAF e a Rede TRAF no Estado, por meio da parceria com o IDAM, Agência de Florestas e Negócios sustentáveis do Estado do Amazonas - AFLORAM;
Meta II – Educação Ambiental para as comunidades dos agricultores familiares (oficina de Educação ambiental “Ambiente Limpo: Uma questão de Educação” com duração de dois dias, com carga horária de 16h). (Já alcançada)
Objetivos: ▪ Possibilitar às comunidades rurais a sensibilização ambiental, visando o uso adequado dos recursos naturais, sua preservação e conservação, visto que tais recursos possam constituir atrativos turísticos. ▪ Esclarecer sobre a existência da interdependência econômica, social, política e ecológica nas zonas rurais e urbanas. ▪ Sensibilizar os indivíduos e grupos sociais para nova mudança de conduta na sociedade em seu conjunto, a respeito do relacionamento entre o homem e o meio ambiente. ▪ Proporcionar aos grupos sociais e aos indivíduos a aquisição de novas experiências e compreensão fundamental do meio ambiente. ▪ Incentivar a importância dos agentes ambientais voluntários nas comunidades
Meta III – Implantação de sistemas de trilhas ecológicas
Objetivo: ▪ Desenvolver um planejamento para a implantação de Sistema de Trilhas Ecológicas e Gerenciamento no município de Rio Preto da Eva-AM, com vocação para o turismo rural, além de implantar o gerenciamento comunitário, com base nas atividades do turismo rural desenvolvido nas trilhas, bem como viabilizar a realização de oficinas para a capacitação de monitores de trilhas e agentes ambientais, ressaltando a identidade cultural das comunidades.
Meta IV - Oficina para formação de multiplicadores do TRAF no Alto Solimões.
Esta meta tem por abrangência os municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Iça, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins. Objetivo: ▪ Formar multiplicadores do TRAF no Alto Solimões do Estado do Amazonas como os Agentes de desenvolvimento Local (ADL) e agricultores familiares;

Tabela 3: Metas do Projeto para a implantação do PNTRAF no Estado do Amazonas
Fonte: AMAZONASTUR, 2007.

Estas são as metas traçadas no Projeto de Turismo Rural na Agricultura Familiar para o Estado do Amazonas, as quais estão ainda sendo executadas, conforme se destacou duas já foi alcançada, a Meta I no período de 30.03.2009 a 03.04.2009 realizada no Município de Rio Preto da Eva-AM, e a Meta II de 22 a 26. 06.2009, na cidade de Manaus, com a participação

dos sete Municípios envolvidos com o TRAF/AM. Segundo o Coordenador do TRAF/AM na AMAZONASTUR, Sr. Francisco Everardo Girão, as outras duas metas serão efetivadas provavelmente até julho de 2010.

O Geógrafo, Francisco Girão, ressalta a dificuldade no cumprimento das metas, como a logística dos deslocamentos dos participantes dos Municípios envolvidos no TRAF/AM até ao local de realização das oficinas devido à distância e o acesso, bem como os cataclismas ocorridos no Amazonas no período da realização das oficinas, como a grande enchente que comprometeu a vida dos agricultores familiares e o período de escassez de chuvas no momento seguinte, causando perdas na produção rural no Estado.

Isto caracteriza a fragilidade da região, pois alguns municípios apresentam acesso fluvial e aéreo, o que depende das condições meteorológicas. Outro fato destacado são as intempéries, como enchente e estiagem relacionada. Esses fatores influenciaram na execução das atividades para o cumprimento das metas do projeto de acordo com o cronograma previsto.

A AMAZONASTUR em parceria com o IDAM e a SUFRAMA em 2009 atuou efetivamente na parceria da Rede TRAF para a implantação do programa, merecendo destaque, os investimentos da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA e as suas ações neste sentido, como o Projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural para o Turismo Rural na Agricultura Familiar, com as missões técnicas aos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, com objetivo de conhecer as experiências exitosas nos territórios rurais dos referidos Estados e aplicá-las no Amazonas respeitando as especificidades no viés do desenvolvimento sustentável.

2.5 A ação dos parceiros governamentais na articulação da Rede TRAF no Amazonas

O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) em parceria com a AMAZONASTUR atua ativamente na implantação da Rede TRAF no Estado. Cabe ao IDAM, promover a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural junto aos agricultores, assim como identificar as propriedades ou comunidades rurais a serem beneficiadas pelo PNTRAF, e elaborar projetos técnicos para financiamento e emissão de Declaração de Aptidão (DAP).

O documento DAP, em uma linguagem simplificada, será a carta de aprovação da propriedade que estiver dentro dos requisitos estabelecidos pelo PNTRAF, para ter acesso às linhas de crédito disponibilizadas para a adequação da propriedade a infraestrutura turística.

De acordo com o IDAM (Publicação Mensal, ano III nº 1, Jan. 2010), ao todo já são 17 municípios que constituem a rede TRAF no Amazonas (Presidente Figueiredo, Iranduba, Novo Airão, Manaus, Barcelos, Rio Preto da Eva, Manaquiri, Tefé, Coari, Manacapuru, Itacoatiara, Silves, São Sebastião do Uatumã, Parintins, Careiro, Autazes e Maués), sendo que o Município de Rio Preto da Eva-AM é o projeto piloto para a implantação do programa, com três propriedades em potencial para o desenvolvimento das atividades do TRAF.

Um dos objetivos do IDAM é incentivar a implantação da Rede TRAF no Amazonas, a qual deve ser uma missão contínua dos técnicos e colaboradores do TRAF, já que visa não somente a prosperidade das comunidades agrícolas beneficiadas, como também o desenvolvimento rural do Estado e da atividade turística, que poderá obter maior visibilidade com essa nova modalidade, o turismo rural de base familiar, que atrai visitantes interessados em conhecer a vida no campo e as belezas dos municípios.

Segundo o Articulador da Rede TRAF no IDAM, Romualdo Figueiredo Ramos, a implantação do TRAF nos Municípios do Amazonas *“Resgata a cultura, oportuniza uma modalidade de entretenimento, e proporciona mais uma fonte de renda para as famílias”*.

O Projeto da Rede TRAF, começa a avançar no Estado do Amazonas. No município de Rio Preto da Eva-AM, a Unidade Local do IDAM está selecionando algumas propriedades que possam atender as exigências do PNTRAF para que o projeto seja implantado com sucesso e consequentemente fazer parte dos roteiros turísticos da cidade.

Dentre as propriedades com capacidade para a realização do TRAF, o Articulador do Projeto, Romualdo Figueiredo Ramos mostrou-se otimista com o sítio “Sonhando Acordado” de propriedade do Sr. Agenor Muca e Sra. Socorro Barroso, que fica localizado no Ramal São Benedito – Km 3, à 10 minutos da área urbana. *“O potencial dessa propriedade é muito grande para desenvolver o Turismo Rural, o seu Agenor já mantém uma boa estrutura e está bastante empenhado para receber pessoas em seu lar”*, afirmou Romualdo. (IDAM, Publicação Mensal, ano III nº 1, Jan. 2010)

O sítio “Sonhando Acordado” já conta com experiências na área do turismo, pois já recebe visitas de acadêmicos do curso de turismo de algumas Universidades do Estado. Além disso, conta com uma área de mata virgem, e a produção de abacaxi, laranja e a criação de peixes. Acostumado com a visitação do público, seu Agenor comercializa licores de frutas da Amazônia, e oferece aos visitantes, almoço típico da região.

O Projeto conta com a parceria da AMAZONASTUR e da Secretária de Turismo de Rio Preto da Eva-AM. De acordo com o IDAM, seus técnicos estão trabalhando, em parceria com seu Agenor, para melhorar a estrutura física do local a fim de proporcionar aos turistas maiores opções de lazer e entretenimento.

A fim de capacitar técnicos para identificar propriedades em potencial e orientar os produtores rurais sobre atrativos turísticos para o desenvolvimento das atividades do TRAF na

região, estão sendo realizadas pelo IDAM, visitas, oficinas e intercâmbios em outros Estados para um melhor desempenho da sua participação no PNTRAF.

No período de 28 de Setembro a 04 de Outubro de 2009 foi realizado o “Intercâmbio Técnico em Experiências Exitosas no Turismo Rural” no Estado do Paraná, onde 10 representantes das unidades locais do IDAM (Presidente Figueiredo, Iranduba, Novo Airão, Manaus, Barcelos, Rio Preto da Eva e Manaquiri), 02 da AMAZONASTUR e 01 representante da Prefeitura de Rio Preto da Eva-AM visitaram quatro propriedades que desenvolvem o TRAF, com vistas a colher novas experiências e modelos de produção que podem ser posteriormente aplicados nos municípios do Amazonas. (IDAM, Publicação Mensal, ano III nº 1, Janeiro 2010)

Outros intercâmbios já se efetivaram em novembro e dezembro de 2009, no Estado do Rio Grande Sul e Espírito Santo. De acordo com o relatório técnico do Articular Central do TRAF no IDAM, Sr. Romualdo (Jan. 2010) a visita a estes Estados foi muito positiva também no ponto de vista institucional, pois teve toda uma interação com os órgãos e instituições que dão apoio ao TRAF nessas regiões, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul - EMATER-RS que atua concomitantemente às Secretarias Municipais do RS e nas atividades do turismo rural e, o Serviço Social Autônomo Ecoparaná - ECOPARANÁ empresa de economia mista de direito privado, que paralelamente desenvolve o trabalho de turismo juntamente com a secretaria de turismo do Estado do Paraná, entre eles o TRAF.

Ter a noção de como se articulam os órgãos e instituições comprometidos com TRAF em outras regiões bem como conhecer como se dá à estruturação dos mesmos, é importante para o planejamento e ordenamento das parcerias existentes no Estado do Amazonas no processo do TR, para perceber as falhas que poderão advir, e melhor solução das dificuldades. Concebendo, a diferença da realidade entre o Estado do Amazonas e os referidos Estados,

uma vez que, o TR nessas regiões já está consolidado, estruturado, sendo, portanto, referência no país.

Em posse dos relatos do Sr. Romualdo (IDAM, Jan.2010, adaptado) destacam-se os roteiros do TR nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, visitados pelo intercâmbio técnico realizado no período de setembro a dezembro de 2009.

No Estado do Paraná percorreram-se o “Caminho do Vinho” no Município de São José dos Pinhais - PR, conhecendo as cantinas de vinhos, embutidos e compotas, produtos explorados pelos agricultores de uma colônia de descendentes de imigrantes italianos e poloneses. Outra atividade explorada em São José dos Pinhais é o “Café Colonial”, que tem grande aceitação pelos visitantes.

Interessante registrar aqui, que o serviço de “Café Colonial” oferecido no Município de São José dos Pinhais - PR equivale ao nosso “Café Regional” também muito explorado, em especial no Município de Rio Preto da Eva-AM.

Destaque ao “Circuito Italiano de Turismo Rural” no Município de Colombo-PR, com diversas práticas de turismo, ressaltando o resgate da cultura ascendente italiana, assim como a gastronomia voltada para massas, embutidos e a prática da agricultura familiar. Neste circuito há o “Parque das Uvas” e diversas pequenas propriedades rurais, como também vinícolas e a plantação de morango orgânico.

No Município de Morretes-PR, cidade do período colonial, tem uma culinária de forte sabor, com comidas que remonta a época, como o Barreado. O município tem sua produção voltada para a produção de cachaça colonial, vinho artesanal, produção de farinha, pesque pague, produção de oléícolas e o famoso café colonial da região, todas as atividades e produção são desempenhadas por agricultores familiares.

Outro local percorrido foi à Colônia Witmarsun, de etnia alemã, localizada no Município de Palmeira-PR, o Sr. Romualdo destaca nessa colônia, a preservação da Cultura

Menonita de costumes bastante arraigados em seu país de origem, ressaltando que para a sua preservação houve a necessidade de se criar uma colônia de administração fechada, dando origem a Cooperativa Mista Agropecuária de Witmarsun Limitada, hoje tendo como o principal produto, o processamento dos leites e os tradicionais queijos especiais.

Segundo relato do Sr. Romualdo é interessante esclarecer que os princípios e ideais da Comunidade Menonita está baseada em três pilares: educação, religião e economia - traduzido em Fé, União, Cooperação e Trabalho. É tradição nos sábados ocorrer à feirinha de troca, compra e venda dos mais variadas mercadorias, que vão desde a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, alimentos processados, artesanato e vestuário.

Outro forte atrativo da Colônia Witmarsun é a culinária e o café colonial espalhados por toda área da referida colônia, com fazendas temáticas visando à interação do ser humano principalmente das crianças, com a natureza e o conhecimento do processo de produção como as plantas, frutas, animais e seus produtos (ovos, leite e etc.).

No Estado do Rio Grande do Sul, o Caminho: “Alemães do Sul” tem como atrativo a culinária de origem alemã, o resgate cultural e as tradições. O Caminho das Pipas no Município de Rolante-RS formado por descendentes italianos que desenvolvem a agricultura familiar voltada para produção de vinho artesanal, ofertando também culinária e o resgate cultural, dando ênfase na saga da família, por meio de um pequeno museu.

No Município de Gramado-RS, a atração é o café colonial da região “Raízes Coloniais”. Já no Município Arroio do Sal-RS é desenvolvido o Turismo Rural Campeiro, uma modalidade bastante explorada na região próxima do litoral, tendo como tradição a vacaria, equitação, café colonial com fogão a lenha e a cultura gaúcha. No Município de Três Cachoeiras-RS, o Caminho Morro Azul é composto por descendentes de imigrantes italianos que tem como atrações, o moinho de pedra, a culinária, a produção agrícola, a produção de cachaça artesanal e a interação com a cultura de seus antepassados.

Os Caminhos Rurais de Porto Alegre com base na agricultura familiar tem atrativos bastante diversificados, como a Feira Ecológica, o Santuário Mãe de Deus, a Vista Panorâmica da Zona Sul de Porto Alegre (área rural), a Festa do Pêssego de Porto Alegre, o Centro de Eventos, a Propriedade de Produção Cycas e Palmeiras, o Sítio Capororoca (propriedade agroecológica) e a Chácara Malinski de agricultura familiar.

No Estado do Espírito Santo foi visitada a sede do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) em Pacotuba, onde se desenvolve o projeto “Fazenda Experimental do Bananal do Norte”. Esta fazenda trabalha com pesquisa técnica e atua na área de capacitação para agricultores rurais e na formação dos filhos dos agricultores, ministrada em vários módulos no intuito de tornar a propriedade melhor tecnificada.

O Circuito “Águas de Burarama” em Cachoeiro de Itapemerim - ES é formado por pequenas propriedades rurais de agricultores familiares descendentes de italianos e alemães, que tem como cultivo, o café. Os atrativos do programa são o artesanato, doces e biscoitos confeccionados pela Associação de Mulheres que atuam com trabalhos sociais no Distrito de Pedra Menina.

No Município Dores do Rio Preto-ES foi realizada visita técnica ao Programas Cama e Café Mundo Novo e Cama e Café de Paineiras e o Patrimônio da Penha. Há ainda, o Engenho do Vovô e do José Farias que dispõem de um alambique artesanal para produção de cachaça, melado, rapadura e açúcar mascavo, além do Pesque-Pague da Fazenda Saúde – Propriedade com produção de tomate seco, polenta e aipim de queijo, tendo iniciada sua atividade na agricultura, e em seguida foi sendo organizada para funcionar como restaurante de comidas regionais.

Já no Município de Venda Nova do Imigrante-ES foram visitadas as propriedades familiares como, família Brioschi, Produto Busato e Família Carnielle, que produzem artesanalmente produtos baseados em queijos, embutidos, inclusive o conhecido socol, vinho

de jabuticaba, doces, compotas, cachaça, café em pó, fubá de moinho de pedra e antepastos. E a família Lorenção, que trabalha com indústria caseira de embutido socol, tomate seco, antepastos, doces e licores.

Na Comunidade Tapera, há os produtos Tia Cila, com produção de biscoitos, pães em forno a lenha, macarrão, licores e outros. A família La Vilanella produz artesanato de sobras de madeiras e galhos de podas, como também produzem biscoitos e doces na Comunidade Providência e para a Loja Agrotur na sede do município.

Outro roteiro percorrido foi a Rota do Lagarto / Parque Estadual da Pedra Azul- ES e cavalgada Ecológica Fjordland, que dispõe de cavalos da raça Fjord de origem norueguesa.

E ainda o Sítio Herança e Produtos Ronchi, ambos tem como atrativos principais, o artesanato, queijos, embutidos e bebidas.

Diante dos relatos expostos, percebe-se a riqueza das informações, concedendo dessa forma um reporte imaginário sobre a beleza e o encantamento desses locais, salientando a força do TR nessas regiões por meio da organização e presença ativa dos agricultores familiares neste contexto.

A experiência obtida por intermédio desse intercâmbio com certeza dará uma visão otimista e realista a cerca do segmento TR aos multiplicadores do TRAF no Estado do Amazonas ao passo que a realidade e as peculiaridades do Estado diferem bastante dos Estados visitados. Como se observa na concepção do Articulador Central do TRAF no IDAM, Sr. Romualdo:

A experiência adquirida neste intercâmbio servirá como parâmetro para que, respeitando as peculiaridades regionais, possamos implantar a atividade do Turismo Rural na Agricultura Familiar no estado do Amazonas, com maior segurança e menos erros. [...] É interessante observar o bom relacionamento entre os diversos parceiros envolvidos no programa, onde as responsabilidades se completam, tendo cada um, consciência de sua responsabilidade. Destacamos os organismos de governo tanto estadual como municipais e autarquias totalmente comprometidos além da própria família que demonstra satisfação com a atividade permitindo desta forma a consolidação do programa TRAF.

É este pensamento e determinação que queremos introduzir em nosso Estado, envolvendo os diversos órgãos do Estado e dos Municípios para incentivar o nosso agricultor para desenvolver o trabalho de turismo rural, sensibilizando-o para formatar sua propriedade com vistas ao bem estar do visitante, pois destacamos a importância que é dada a questão paisagística pelos moradores daquela região [...]. (ROMUALDO FERREIRA RAMOS, Relatório IDAM, jan. 2010)

Verifica-se que o TRAF nessas Regiões é consolidado e tem acompanhamento técnico constante dos órgãos oficiais, instituições privadas bem como das organizações que atuam juntamente nesse processo. Que a experiência vivenciada sirva de aprendizado e fique armazenada, e principalmente, seja praticada.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) também tem participação na articulação do TRAF no Estado. Em parceria com o IDAM e a AMAZONASTUR promove investimentos no projeto-piloto no Município de Rio Preto da Eva-AM. O valor do investimento inicial foi de R\$ 154,5 (SUFRAMA, página de comunicação eletrônica em 20.03.2008).

Noticiado pela entidade, o convênio firmado teve a finalidade de promover o ordenamento da atividade turística no município por meio da capacitação de recursos humanos para a estruturação das comunidades rurais.

Na primeira fase do projeto destaca-se o treinamento de 20 funcionários do IDAM em assistência técnica e extensão rural específica para o TRAF bem como as visitas de intercâmbio técnico, citadas anteriormente, envolvendo os técnicos que participaram das Experiências Exitosas nos Estados do Sul do país, conforme já ressaltado, além da aquisição de motocicletas para uso no transporte de pessoal e equipamentos como notebook para o acompanhamento técnico aos agricultores familiares envolvidos no projeto.

Esses equipamentos já estão sendo utilizados no Município de Rio Preto da Eva-AM para o devido acompanhamento às propriedades propensas ao TRAF.

Segundo o superintendente adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da autarquia em 2008, Elilde Menezes, o projeto permitirá desenvolver o Plano de Turismo Rural

para a Agricultura Familiar no Estado do Amazonas em consonância com o PNTRAF. "*O Estado tem um enorme potencial para esse segmento e esperamos contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população*", afirmou o superintendente adjunto. (SUFRAMA, notícias eletrônicas em 20.03.2008).

Conforme todas essas informações ressaltadas por meio dos órgãos envolvidos no TRAF para a implantação do PNTRAF no Amazonas, nos concede uma visualização desde o instante inicial até o momento da finalização da pesquisa sobre o andamento das ações executadas, para dessa forma, poder traçar algumas considerações a respeito da atividade turística no meio rural do Estado neste primeiro momento.

Lembrando que o Município de Rio Preto da Eva-AM é a experiência inicial do Projeto e como área de estudo, requer uma contextualização de suas características em termos gerais para melhor entender a sua inserção no segmento turístico, o turismo rural de base familiar.

3 A REDE TRAF E SUA IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA NO AMAZONAS

3.1 Caracterização do Município

O Município de Rio Preto da Eva-AM juntamente com a AMAZONASTUR e o SEBRAE-AM, no ano de 2005 iniciou os primeiros passos para a viabilização do turismo rural de base familiar no Estado do Amazonas. Isto se efetivou com a contratação da Empresa de consultoria - CREATO Oficina de roteiros, contratada para diagnosticar a potencialidade do município na perspectiva do turismo rural e na promoção dos projetos destinados a atividade.

Conforme o levantamento das informações para a realização da pesquisa, o município foi o pioneiro a ter tal atitude, sendo, portanto, a primeira iniciativa a ser tomada na esfera municipal para tornar possível a viabilização do turismo rural de base familiar. Recordando que, as diretrizes do turismo rural foram incluídas no Plano Nacional de Turismo no ano de 2003, e em 2005 o município deu início ao planejamento das primeiras ações em prol da atividade turística no meio rural.

O município está situado às margens da Rodovia AM-010, a 79 km de Manaus, onde *a priori* poderá se desenvolver o turismo rural de base familiar no âmbito de algumas comunidades ou propriedades rurais que mantêm atividades econômicas típicas de produção familiar.

Essas propriedades rurais se fazem dispostas a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, ofertando produtos e serviços, bem como proporcionar bem-estar aos turistas que buscam nesse segmento o que o município tem de melhor e típico a oferecer, seja na

agricultura, na gastronomia ou nos próprios costumes da população local, compartilhando, deste modo, suas belezas naturais e culturais.

De acordo com os dados históricos levantados pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SEMCTUR), em meados da década de 60, o governo do Estado do Amazonas, através do Departamento de Estradas e Rodagem (DER/AM), deu início aos trabalhos de topografia e desmatamento para que o Município de Manaus pudesse ter acesso ao Município de Itacoatiara através de uma rodovia, o que, até aquele momento, só era possível por via fluvial.

Com a possibilidade da abertura de uma rodovia, algumas famílias começaram a adquirir terras e a se deslocar das comunidades ribeirinhas próximas, como Rubim e Tiririca e até mesmo de Manaus, em busca de melhores condições de vida através da agricultura, dando origem naturalmente a uma colônia.

Em 12 de abril de 1961, a Colônia foi elevada à categoria de Município no governo de Gilberto Mestrinho, com o nome de Eva, com sede em um sítio de mesmo nome, às margens do Rio Grande. No ano de 1962, os trabalhos de terraplanagem da rodovia alcançaram 80 km de extensão e foram temporariamente suspensos, em função de um grande rio de águas escuras que impedia a passagem para a continuação das obras.

Foi necessário trazer de Manaus, pelas vias do rio Amazonas, Paraná da Eva e Rio Grande, uma balsa de ferro para ser utilizada na travessia de pessoas, máquinas, alimentação e materiais. José Furtado Viana foi um dos pioneiros no município e responsável pela manutenção e movimentação da balsa no período de 1962 a 1964.

No decorrer destes acontecimentos, muitas famílias foram se instalando e povoando definitivamente o local, aumentando cada vez mais o número de habitantes. Com o crescimento da população, foi criada, através da Secretaria Estadual de Produção Rural

(SEPROR), a Colônia Agrícola do Rio Preto (CARP), que beneficiou os colonos locais tanto na divisão de seus lotes de terra quanto na produção agrícola.

Em 04 de junho de 1964, no Governo Estadual de Artur César Ferreira Reis foi extinto o município de Eva.

No governo de Danilo Duarte de Matos Areosa foi construída uma ponte de madeira para viabilizar a travessia do rio de forma mais rápida em função do desenvolvimento da rodovia e do aumento do tráfego. A colônia já possuía um total de sessenta famílias, que praticavam a agricultura de subsistência, com produção de farinha, feijão, arroz, milho, abacaxi, cupuaçu e cana.

Com o aumento da produção, a SEPROR viabilizou aos colonos um caminhão que transportava os seus produtos às sextas-feiras para Manaus, os quais eram vendidos na Feira do Produtor, cujo caminhão transportava os colonos de volta aos sábados. Neste período destacou-se na produção de farinha de mandioca no Estado.

Em 1968, com recursos do governo federal, iniciou-se a construção de uma ponte de concreto em substituição a de madeira, concluída em 1969, desviando o leito do rio.

De 1964 a 1981, esta localidade desenvolveu-se como colônia e, em 10 de dezembro de 1981, elevou-se à categoria de município pela segunda vez, com o nome de Rio Preto da Eva. O nome de se deu em homenagem às águas escuras do rio que banha a localidade e desemboca no Paraná da Eva.

No ano de 1982, o município realizou sua primeira eleição política, tendo como primeiro prefeito o senhor Luciano Batista Martins, que ficou no mandato por seis anos.

A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SEMCTUR) destaca que atualmente, o município desenvolve o turismo, incentivado pelos aspectos naturais que possui, principalmente pelo balneário Municipal do Buriti e pelas festas que são realizadas ao longo

do ano. Entre elas, a Festa da Laranja, que geralmente acontece no final do mês de agosto e início de setembro, e ainda o aniversário da cidade no fim do mês de abril.

Quanto aos aspectos físicos, a localização do município de acordo com o Código Municipal Nº 03569, está situado no vale do Rio Preto da Eva, à altura do km 80 da Rodovia Estadual AM-010 (Manaus-Itacoatiara), com área territorial de 5.591 km², representando 0,36% da área do Estado do Amazonas.

Segundo o IBGE (1996), o Município de Rio Preto da Eva foi desmembrado dos municípios de Itacoatiara, Manaus e Silves constituído pelo distrito de Rio Preto da Eva, e têm seus limites assim definidos:

Com o Município de **Itapiranga**: começa nas cabeceiras do Igarapé Tucumanduba, no divisor de águas dos rios Urubu-Uatumã; este divisor para Sudeste, até alcançar sua interseção com o divisor de águas dos igarapés Lindóia-Bolha.

Ao Leste com o Município de **Itacoatiara**: começa na interseção do divisor de águas dos igarapés Lindóia-Bolha com o divisor de águas dos rios Urubu-Uatumã até o divisor de águas Iga.

Ao Sul com o Município de **Manaus**: começa no Rio Preto da Eva, subindo por sua linha mediana até alcançar a confluência do Igarapé Itucumã; este igarapé, por sua linha mediana, até alcançar suas cabeceiras; o paralelo dessas cabeceiras, para oeste alcança sua interseção com o igarapé Jatuarana, subindo por sua linha mediana até alcançar suas cabeceiras, no divisor de águas Rio Preto da Eva / Puraquequara; para noroeste, até alcançar o divisor de águas de Rio Preto da Eva / Igarapé Tarumã; este divisor para noroeste, até alcançar sua interseção com a Rodovia BR-174; esta rodovia, no sentido do Território Federal de Roraima, até alcançar sua interseção com o rio Urubu.

Ao Oeste com o Município de **Presidente Figueiredo**: começa na interseção da rodovia BR-174 com o rio Urubu; este rio descendo por linha mediana até alcançar a

confluência do igarapé Mirim; este igarapé, por sua linha mediana, até alcançar suas cabeceiras, no divisor de rios Urubu/Uatumã; este divisor, para sudoeste, até alcançar as cabeceiras do igarapé Tucumanduba.

Os aspectos geográficos, conforme classificação de Koppen (1949) apud SEMAT (2008), o *clima* característico da região é tropical, quente e úmido. A umidade relativa do ar é sempre alta, principalmente nos meses de maior incidência de chuva. As médias de temperatura são de, no máximo, 32° C, e mínima de 25° C, com média de 28° C. Cartesianamente, situa-se na latitude sul 3°76, e, longitude 59° a oeste de Greenwich. Com altitude de 21 m acima do nível do mar e área territorial de 5.813 km² (IBGE, 2007).

A *vegetação* é formada por floresta tropical caracterizada pelo contato das formações pioneiras, com florestas densas que mostram um dossel uniforme com espécies arbóreas variadas de porte mediano e por vezes, interrompidas pela floresta aberta com palmeiras.

Predomina no município o *lato solo* argiloso, tendo algumas áreas presença de solo arenoso, o que, em muitos locais, limitam a capacidade de produção dos produtores do setor primário.

O *relevo* da área é representado, de maneira geral, como plano, com leve ondulação, contendo algumas planícies aluviais, periodicamente inundadas. A topografia é semiplana e o solo, de característica arenosa, apresenta elevado índice de permeabilidade.

O município, segundo a contagem da população feita pelo IBGE em 2007, está composto por 24.858 mil habitantes, concentrando-se 40% na área urbana e 60% na área rural.

Em relação aos aspectos econômicos, no setor primário, primeiramente na agricultura, a produção agrícola do município é baseada no cultivo de produtos cítricos, mandioca para o fabrico de farinha (seca, d'água, Uarini e de tapioca), oleicultura e hortaliças (culturas temporárias), seguidos da produção de banana, abacaxi, mamão, maracujá, pupunha, cupuaçu

e coco, destacando-se a produção de laranja. A hortifruticultura é bastante desenvolvida, voltada somente para o consumo doméstico.

A pecuária baseia-se na criação de bovinos, perfazendo um plantel de 4.500 cabeças para um grupo de, aproximadamente, 40 produtores rurais. A bovinocultura é mista, compreendendo entre gado de corte e gado de leite, com média de 180 kg/3 anos para gado de corte e extraindo de 6 a 8 litros de leite por animal.

Na pesca, a população, sobretudo as camadas de baixa renda, tem no pescado a sua principal fonte de alimentação. A aquicultura está se desenvolvendo em grande escala, tendo o tambaqui como principal peixe na piscicultura local, explorada nas águas dos igarapés. Projetos vêm sendo desenvolvidos por produtores em tanques e quintos submersos, as espécies mais cultivadas de alevinos colocados para crescimento e engordas são: Tambaqui; Jatuarana; Curimatá e Jaraqui.

Já na avicultura é voltada para a criação de galinhas poedeiras, contando atualmente com 38 mil aves e 108 mil dúzias de ovos/ano.

A extração de madeira é outra atividade tradicional no município. A exploração é feita tanto em toras, para as serrarias na região, como em moto serras, para a utilização de marcenarias e carpintarias. Secundariamente, figuram as extrações de diversas frutas regionais como: tucumã, buriti, piquiá etc., de acordo com o período de safra de cada um.

Órgãos de Apoio ao Setor Primário no Município de Rio Preto da Eva-AM:

- Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM)
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
- Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

O Setor Secundário é constituído por microempresas e atividades informais nas áreas de processamento de produtos regionais como: indústria madeireira - beneficiamento de madeira para a produção de móveis - e indústria alimentícia - fabricação de doces e compotas.

Já o Setor Terciário conta com vários estabelecimentos comerciais. A prestação de serviços destaca-se principalmente nos ramos do comércio, tais como: bares, restaurantes e hospedagem. Os quais ficam condicionados ao turismo de fim de semana, e ao trânsito de pessoas que utilizam a Rodovia AM-010 para o despenho das vendas de mercadorias.

O município apresenta uma economia relativamente baixa dada à circunstância da falta de investimento na área do setor industrial, e tem como fontes de renda complementar a folha de pagamento dos servidores públicos municipais, estaduais e federais, bem como a dos aposentados do INSS.

Dada a importância do turismo que se desenvolve no município e por complementar a renda da população local, dá-se destaque a atividade turística por ser à base de estudo da pesquisa.

3.2 A potencialidade turística do município

O turismo no município se desenvolve em pequena escala especialmente pela visitação de pessoas que se deslocam de Manaus e localidades adjacentes, em especial nos fins de semana, para usufruir das belezas naturais, como, os rios, igarapés e balneários.

Para uma melhor identificação das potencialidades do setor turístico de forma mais completa, buscou-se informações a partir do diagnóstico realizado pela empresa Creado de Consultoria (2005), contratada pela AMAZONASTUR, Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva-AM e o SEBRAE-AM, com a finalidade de ordenar as prioridades de ação e os projetos destinados à atividade turística.

Segundo a Createo (2005), o município de Rio Preto da Eva-AM, apresenta grande potencial para desenvolver o turismo por já estabelecer uma dinâmica própria motivada pela facilidade do acesso rodoviário e da proximidade com a Capital do Estado, Manaus. Isto se faz um fator muito positivo, devido às grandes distâncias entre os Municípios do Estado e os rios que muitas vezes são as únicas vias de acesso, o que dificulta e onera de forma generalizada a acessibilidade dos visitantes.

Com a presença do rio de águas escuras, o Rio Preto, que corta a cidade e dá origem aos balneários mais utilizados (01 público e 03 privados) fazem do município um destaque no cenário natural, assim como as matas e as cachoeiras.

Outros atrativos que se efetivam são as festas da laranja e do aniversário da cidade, e alguns eventos, além dos estabelecimentos de café regional, que confirmam o costume e a tradição amazonense, como o sanduíche de tucumã e as tapiocas. A origem destes estabelecimentos se deu para satisfazer as necessidades gastronômicas dos visitantes que buscam nos fins de semana os atrativos naturais e dos viajantes que passam pela Rodovia AM 010.

A forte produção agrícola de laranja, limão e abacaxi, demonstram também conforme Createo (2005) um grande atrativo, considerando, que o Município é o maior produtor de laranja do Estado, o que vem a fortalecer o produtor rural local. A piscicultura é outro setor significativo em evidência, com a crescente produção de tambaquis e matrinhãs, bem como a implantação da atividade da pesca esportiva.

A equipe de consultoria da Createo verificou a presença de algumas iniciativas das operadoras de Manaus para a prática de canoagem e a existência de projetos de desenvolvimento local, como o Projeto Flores da Eva, com 22 estações de produção de flores tropicais em funcionamento. E ainda, a descoberta de sítios arqueológicos em diferentes áreas

do município, um atrativo cultural relevante que se bem planejado poderá ser algo diferenciador para a localidade.

Entretanto, a empresa Createo (2005) ressalta os aspectos que comprometem o desenvolvimento do turismo no município, como a deficiência da infra-estrutura básica: energia elétrica disponível, água potável, comunicação eficiente (telefonia e internet banda larga), saneamento básico (esgoto e lixo); serviços indispensáveis para a qualidade de vida local e tem repercussão direta na qualidade do desempenho turístico. Uma vez que, precária também é a infra-estrutura turística: hospedagem, alimentação, transporte, agenciamento e sinalização.

Outro aspecto percebido pela equipe de consultoria da Createo foi a pouca percepção dos aspectos culturais, como o artesanato local, a música e as manifestações folclóricas. No caso do artesanato, há artesãos que expressam criatividade interessantes, que merecem atenção especial e tratamento diferenciado, principalmente se associados ao turismo. Quanto a pouca percepção da cultura local, a equipe concebeu que, *“a cultura em todas as suas formas de expressão representa a identidade do local e sua população está diretamente ligada ao turismo”* (Createo, 2005).

Destacam ainda que, é necessária uma atenção permanente com a estruturação dos fatores observados, e mais que isso, uma atitude constante e planejada, envolvendo o poder público, a iniciativa privada e em especial, os cidadãos locais na construção de projetos de desenvolvimento local que tenha o turismo como um vetor de desenvolvimento.

3.3 As primeiras ações em prol do TRAF no Município de Rio Preto da Eva

No intuito de desenvolver o turismo rural de base familiar nos municípios do Estado do Amazonas, o poder público assume papel fundamental quanto ao apoio, implantação e

fomento da atividade turística desenvolvida por proprietários ou produtores familiares. Esse apoio é viabilizado por intermédio de parcerias com as diversas instâncias do Governo e da sociedade civil organizada, destacando-se as representações dos agricultores familiares.

Essa articulação, no TRAF ocorreu no período de maio a julho de 2005, sendo realizada a parceria entre os órgãos: MDA, AMAZONASTUR, IDAM e as Prefeituras municipais.

No caso do município de Rio Preto da Eva – AM, as primeiras ações para integrar a Rede TRAF se deram inicialmente conforme visto anteriormente em 2005, na gestão do Prefeito Municipal, Senhor Anderson de Souza, que priorizou o turismo em sua administração e promoveu melhorias na infraestrutura da cidade para dar apoio a atividade turística.

Diante dos esforços e intuito para desenvolver o TRAF no município, em 2008 por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT), que devido à mudança política, atualmente tem a nomenclatura de Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SEMCTUR), efetivou-se as primeiras ações envolvendo a comunidade local.

Com essa finalidade de apresentar e preparar o município para integrar a Rede TRAF foi selecionado primeiramente, algumas propriedades de produção familiar localizadas na área rural do município com potencial para desenvolver o turismo rural e compor o arranjo produtivo do TRAF no 3º Salão de Turismo em 2008, bem como a intenção da futura inclusão no PNTRAF.

O Salão do Turismo é uma estratégia de mobilização, promoção e comercialização dos roteiros turísticos desenvolvidos a partir das diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil. Promovido pelo Governo Federal por meio do Ministério do Turismo, o evento apresenta o turismo brasileiro para quem quer viajar ou fechar negócios no comércio turístico.

O que se destaca no evento são os debates, palestras e a possibilidade de conhecer os casos concretos de sucesso turístico, trabalhos científicos e projetos relacionados ao turismo. A mostra de roteiros turísticos é o tema central do evento. É nesse espaço que os 26 estados e o Distrito Federal destacam o processo de estruturação de roteiros, seguindo a proposta da Regionalização de ampliar as ações centradas nas unidades municipais por meio de políticas públicas capaz de provocar mudanças e coordenar uma articulação de ações nas esferas local, estadual e nacional.

Dividido em diversos módulos de atividades como: Feira de Roteiros Turísticos, Área de Comercialização, Núcleo de Conhecimento, Rodada de Negócios e comercialização do produto turístico brasileiro, Missões Promocionais - Caravana Brasil (visitas técnicas de agentes de turismo/operadores) e Missões Promocionais - Press Trip (visitas técnicas de profissionais de imprensa nacional e internacional).

Destacaram-se essas informações para a concepção da dimensão e importância do evento que tem como característica principal, mostrar os roteiros turísticos estruturados a partir das diretrizes do Programa de Regionalização do turismo, apresentando não apenas os roteiros e as belezas naturais dos Municípios ou Estados participantes, mas, também, a produção associada presente nesses destinos. É por isso que o Salão do Turismo se sobressai como evento de grande repercussão, e abre espaço para as manifestações culturais, como a gastronomia, a agricultura familiar e o artesanato brasileiro. (Mtur, 2008)

E a participação do Município de Rio Preto da Eva-AM neste evento, a princípio, pode ser vista como iniciativa motivadora para a inclusão o turismo rural de base familiar.

Essa iniciativa promovida pela Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva - AM, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) em 2008, contribuíram certamente para um cenário positivo no alcance da inclusão do município no TRAF como a implantação do PNTRAF, cujas ações para formar o arranjo produtivo foram:

1. Verificação das propriedades com potencial para o referido segmento através de critérios básicos como: acesso, atrativo potenciais, equipamentos turísticos, equipamento de apoio e técnico. Foram identificadas primeiramente 12 propriedades possíveis para desenvolver o TRAF.

2. Reunião com os proprietários para a futura inclusão no programa.

Assim, se destacaram as propriedades admissíveis ao TRAF:

- Sítio Nova Jerusalém (Rodovia AM – 010, Km 126, Ramal Boa Sorte), proprietário: João Batista Evangelista da Silva.
- Sítio Bela Paisagem (Rodovia AM – 010, Km 128 Ramal da Manapólis), proprietário: Lucio Gonçalves Rodrigues.
- Sítio Olinda (Rodovia AM – 010, Km 128, Ramal da Manapólis), proprietário: Osmarino Nicácio da Silva.
- Sítio Aline (Rodovia AM – 010, Km 70, Ramal Francisca Mendes), proprietária: Suely Portela.
- Sítio São Francisco (Rodovia AM – 010, Km 113 Ramal do Procópio), proprietário: Raimundo Nonato de Souza Costa.
- Sítio Flamboyant (Rodovia AM – 010, 79 Ramal do Baixo Rio), proprietária: Alzira Leal da Silva.
- Sítio Boa Esperança (Rodovia AM – 010, Km 79 Ramal do Baixo Rio), proprietário: Manoel Inácio Pedrosa.
- Sítio Sonhando Acordado (Ramal do Alto Rio Comunidade São Benedito), proprietário: Agenor Muca.

3. Verificação dos tipos de serviços oferecidos e equipamentos disponíveis

- Sítio Nova Jerusalém (visitação).
- Sítio Bela Paisagem (visitação interpretativa / trilhas interpretativas).

- Sítio Olinda (turismo ecológico / trilhas cavalgadas).
 - Sítio Aline (visitação interpretativa).
 - Sítio São Francisco (visitação / ecoturismo / turismo de aventura).
 - Sítio Flamboyant (visitação interpretativa / degustação de produtos).
 - Sítio Boa Esperança (visitação / gastronomia / piscicultura).
 - Sítio Sonhando Acordado (visitação / piscicultura / gastronomia).
4. Participação do município de Rio Preto da Eva-AM no 3º Salão Brasileiro de Turismo, representando toda a Região Norte.
5. Elaboração de três roteiros envolvendo as propriedades rurais do município para que fosse selecionado apenas um para apresentar no 3º Salão de Turismo, no dia 17 de junho de 2008, em São Paulo, os quais foram:
- Baixo Rio / Alto Rio (Sítio Flamboiam / Sítio Boa Esperança / Sítio Sonhando Acordado);
 - Francisca Mendes (Sítio Aline / Sítio São Francisco);
 - Manapólis (Sítio Nova Jerusalém / Sítio Bela Paisagem / Sítio Olinda).
6. Dentre as 12 propriedades selecionadas *a priori*, que teriam potencial, estrutura e disponibilidade para desenvolver o TRAF, fez-se uma segunda seleção com a intenção de prepará-las para o programa de acordo com as suas diretrizes, as quais foram:
- Sítio Flamboyant
 - Sítio Sonhando Acordado
 - Sítio Nova Jerusalém
 - Comunidade Indígena Beija Flor
 - Ponto do Artesanato

7. Posteriormente foi feito um levantamento do que poderia ser aproveitado de material existente nas propriedades selecionadas para o trabalho paisagístico e apresentação do município no 3º Salão de Turismo, com ênfase no segmento de turismo rural de base familiar.
8. Assim foi realizado o trabalho de paisagismo nas propriedades (sempre procurando utilizar os recursos e materiais disponíveis das próprias propriedades).

Com o detalhamento dessas primeiras ações percebe-se a iniciativa e o interesse do município para desenvolver o TRAF.

Nesta perspectiva, a Coordenadora de Turismo Rural da respectiva Secretaria no ano de 2008, Márcia Jacqmont afirma que a participação do Município de Rio Preto da Eva-AM no 3º Salão de Turismo foi de grande importância, por ter a oportunidade de divulgar o potencial turístico das propriedades rurais do município, bem como fortalecer a capacidade empreendedora dos proprietários e incentivar o desenvolvimento do Turismo Rural de Base Familiar no Estado do Amazonas.

3.4 As propriedades rurais do Município de Rio Preto da Eva-AM e o Arranjo Produtivo Local apresentado no 3º Salão de turismo no ano de 2008.

A partir do relato exposto acima, foram estabelecidas, inicialmente, as propriedades que tem a perspectiva de desenvolver o TRAF no município de Rio Preto da Eva-AM, baseado na mostra do 3º Salão de Turismo no ano de 2008, totalizadas em cinco, conforme elencadas anteriormente.

Comunidade indígena Beija Flor - Situada na sede do município, aproximadamente a 5 km do centro e em um terreno de 42 hectares, onde residem cerca de 10 etnias indígenas diferentes que oferece como atrativos: artesanatos indígenas, danças e ritual típico, além de produtos de mandioca, plantio de ervas medicinal e hortaliças.

Ponto do Artesanato - Localizado à margem direita do Km 132 da Rodovia AM-010, o Ponto do Artesanato oferece variados produtos (artesanato rústico em geral) confeccionados de resíduos florestais, além de proporcionar a oportunidade de vivenciar a manufatura da arte pelo artesão.

Sítio Flamboiam – Situado na Rodovia AM-010, Km 78,5 - margem direita do km 3,5 do Ramal Baixo Rio, proprietária: Alzira Leal da Silva. O sítio Flamboiam tem acesso por via terrestre, em estrada não-pavimentada. Atrativos principais: floricultura e produção de mel.

Sítio Sonhando Acordado - Localizado à margem direita, no Km 03 do Ramal Alto Rio - Comunidade São Benedito, proprietário: Agenor Muca. Com acesso por via terrestre, em estrada não-pavimentada. Atrativos principais: piscicultura (‘pesque e pague’) e fruticultura regional com a possibilidade de almoço no local.

Sítio Nova Jerusalém - Situado na rodovia AM-010 km 126, margem direita, Km 1,5 do Ramal Boa Sorte, proprietário: João Batista Evangelista da Silva. Acesso por via terrestre. Atrativos principais: típico chapéu de palha, estação de floricultura e hortifruticultura, com opção de café regional.

A partir dessas propriedades buscou-se pesquisar a perspectiva do turismo rural de base familiar e a sua influência como atividade complementar de renda na vida dos proprietários e produtores rurais do município, percebendo a estrutura necessária para o desempenho do segmento e a inclusão no PNTRAF.

Com o desenvolvimento da pesquisa e o levantamento das informações a partir dessas propriedades, suscitou do pesquisador a obrigatoriedade de ir a campo para conhecer esses atores, suas ocupações e seus modos de vida, além de verificar a percepção dos mesmos quanto à atividade turística no meio rural.

3.5 Os agricultores familiares do Município de Rio Preto da Eva-AM que comporam o arranjo produtivo local formatado em 2008.

Nesta fase da pesquisa, foi utilizada a técnica de aplicação de formulário socioeconômico, para a obtenção de informações sobre o perfil das famílias que comporam o arranjo produtivo para o 3º Salão de Turismo na cidade de São Paulo em 2008 e passíveis de inclusão no TRAF.

Para isto, foi feito acompanhamento fotográfico, no intuito de captar imagens da forma de viver dos agricultores familiares e das mudanças ocorridas desde a produção do arranjo produtivo, além da utilização da técnica de observação direta intensiva para registrar informações que transcendem aquelas abordadas nos formulários. Tais instrumentos tiveram por objetivo dar suporte na compreensão de como se desenvolve a vida no espaço rural do Município de Rio Preto da Eva-AM na perspectiva do turismo rural de base familiar, para posteriormente, se efetuar a análise dos impactos gerados ou esperados com a implantação do PNTRAF.

Deve-se ressaltar, que das cinco propriedades envolvidas no arranjo produtivo, delimitou-se as que demonstraram maior envolvimento e interesse para o desenvolvimento do TRAF. Destacam-se as três que foram visitadas, Sítio Flamboiam, Sítio Sonhando Acordado e Sítio Nova Jerusalém.

As visitas realizadas a estas propriedades propiciaram a visão do universo desses atores que com muito desprendimento, luta e esforços trabalham dignamente para manter suas famílias por meio da produção familiar.

A compilação dos dados obtidos nas três propriedades por meio do formulário socioeconômico concedeu inserir informações nesse primeiro momento, faz-se relevante que o contato estabelecido com os pesquisados concedeu conhecer um pouco mais sobre a história

de vida de cada um, o que enriqueceu mais ainda a percepção do pesquisador quanto às expectativas desses atores para o turismo rural de base familiar.



Figura 01 - Localização das propriedades na Rodovia AM 010 propensas ao TRAF no Município de Rio Preto da Eva-AM que foram pesquisadas.

Fonte: Begnini, 2010

3.5.1 Sítio Flamboiam



Figura 02: Sítio Flamboiam

Autor: Begnini, 2010

O Sítio Flamboiam que tem como proprietária a Sra. Alzira Leal da Silva, Dona Alzira é conhecida também como D. Cataléia, apelido adquirido desde a infância, o que já predizia qual seria sua principal ocupação na vida. Pois Cataléia é o nome de uma bela orquídea lilás, e fazendo justiça ao apelido, Dona Cataléia, nos seus 63 anos, é uma produtora de flores tropicais, no sítio de 10 hectares, em sociedade com o esposo e um dos seis filhos.

Nascida em Tefé-AM, filha de agricultores, ela enfrentou a lavoura desde menina. Casou-se com agricultor e continuou na mesma lida, com a plantação de mandioca. Há três anos, com a ajuda do filho Antônio, técnico em agricultura, vislumbrou um novo negócio, mais leve, menos trabalhoso que a mandioca e mais rentável, as flores. Por enquanto, ocupa

0,5 hectares com a plantação de flores de corte, mudas para vasos e a manipulação do condimento coloral, retirado dos muitos pés de urucum do sítio. Além da produção de maracujá e do mel que também contribuem na renda familiar.

D. Cataléia comercializa toda a sua produção na própria propriedade para aqueles que vão pessoalmente atrás dos seus produtos e com os consumidores da sede do município, sua produção de flores de corte e envasados (plantas em vasos) são muito apreciadas e também vendidas na feira da Av. Eduardo Ribeiro, no Centro de Manaus, aos domingos.

Para chegar até Manaus (aproximadamente 80 km do Município de Rio Preto da Eva) para a venda de suas flores, D. Cataléia e seu esposo utilizam a condução disponibilizada pela SEPROR do município, ressaltando que paga R\$ 50,00 para o motorista da condução e divide o valor de 90 litros de diesel com os outros produtores que se deslocam também para a feira, geralmente entre dois ou três. Para se locomover no dia a dia até a sede do Município de Rio Preto da Eva-AM, a família utiliza uma motocicleta.

Importante destacar, que D. Cataléia faz parte da Associação Flores da Eva, que tem como Projeto a produção de flores tropicais, através do projeto é que foi possível entrar no ramo das flores de corte, isso foi exatamente há três anos, considera muito satisfatório a atuação da associação neste sentido. Atua ativamente também na Associação Comunitária Água Verde.

Muito orgulhosa do que faz, mesmo que com as dificuldades e com muita simpatia, D. Cataléia acompanha todos os que visitam sua propriedade para conhecer os canteiros das flores tropicais, como a Angélica, Àster e outras adaptadas à região, assim como, as plantações de frutas cítricas do Sr. Antônio, especializado no desenvolvimento de mudas. Em breve, pretende fazer um chapéu de palha para um melhor conforto dos que visitam a propriedade.

Infelizmente no período de setembro a novembro de 2009, teve um grande prejuízo, devido o assolamento do verão neste ano e a problemas técnicos com o sistema de irrigação, D. Cataléia perdeu toda a sua produção de flores de corte, dependo dessa forma das outras atividades que produz como o mel, as frutas e as mudas envasadas para manter o sustento da família e da propriedade. Atualmente está recuperando o que foi perdido, sem nunca perder a confiança que as coisas vão melhorar. Um exemplo de força, coragem e dedicação.

Consultada sobre a participação do arranjo produtivo que foi apresentado no 3º Salão de Turismo em 2008, D. Cataléia demonstrou entusiasmo com o turismo, preocupação para se adequar estruturalmente à atividade, pois entende que ainda não possui estrutura para receber os visitantes ou turistas. Mas compreende que a produção de floricultura e a paisagem contemplativa de sua propriedade são atrativas que podem ser aproveitados para o desenvolvimento do turismo rural. E define o que seria o turismo rural em sua visão, *“você recebe os visitantes que querem conhecer a propriedade, as plantações, tudo o que a gente produz. E nós temos a possibilidade de vender nossos produtos. E temos que receber muito bem também, porque assim eles gostam e voltam novamente.”*



Figura 03: Dona Cataléia na sua plantação “flores de corte”
Fonte: SEMAT, 2008.

3.5.2 Sítio Sonhando Acordado

O Sítio Sonhando Acordado, com 13 hectares, de propriedade do Sr. Agenor Muca de Souza, de 75 anos, é uma das propriedades com estrutura mais adequada ao TRAF, cuja participação até o momento da pesquisa já esta praticamente confirmada pelo IDAM.

Nascido em Benjamin Constant-AM, o Sr. Agenor, afirma que o seu sonho virou realidade, *“por isso continua sonhando acordado para realizar outros sonhos. Só gosta de sonhos acordados, pois, diferentemente do sonho dormindo, eles são planos e projetos que um dia se concretizam”*. Explicando sua colocação, pois como professor universitário imaginava ter um sítio após a aposentadoria, para receber os amigos nos finais de semana. Foi bem mais além, e há oito anos participa de programas de agricultura familiar do governo federal fazendo parte da Associação dos Produtores Rurais do Município de Rio Preto da Eva-AM.

No sítio, planta suas próprias hortaliças, cria aves, produz o seu peixe em tanques e barragens naturais e tem o prazer de mostrar aos visitantes a enorme variedade de seu pomar, uma variedade de pés de frutas diferentes, como açaí verde, araçá-boi, ata, taperebá e outras. Além da grande produção de abacaxi, produto comercializado, que chega a 60 mil pés.

Seu Agenor já recebe em sua propriedade, alguns visitantes interessados em conhecer a propriedade, as plantações, a produção de frutas e o açude de piscicultura que também utiliza como pesque-pague, muitos acadêmicos de turismo procuram o sítio para vivenciar um dia no meio rural. Por isso entre as propriedades propensas ao TRAF no município, o Sítio Sonhando Acordado está como o mais adequado.

A esposa, Dona Maria do Socorro Barroso, psicóloga e também professora, compartilha do mesmo sonho, cuida das plantas e flores que embelezam a propriedade e no preparo do almoço que pode ser servido aos visitantes que desejarem tal serviço. As opções

para este serviço pode ser o matrinxã, o tambaqui na brasa (ou o cará-açu, tambacu, jaraqui e outros) e a caldeirada de tambaqui, tudo feito com peixes criados no sítio, que podem ser pescados pelos próprios visitantes.

No futuro, já otimistas com o TRAF, o casal pretende ampliar a estrutura da propriedade para propiciar também a hospedagem em cabanas, espalhadas pela mata do sítio.

A participação do arranjo sem dúvida os motivou para desenvolver verdadeiramente o turismo rural, pois aos poucos por um processo espontâneo Seu Agenor foi recebendo amigos e visitantes para conhecer sua propriedade, nem se dando conta que estaria realizando uma atividade ligada ao turismo. Agora tem a percepção do que é o turismo rural e vai continuar o que já estava fazendo, só que com mais planejamento e estrutura mais adequada.

3.5.3 Sítio Nova Jerusalém



Figura 04: Sítio Nova Jerusalém

Autor: Begnini, 2010.

O casal João Batista da Silva, 40 anos, e Leda Maria Souza dos Santos, 44 anos, proprietários do Sítio Nova Jerusalém, de 31 ha apresentam um diferencial entre as três propriedades. Ambos possuem experiências profissionais com o turismo, ambos por meio da função de recepcionista e também no setor de cozinha em um dos hotéis da cidade de Manaus.

Na perspectiva de construírem algo junto e em busca de novos caminhos, resolveram experimentar a vida no campo. Filha de agricultores, D. Leda já possuía alguma intimidade com a lavoura, o Sr. João Batista foi descobrindo antigos segredos da terra como: aplicar adubação natural de esterco de galinha; fazer um preparado de acerola, carambola e outras frutas ácidas fermentadas por 15 dias, para substituir a uréia na adubação; e ainda macerar cravo da índia para inseticida.

Todos esses experimentos levaram a produzir sem agrotóxicos tudo o que plantam no sítio. O principal cultivo da propriedade são as flores tropicais e as de clima temperado (em estufas), comercializadas diretamente na propriedade, na sede do Município de Rio Preto da Eva-AM e na feira do CIGS aos sábados (quinzenalmente) e da Av. Eduardo Ribeiro aos domingos em Manaus. Para a subsistência e complementar a renda familiar também é cultivada mandioca (da qual produz a própria farinha), milho, pupunha e hortaliças diversas como alface, coentro, quiabo, maxixe, e frutas em pequena escala.

Com a possibilidade da participação do arranjo produtivo, gerou-se uma perspectiva para os mesmos no que diz respeito à atividade turística. A possibilidade de agregarem à sua unidade produtiva, serviços que atendesse a demanda turística que prevalece no município no fim de semana como é o caso do café regional, fez com que o Sr. João e D. Leda se empenhassem para oferecer um café regional de qualidade, onde poderiam mais uma vez praticar os serviços já absorvidos pela experiência com o turismo, mas com uma grande diferença, como protagonistas do seu próprio negócio.

E assim concretizaram a idéia, o Café Regional Flora da Eva, um quiosque à entrada do sítio na Rodovia AM010 no quilômetro 126 que logo chamou atenção pela forma do atendimento e a qualidade do serviço, uma vez que o Sr. João e D. Leda de acordo com a experiência vivida já possuem a arte de atender e servir os turistas. O Café Flora da Eva fez parte da Rota do TRAF (figura 01) no arranjo produtivo formatado em 2008.

Infelizmente, em 2009 um incêndio tomou conta do pequeno empreendimento do casal, e ocasionou a perda total do quiosque, pois a estrutura era toda de palha e madeira. O acidente de certa forma causou um desânimo no casal que sem muito apoio ainda não conseguiu reconstruir o que foi perdido. Desde então, o Sr. João e D. Leda continuam na produção de flores para o sustento da família.

A experiência com o café regional vivida pelo casal serviu para evidenciar a viabilidade do turismo rural na complementação de renda, consultados se a renda obtida foi relevante, nesse sentido, ambos garantem que obtiveram rendimentos suficientes e continuam ainda com a intenção de oferecer o serviço em um momento próximo, pois ainda não possuem recursos para a reestruturação do empreendimento. Outro fator também destacado é que o filho mais velho que ajudava no café regional, agora está ocupado em outra atividade, uma vez que precisam de mais mão de obra para atender a demanda do pequeno empreendimento. Todo o tempo do casal é voltado para a produção de flores, ficando o pequeno empreendimento como fonte complementar de renda somente nos fins de semana, o que requer envolvimento do filho para ajudá-los neste tipo de serviço.

Outro aspecto importante a registrar é que o Sr. João Batista faz parte da Associação Flores da Eva, e no momento atua como presidente da associação. O que concedeu a oportunidade de obter algumas informações a respeito.

Segundo o próprio João Batista, a associação surgiu motivada por um grupo de pessoas que já vendiam plantas na feira local do Município de Rio Preto da Eva que sem nenhum acompanhamento técnico e incentivo trabalhavam no ramo de floricultura. E assim foram convidados pelo Sr. Eduardo Castelo, então Secretário de Produção Rural (SEPROR) do município na época, juntamente com a Sra. Wanderleya do SEBRAE, gestora do Projeto de Floricultura de Manaus e seu Entorno perceberam o potencial dos pequenos produtores e

os convidaram a participar do projeto. Esses agentes tiveram a iniciativa de reunir as pessoas em questão para discutir o interesse e adesão ao projeto.

Dessa forma, foi originada a Associação Flores da Eva, a partir da concepção do Sr. João Batista. Realçando que a associação começou com 24 participantes e atualmente conta precisamente com 14 famílias envolvidas no projeto, sendo que, apenas cinco estão produzindo e vendendo efetivamente. Não se teve informação dos motivos por quais as outras famílias ainda não atingiram a mesma produção que o Sr. João Batista e sua esposa. Acredita-se que ainda estão em fase de implantação do sistema produtivo.

Importante registrar a partir do relato do Sr. João Batista, que a Associação Flores da Eva desenvolve o projeto de “flores temperadas”, flores “tropicais de corte” e “plantas ornamentais envasadas” cujo objetivo é capacitar o pequeno produtor, prepará-lo para o mercado, proporcionando assim melhoria de vida e renda para sua família. Atualmente tem o apoio da prefeitura do município com a disponibilidade de um caminhão para o transporte da produção para as feiras em Manaus, em contrapartida os produtores arcam com o combustível. Tem também o apoio do SEBRAE por meio de consultoria até o fim de 2010. Destaca-se que o banco do Brasil financiou os associados para o desenvolvimento dos projetos de floricultura no Município de Rio Preto da Eva-AM.

Consultado sobre as reais dificuldades enfrentadas pela associação desde que começou até hoje o pesquisado registrou que são várias, dentre outras, ressaltou a logística, pois tem o custo do combustível; o sinal de telefonia móvel ainda não disponível na área do Ramal Boa Sorte, realçando que essa falta ocasiona certo prejuízo na medida em que não tem como atender a negociação dos pedidos diretamente, fato este somente possível quando está na sede do município ou em áreas que recebam o sinal de comunicação; outra dificuldade apresentada é o capital de giro.

Um dos aspectos relevantes que a Associação Flores da Eva trouxe para a comunidade e os seus participantes bem como os benefícios provenientes realçam-se a confiança depositada na cultura de floricultura local, motivando e viabilizando a capacidade produtiva da população rural; o fornecimento do conhecimento técnico adquirido; a possibilidade de participação em visitas técnicas e feiras em outros Estados; a estrutura física já concretizada nas propriedades fornecendo o bem estar dos agricultores e sua família. Todos esses fatores foram expostos pelo próprio pesquisado.

Procurou-se obter essas informações a respeito da Associação Flores Eva porque esta forma de organização já estabelecida pode favorecer projetos futuros em relação ao TRAF, uma vez que o associativismo é fundamental para o segmento e estimulado pelas diretrizes do PNTRAF.

3.6 Análise dos procedimentos, potencialidades e limitações

De modo geral, os procedimentos propostos nesta fase da pesquisa obtiveram resultados gratificantes que possibilitaram uma maior compreensão do TRAF na realidade concreta do Município de Rio Preto da Eva-AM a partir da visão dos agricultores familiares que comporam o arranjo produtivo turístico em 2008 e na perspectiva da implantação do TRAF no Estado do Amazonas. Os procedimentos aplicados como o formulário socioeconômico, a técnica de observação e os relatos expostos nos concede tecer algumas considerações a respeito das primeiras iniciativas para desenvolver o segmento.

No universo das informações se percebe que a iniciativa do arranjo produtivo turístico, em um caráter positivo, propiciou perspectivas aos produtores familiares que mesmo ainda sem estrutura adequada para desenvolver o TRAF, mostraram afinidade com a atividade turística, capacidade criativa, otimismo e disposição em agregar em suas propriedades

serviços como a gastronomia e a hospedagem. Os atrativos em potencial percebidos para o desenvolvimento da atividade turística na área rural do município foi a atividade produtiva existente em cada propriedade, a paisagem contemplativa, o café regional, o sistema de trilhas ecológicas e o pesque-pague, verificados por meio da visita às propriedades.

As propriedades envolvidas no arranjo que foram pesquisadas fornecem informações que ajudarão a ter uma noção mais próxima do perfil do agricultor ou proprietário que tem vocação ou afinidade com a atividade turística no Município de Rio preto da Eva-AM. Assim, a composição familiar nestas propriedades é formada por apenas uma única família, ou seja, unifamiliar. Sendo o casal responsável pela renda familiar, a qual é proveniente exclusivamente do que é produzido ou cultivado na propriedade, todo o trabalho praticado para a realização da atividade produtiva na propriedade é exercida pelo próprio casal. Em uma análise voltada para o turismo, compreendendo uma demanda mesmo que em pequena escala, significa que para atender ou oferecer serviços turísticos em suas propriedades seria necessário contratar mão de obra local evidenciando uma das características do turismo rural como a geração de renda e trabalho.

As principais atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades são a fruticultura, a floricultura e a piscicultura, sendo que a produção de fruticultura é presente nas três propriedades, a floricultura em duas e a piscicultura apenas em uma no Sítio Sonhando Acordado. Para escoar a produção para Manaus, duas propriedades conforme percebido nos relatos utiliza condução disponibilizada pela Secretaria de Produção Rural - SEPROR do município e todas utilizam financiamentos de Instituições como a Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM, no caso do Sítio Sonhando Acordado para a produção de abacaxi e o Banco do Brasil financiando os projetos de flores de corte e envasados da Associação Flores da Eva para o Sítio Nova Jerusalém e Sítio Flamboiam.

Outro ponto observado é a receptividade e o atendimento cordial que os agricultores familiares prestam a todos os que se interessa em visitar as propriedades, isto é um fato muito positivo, essencial e imprescindível para a atividade turística. O que chamou a atenção na pesquisa de campo foi a confiabilidade que estes agricultores depositam no turismo e no entendimento da importância da atividade para o município, nos esforços necessários para o seu desenvolvimento e a sua participação nesse processo.

Essa percepção por parte dos agricultores familiares demonstra a motivação em prol de uma alternativa complementar de renda e na valorização da produção existente em cada propriedade, a existência entre suas atividades produtivas e o turismo é o elo que caracteriza a essência para o desenvolvimento do TRAF, o que comprova a possibilidade.

O interesse demonstrado na aceitação do TRAF faz com que os agricultores busquem se estruturar dentro de suas possibilidades para se integrarem à atividade. Uma questão observada é que todos têm a intenção de investir na atividade turística e agregar valor à produção existente, consultados sobre a capacidade de recursos próprios para isto, todos afirmam que necessitariam buscar recursos no sistema financeiro para realizar os investimentos necessários.

Ressaltando-se assim, as linhas de crédito disponibilizadas para o TR por meio do PNTRAF, mas também a limitação financeira individual dos pesquisados. Não se teve informações precisas quanto seria o valor disponibilizado às linhas de crédito para o TR e nem se estes proprietários teriam margem para conseguir tais financiamentos na condição individual. Talvez a criação de uma Associação de Turismo rural seria o mais apropriado para a realidade observada.

Neste sentido, se realça a importância da forma de organização por meio das associações e ou cooperativas para qualquer sistema produtivo. No âmbito do turismo rural esse tipo de organização é imprescindível para a concretização do segmento. Destaca-se que

das propriedades pesquisadas, dois agricultores participam efetivamente da Associação Flores da Eva, o Sr. João Batista e D. Cataléia, os quais se fazem dispostos e muito entusiasmados com o turismo rural. Isto favorece o município por evidenciar a articulação e integração da forma de organização já pré-existente, que poderá ser aproveitada em uma rede produtiva local voltada para o turismo rural.

A certeza de poder conciliar suas atividades de produção aos serviços turísticos é presente até mesmo porque os agricultores familiares percebem a demanda existente no município quanto ao turismo e a possibilidade de complementar a renda familiar por meio desta atividade.

Então, com as informações absorvidas durante a pesquisa pode-se afirmar que o TRAF no Município de Rio Preto da Eva-AM mesmo ainda em fase de implantação poderá ser sim uma alternativa real de renda para os agricultores familiares, e sua contribuição para o desenvolvimento local é diretamente proporcional visto que exige infraestrutura básica.

Nesse contexto, um desses fatores já viabilizado, conforme destacado pelos próprios agricultores nos ramais envolvidos pelo arranjo foi a melhoria física nos acessos dos referidos ramais, como a pavimentação e a rede de energia elétrica. Mas se percebe que ainda há muitas carências a serem resolvidas, como o sistema de comunicação, água, transporte, saneamento básico, dentre outras. No entanto, a capacidade empreendedora dos agricultores familiares e a disposição para fazer o que for necessário para a concretização do TRAF mesmo frente às dificuldades são visíveis.

O interesse demonstrado na participação nas oficinas de sensibilização e de educação ambiental realizadas pelos agentes responsáveis pelo processo de implantação do TRAF no Estado comprova o interesse dos agricultores familiares do município em se preparar para desenvolver o TRAF. Interessante registrar a consciência ambiental presente no cotidiano dos agricultores familiares em relação ao lixo produzido, por meio de coleta seletiva, tudo o que é

orgânico é aproveitado no preparo dos adubos necessários para a principal atividade produtiva da propriedade, os resíduos sólidos como os plásticos e papel são levados para a sede do município para ser reciclado. Essa consciência foi percebida em todas as propriedades.

Procurou-se levantar essas informações para se ter a noção sobre o perfil dos agricultores familiares bem como a estrutura das propriedades para a real viabilidade do TRAF. Em termos de infraestrutura, as propriedades precisam ser melhoradas e preparadas para desenvolver o TRAF, mas nada muito distante, falta mais comprometimento dos representantes oficiais de turismo e seus agentes para dar celeridade às ações pertinentes ao projeto do TRAF no Amazonas bem como capacitar e acompanhar tecnicamente esses atores que se fazem dispostos com a atividade turística.

Contudo, a experiência do arranjo produtivo vista como ferramenta para o desenvolvimento local gerou considerações positivas e negativas, positivamente, conforme se observou nos relatos expostos, serviu para perceber de como os agricultores vêem a atividade turística e as possibilidades que até então não tinham ainda percebido ser viável a estes. Pelo lado negativo, a experiência do arranjo promovido de acordo com a realidade observada demonstrou que a sua elaboração foi induzida a priori por motivação política visto que não havia articulação e integração dos agricultores familiares com a atividade turística até então na condição de um arranjo produtivo. Evidenciando a criação de um arranjo fictício.

O que levou a concluir tal situação nesse sentido é que não teve envolvimento dos agentes da iniciativa privada na formatação dos roteiros traçados, compreendendo assim que não se tinha na realidade concreta um arranjo nos moldes com foi apresentado. Aproveitou-se um eventual potencial que deveria ser planejado com mais cuidado e ser apresentado em um futuro não muito distante, para não cair na banalização de um modelo que se planejado de forma articulada, integrada e continuada, envolvendo todos os agentes necessários, como

sociais, políticos e econômicos tem tudo para ter êxito. Mas esta não foi a realidade percebida na elaboração do referido arranjo produtivo apresentado em 2008 no 3º salão de Turismo.

De acordo com as informações levantadas durante a pesquisa teve-se a impressão, porque não dizer, de uma “formatação virtual”. Que pode até existir no futuro próximo, pois conforme as ações implantadas até o momento acreditam-se ser possível o desenvolvimento do TRAF no município, mas da maneira como foi idealizado o referido arranjo não condiz com a realidade concreta e vivenciada pelos agricultores.

O aproveitamento das políticas públicas destinadas ao TRAF não significa apenas montar e apresentar o potencial do local, no caso, dos municípios, da produção familiar existente bem como dos recursos naturais e do seu aproveitamento à atividade turística aos Ministérios responsáveis por tais políticas. Pelo que se observa e compreende nos princípios e objetivos do programa destinado para o turismo rural, toda a articulação e planejamento das ações é bem mais consistente e viável para a consolidação do segmento, do que o que foi verificado na realidade, ou da forma como foi apresentado no 3º Salão de Turismo.

Em uma análise extrema, se pode afirmar que a construção do arranjo impôs de certa forma a obrigatoriedade aos agricultores de concretizar o que eles na realidade não tinham planejado, tendo que executar com os próprios recursos a estrutura mínima necessária para a concretização da “Rota do TRAF” planejada para o Município de Rio Preto da Eva-AM motivada para dar respostas e promoção política de imediato.

Para dar fundo às considerações levantadas a respeito dos arranjos produtivos procurar-se-á fazer uma análise a partir de conceitos que favorecem o modelo e realidades concretas ou experiências de êxito na atividade turística.

4 ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO TRAF NO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA-AM COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

O TRAF é um projeto presente no Brasil, evidenciado por meio de serviços que trazem benefícios socioeconômicos e ambientais, o qual está inserido nas políticas de fomento à agricultura familiar desde 2003. Assim, mediante a sua contribuição e incentivo ao desenvolvimento rural se verifica a sua importância. E o entendimento de suas dinâmicas de desenvolvimento se torna necessário ao passo que os agricultores ou proprietários familiares só absorvem e adotam suas características se houver um retorno econômico que garanta lucro.

Logo, a identificação e análise dos mecanismos de consolidação dos empreendimentos (propriedades rurais de pequena produção familiar) e sua efetiva sustentação econômica contribuem para a concretização dessa modalidade de turismo (TRAF), um dos mecanismos que se destaca nesse sentido, são os arranjos produtivos locais.

Este modelo de atividade produtiva está sendo priorizado atualmente pelas políticas públicas do país. Conforme observado nas ações do Município de Rio Preto da Eva-AM no ano de 2008 formatou-se um arranjo produtivo turístico para ser apresentado no 3º Salão de Turismo na cidade de São Paulo, evento realizado para mostrar os resultados das políticas públicas promovidas pelo setor de turismo nos Estados brasileiros.

Assim, este capítulo procurará discutir como a formação de um Arranjo Produtivo Local - APL pode vir a ser um mecanismo de influencia na implantação e consolidação do TRAF que está atrelado à necessidade de complementar a renda dos agricultores ou proprietários familiares, procurar-se-á fazer uma abordagem de como este modelo absorve a participação dos agricultores familiares na busca por um desenvolvimento local.

4.1 Os Arranjos Produtivos Locais – APLs como ferramenta e base para o desenvolvimento local

Dentre as atividades econômicas que têm auxiliado vigorosamente o desenvolvimento das áreas rurais, a que mais chama atenção são as pequenas e médias propriedades de produção familiar. Estas têm sido responsáveis pela geração de novos postos de trabalho, criação de associações e cooperativas locais e até mesmo a divulgação de marcas de qualidade de produtos fortemente vinculados aos seus territórios. A literatura aponta vários territórios que abrigam diversas particularidades em relação à forma de organização desse tipo de produção relacionada com o turismo onde se destaca os Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Nas atuais discussões sobre desenvolvimento local duas alternativas têm sido amplamente apontadas como possíveis soluções para se alcançar tal processo: o modelo de arranjos produtivos locais e o incentivo ao desenvolvimento da atividade turística.

E nesse sentido, Beni (2006) retrata que nos últimos anos está ocorrendo à formação de um impressionante consenso acerca da pertinência de transformar os arranjos produtivos locais em objeto prioritário das políticas do desenvolvimento socioeconômico. Esta tendência encontra fundamento em alguns elementos de aceitabilidade. No entanto, Beni chama atenção que como todo o consenso, corre o risco de resvalar para a moda e consequente banalização, por isso, é sempre conveniente checar os conceitos e verificar a racionalidade, alcance e possibilidade de eficácia.

A condição exposta acima pelo autor nos conduz a reflexão no âmbito dos arranjos institucionais que estão sendo motivados pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT) Roteiros do Brasil (BRASIL, 2004) sucessor do extinto Programa de Municipalização do Turismo (PNMT).

A estruturação do turismo, a partir de uma abordagem regional está sendo estimulado como fator de desenvolvimento endógeno pelo PRT. A fundamentação desse programa está na assimilação da noção de território como espaço e lugar na interação do homem com o ambiente, originando diversos modelos organizacionais de relacionamento entre a natureza, a cultura e os recursos naturais.

Conforme já citado, o PNTRAF está associado às estratégias de desenvolvimento do macroprograma que incentiva a formação de arranjos produtivos locais em potenciais pólos turísticos onde a noção do espaço territorial é expressa por *territórios rurais* conforme verificado na primeira parte do trabalho na caracterização do TR pelos Ministérios Mtur/MDA.

De acordo com as políticas públicas que norteiam o TRAF, registra-se o esforço do Município de Rio Preto da Eva-AM no ano de 2008 para se adequar às essas políticas. A formatação de um arranjo produtivo turístico local envolvendo os agricultores familiares, em uma visão superficial, demonstra a disposição e a perspectiva para o desenvolvimento do TRAF no referido município.

Contudo, essa iniciativa induzida pelas políticas públicas, nos leva a uma reflexão na realidade concreta. Ou seja, verificar a real viabilidade do arranjo produtivo formatado, seus efeitos para a atividade turística na agricultura familiar e em especial, na vida dos agricultores familiares do município conforme se mostrou anteriormente. Tomar conhecimento da visão desses atores, suas dificuldades, possibilidades bem como sua percepção e participação nesse processo é imprescindível para o desenvolvimento do TRAF no Estado do Amazonas.

Com essa finalidade, é relevante entender os conceitos que permeiam o modelo dos APLs, para poder traçar algumas considerações a respeito da realidade observada.

4.2 Os Arranjos produtivos locais: indo além dos conceitos e analisando a experiência do Município de Rio Preto da Eva-AM

O princípio trabalhado na implantação do TRAF no Rio Preto da Eva-AM primeiramente foi o APL, que visou interrelacionar as atividades produtivas e as de serviços turísticos em prol do desenvolvimento local. Essa iniciativa induzida por políticas públicas condiciona verificar conceitos que ajudarão tecer algumas considerações que poderão até contribuir com o TRAF em momentos futuros.

Partindo da noção dos eventuais pólos turísticos criado pelo Governo Federal no projeto “Roteiros do Brasil” e as ações institucionais conforme se mostrou ao longo do trabalho e o enfoque teórico dos arranjos produtivos como mecanismo para o desenvolvimento local verifica-se até que ponto a experiência desempenhada no Município de Rio Preto da Eva-AM na formatação de um arranjo produtivo constituiu-se numa estratégia de desenvolvimento para as áreas rurais do Estado do Amazonas e no resgate da agricultura familiar para a redução da sua exclusão socioeconômica. Nestes termos, cabe avaliar se a experiência, na forma como foi executada, contribui como referência nas discussões em torno de um projeto de desenvolvimento local ou rural.

Dessa forma, a partir dos conceitos de autores que contemplam a abordagem dos APLs se buscará fazer um paralelo com a realidade observada. Nesse intuito, para a RedeSist citada por Saraiva (2009), em termo geral, um arranjo produtivo local é uma aglomeração territorial de agentes econômicos, políticos e sociais focada em um conjunto específico de atividades econômicas que tenham vínculos, mesmo que incipientes.

O conceito exposto dá respaldo para uma visão analítica aos resultados da pesquisa, no caso da experiência do Município de Rio Preto da Eva-AM que aponta um arranjo produtivo incipiente apresentado em 2008 no 3º Salão de Turismo, porém que pode até ser promissor,

pelas perspectivas atuais do TRAF no país. O arranjo apresentado com enfoque na atividade econômica típica de produção familiar demonstra a capacidade produtiva do município e da motivação dos agricultores ou proprietários familiares em desenvolver atividades ou serviços ligados ao turismo. A interação dos agricultores familiares motivados pelo arranjo pode ser o vínculo necessário referenciado no conceito citado acima.

Contudo, apesar da percepção em um caráter positivo, criticamente, também se ressalta a noção de que o arranjo formatado no ano de 2008 foi de cunho político, pelo aproveitamento das políticas públicas, pois não teve envolvimento dos agentes da iniciativa privada, como as agências de viagem e transporte e demais atores sociais, os quais são fundamentais no processo de desenvolvimento da atividade turística mesmo de pequeno porte na formatação de produtos.

Por isso se pode dizer que o arranjo apresentado foi incipiente, porque as interações entre os agentes foram esparsas, limitado somente às parcerias governamentais. Entretanto, se considera o arranjo promissor porque há o desejo de vínculos mais estreitos que fortalecem a troca de informações e possibilitam formas de organização. A existência de um número significativo de produtores familiares no município propensos para constituir uma Rota de Turismo na Agricultura Familiar favorece a perspectiva do desenvolvimento local e do próprio segmento para a sua consolidação.

Em busca de uma referência conceitual mais detalhada, Poter (1999) define o *Arranjo produtivo local*, *sistema produtivo local* ou ainda *cluster* como termos utilizados para representar *aglomerados* de atividades produtivas, localizadas em determinado espaço geográfico, que possuem grande afinidade econômica e são desenvolvidas por empresas autônomas de pequeno, médio e até de grande porte, intensamente articuladas, formando um ambiente de negócios onde prevalecem relações de recíproca confiança entre as diferentes partes envolvidas.

O conceito de Poder nos mostra que empresas integradas em sistemas colaborativos de produção e inovação formam parcerias e alianças estratégicas, assim, empresas organizadas dessa forma estão em melhor posição competitiva do que aquelas que atuam de forma isolada. Nesse contexto não se pode esquecer e desconsiderar o papel do Estado, tanto na constituição da infra-estrutura básica, como no fomento aos projetos identificados de maneira participativa pelos agentes econômicos e outros atores sociais locais, no caso, os agricultores familiares.

Contudo, se percebe que a chave para o sucesso das políticas de desenvolvimento local não pode residir apenas na indução da construção de um arranjo sócioprodutivo e aguardar que a autodeterminação das populações locais seja suficiente para viabilizar um desenvolvimento autônomo e endógeno como foi verificado no Município de Rio Preto da Eva-AM.

A crítica cabe pela insuficiência e limites das estratégias adotadas para se alcançar o desenvolvimento local a partir dos arranjos produtivos, na crença de que ao constituir-se um arranjo sócioprodutivo local com capacidade de liberar as sinergias locais, o desenvolvimento dar-se-á de maneira autônoma e endógena por meio de um processo de geração espontânea.

Os conceitos destacados também demonstram que os arranjos produtivos se inserem nas economias dos países ou em qualquer região como mecanismo de motivação, cooperação e competitividade nos mercados nacionais ou globais. Saraiva (2009) aborda a importância do modelo nas economias em desenvolvimento. Utilizando as idéias de Poder (1999) ressalta que a busca de novos mercados requer vantagens competitivas, e nessa condição a globalização e a localização podem coexistir em complementaridade.

A afirmativa significa que isso não reduz o potencial do local frente à pressão da globalização, pelo contrário, valoriza e reforça os processos endógenos. Competir implica cooperação e complementaridade, gerando inovações e diferenciais competitivos, compartilhando informações, tecnologias, recursos e insumos. (SARAIVA, 2009, p.215)

No contexto das concepções destacadas se ressalta alguns fatores que contribuem para uma vantagem competitiva no ponto de vista dos APLs em relação à realidade do município em estudo, como a localização em uma região de grande relevância ambiental como a Amazônia que exerce forte influência global; proximidade privilegiada com a capital do Estado – Manaus com aeroporto internacional; estrada rodoviária totalmente asfaltada; potencialidade em recursos naturais e uma forte produção agrícola familiar. Todos esses fatores contribuem certamente na formatação de produtos diferenciados que poderão eventualmente se integrar num roteiro ou em ações segmentadas, como um arranjo produtivo local. O TRAF nesse sentido poderá ser um produto diferenciado com possibilidade de gerar produtos inovadores que podem e devem se complementar, criando dessa forma um ambiente com alternativas de cooperação.

Contudo, sob o enfoque de uma rede de relacionamentos em termo geral, conforme o diagnóstico da empresa Createo (2005) o perfil articulador e associativista dos empreendedores do Município de Rio Preto da Eva-AM ainda são pouco notados, pois a maioria dos empreendimentos não faz parte de associações ou instituições locais ou regionais, como associações comerciais, agências de desenvolvimento ou sindicatos. Esse aspecto é relevante no contexto dos APLs e do turismo, pois uma rede de relacionamentos organizada é a base do modelo de um APL e no turismo rural o associativismo é fundamental e motivado nas diretrizes do PNTRAF, na medida em que os produtos devem se completar permanentemente gerando atrativos diferenciados. Por outro lado, a existência de um bom relacionamento entre os empreendedores do município foi percebida pela empresa de consultoria, o que facilita a indução e o fomento de uma rede local.

Neste sentido, Saraiva (2009) destaca o pensamento de autores como Amato (2002) e Fairbanks (2000) em relação aos APLs, o primeiro reforça a necessidade do dever de inovar produtos, processos, serviços e formas de organização intra e interorganizacional, o segundo

respectivamente observa que as antigas vantagens competitivas cedem lugar a aspectos mais sutis como os valores humanos, conhecimento, criatividade e cooperação, sugerindo um novo modelo de relacionamentos e ambientes favoráveis ao espírito colaborativo para a consolidação efetiva dos arranjos produtivos. (SARAIVA 2009, p.216).

Saraiva (2009) salienta que em áreas urbanas e rurais, desenvolvidas ou não, os arranjos produtivos se formam em diversos setores, de pequenas e grandes economias, variando em porte, amplitude e desenvolvimento. Acesso a insumos, complementaridade, recursos humanos especializados e informações são fatores de produtividade. Nesse contexto, autores como Cassaroto, Dolabela (1999) e Haddad (2002) citados pela autora, esclarecem que os aglomerados têm mais chance de sucesso em pequenas cidades e regiões, onde existem vínculos sociais mais sólidos, ajuda mútua e solidariedade. Nesses ambientes emergem valores e princípios de cooperação para alcançar objetivos comuns.

O conceito aqui pode até ser visto como fator motivacional para a criação de um APL como no caso em estudo, por se desenvolver na área rural do Estado do Amazonas, a qual é muito pouco desenvolvida como um todo, mas com um grande potencial ainda a ser explorado mesmo frente às diversas dificuldades, como as de acesso, localização e logística, os produtores familiares demonstram força, capacidade e desprendimento na execução nas atividades produtivas. Visto por este âmbito as dificuldades poderão fortalecer os vínculos de cooperação para se alcançar objetivos comuns como se destacou os autores acima citados e promover o desenvolvimento local ou rural.

No contexto dos APLs, Beni (2006) afirma que o conceito de arranjo produtivo parece reunir características interessantes para a geração de sinergias, tão essenciais ao sucesso de uma iniciativa de desenvolvimento econômico e social para as áreas urbanas e rurais.

E ressalta um dos pontos que merecem atenção, o fato da origem de quase a maioria dos arranjos, no caso brasileiro e na atividade turística foi completamente autônomo por meio

do aproveitamento de vantagens territoriais que permitiram o surgimento de estruturas produtivas razoavelmente especializadas e com um número significativo de empresas. Quase nenhum desses processos foi baseado em políticas de incentivo público. A especialização regional verificada na grande maioria dos territórios foi consolidada antes de ter-se tornado objeto de atenção por parte dos agentes públicos.

Diante da concepção do autor verifica-se a diferença dos processos de formação de um APL originado espontaneamente e um induzido por políticas públicas. No primeiro caso, o aproveitamento dos territórios envolve as diversidades dos aspectos culturais e econômicos agregados a uma estrutura no mínimo pré-existente que favorece a formatação dos produtos desejados e diferenciados. Enquanto o induzido dependerá de todo um processo de formação e de práticas para alcançá-lo, levando em consideração as diferenças e particularidades de cada local, os resultados nem sempre serão os mesmos.

Beni “(2006) destaca o “Caminhos de Pedra” e a Rota dos Vinhedos” na Serra Gaúcha, exemplos de arranjos produtivos turísticos que obtiveram êxito e se consolidaram, mas que surgiram de forma espontânea sem intervenção ou indução de políticas públicas.

Os APLs nasceram em geral, à margem do Estado e o grande “benefício” que receberam foi provavelmente, o esquecimento por parte das estruturas de fiscalização tributária e trabalhista. Assim, o processo de adensamento empresarial surgiu sem a influência de distorções alocativas motivadas por políticas públicas, o que lhes conferiu a sempre desejada característica de resiliência, que é a capacidade de adaptação autônoma de uma estrutura, sistema ou mesmo pessoas às vicissitudes da dinâmica do mundo exterior (BENI, 2006, p.88)

Tais arranjos produtivos consolidaram-se a partir do colapso do desenvolvimentismo brasileiro nos anos 1960 e 1980, em meio à crise do modelo fordista e à crise fiscal brasileira e suas conseqüências óbvias sobre o emprego, com uma grande quantidade de pessoas deixadas sem alternativas de sobrevivência em postos de trabalho formais. Por sua iniciativa, com recursos próprios, sem crédito e sem orientação, essas pessoas começaram a organizar pequenas unidades produtivas, a grande maioria delas estritamente familiares, a partir de uma pequena concentração setorial, aproveitando alguma oportunidade existente no seu entorno. Nasceram enfrentando décadas de crise e taxas médias de crescimento inferiores a 2% ao ano. (BENI, 2006, p.88-89)

Assim Beni reforça que neste ambiente adverso, os arranjos produtivos geraram estruturas e canais de distribuição diversos e ocuparam o mercado, sempre mantendo elevado grau de flexibilidade.

Genericamente, a partir das experiências de êxito, delimitadas à atividade turística, como as que se sucederam na Região Sul citada por Beni, por mostrarem capacidade de superação às crises e as dinâmicas externas e deram uma nova possibilidade de desenvolvimento aos locais ou territórios rurais que se encontravam estagnados sem muitas perspectivas é que surgiram os incentivos e as políticas que induzem a criação dos APLs no setor de turismo, como se verifica nos programas em andamento no país e na realidade observada.

Percebe-se, a conformação dessas políticas quanto à utilização do modelo dos APLs, e o conceito de que este modelo pode ser aplicado ao setor do turismo, desde que feitas pequenas reformulações de maneira a adaptá-lo às particularidades da atividade. O turismo envolve amplas relações intersetoriais sendo necessário identificar, organizar e articular a sua cadeia produtiva para compor uma forma sistêmica. Este enfoque integrado colabora significativamente para o desenvolvimento de políticas administrativas e para o planejamento turístico.

Contudo, para incentivar a formação de arranjos produtivos turísticos é necessário primeiramente identificar a cadeia produtiva do turismo, que permite traçar um panorama da situação atual. Esse levantamento possibilita dimensionar os impactos diretos e indiretos do setor do turismo na economia local e verificar se há ocorrência de efeitos multiplicadores que contribuam para a sua expansão.

O que se observa nas políticas públicas que incentivam os arranjos produtivos, em um aspecto positivo, é o fato de buscarem a participação dos atores sociais para a elaboração do planejamento e implantação das estratégias, incorporando e superando na ordenação dos

arranjos produtivos locais a visão estritamente setorial do desenvolvimento. Isto demonstra aceitar que os vínculos de parceria, integração e cooperação dos setores geram possibilidades mais amplas de bem-estar às populações, contudo existem algumas questões que carecem ser vistas.

Uma delas é a forma de como vem sendo criados os arranjos produtivos na perspectiva do turismo a partir das políticas públicas, nesse contexto, é interessante relembrar o pensamento de Beni já citado *que como todo o consenso, corre o risco de resvalar para a moda e consequente banalização, por isso, é sempre conveniente checar os conceitos e verificar a racionalidade, alcance e possibilidade de eficácia.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações obtidas na pesquisa, observou-se que a experiência do Município de Rio Preto da Eva-AM por meio de um arranjo produtivo mesmo que induzido e sem características próprias de um verdadeiro “APL”, mostrou o potencial dos recursos naturais do município e o tipo de turismo que vem se desenvolvendo, um turismo caracterizado em pequena escala e com certa racionalidade de seus recursos, no qual a atividade turística ocupa papel de destaque por conseguir aglutinar questões econômicas, sociais e ambientais e revertê-las para a promoção de melhoria na qualidade de vida da população local.

Fato esse verificado por meio da infraestrutura ainda incipiente, mas que reflete a importância da atividade para o município. Conforme o exposto no capítulo três, nas primeiras ações do referido município se observa que o arranjo produtivo elaborado teve a priori a intenção de motivar a atividade turística no meio rural, incluindo os agricultores familiares que estariam dispostos a agregar em suas propriedades serviços turísticos ou no aproveitamento aos atrativos disponíveis, no caso, sua produção e/ou os recursos naturais. No entanto, de acordo com a realidade observada verificou-se algumas ações que carecem serem reavaliadas para não continuar no ciclo vicioso político, mostrar algo que na realidade não existe ou não rara vezes só no papel.

Para fazer justiça às estratégias do Governo Federal, a partir das políticas públicas disponibilizadas ao turismo, em particular ao TRAF, o Município de Rio Preto da Eva-AM conforme visto ao longo do trabalho criou uma “Rota do TRAF” virtual no ano de 2008 formatado como Arranjo Produtivo Local.

O município é privilegiado por recursos naturais, solo favorável a produção de culturas cítricas e flores tropicais, além da proximidade da capital Manaus, que absorve

grande parte de sua produção, todos esses fatores favorecem realmente ao desenvolvimento de arranjos produtivos que poderão ser muito eficazes na realidade, desde que planejado em princípios e experiências concretas.

A existência de um número significativo de produtores familiares na região do município pode até constituir uma Rota de turismo Rural, o que favorece essa perspectiva, é que se uma Rota verdadeiramente articulada e compatibilizada com as particularidades locais pode ser promissora por diversos fatores, dentre outros, pela localização geográfica, pelo potencial de mercado atualmente em expansão e pela proximidade de um aeroporto internacional, no caso Manaus.

Entretanto, embora esses fatores contribuam para um diferencial sob o ponto de vista turístico, e neste caso poderiam até se expor mais alguns, pelo fato do município estar localizado em umas das regiões mais visualizadas no imaginário do turista mundial, quando se fala na Amazônia, é que se deveria considerar que na estruturação e comercialização dos municípios enquanto destinos turísticos houvesse coerência entre o que se oferece e o que se divulga. Para não cair no risco de comprometer a imagem do próprio local e da região como um todo. Isso cabe em referência a apresentação do Município de Rio Preto da Eva como representante da Região Norte por meio de um arranjo produtivo turístico (fictício) com ênfase na agricultura familiar.

Com base nos conceitos expostos na abordagem dos APLs se verifica que o seu desenvolvimento pode ser estimulado a partir da base econômica envolvendo os aspectos culturais, políticos e sociais comuns atreladas às políticas públicas e privadas poderão regular e equilibrar esse processo de formação. Compreende-se que é possível consolidar um arranjo produtivo a partir dessas condições onde os empreendimentos mesmo de pequeno porte possam criar vínculos de cooperação, estabelecendo assim uma rede produtiva que poderá promover o desenvolvimento local.

Neste sentido, a criação de associação ou cooperativa asseguraria a sustentabilidade dos empreendimentos e a melhoria da dinâmica econômica local, estimulando a adesão de novos produtores. Em termo geral, um arranjo produtivo local devidamente estruturado intensifica e fortalece a interação, no caso em questão, entre agricultores ou proprietários familiares e as instituições envolvidas no processo, gerando condições favoráveis no uso das vantagens competitivas. Quando a atividade turística é organizada de modo sistêmico e integrada, os benefícios são tanto para as empresas (agricultores de produção familiar) quanto para os turistas e a economia local.

Considerando todo o potencial do Município de Rio Preto da Eva-AM para o turismo e os esforços na implantação do PNTRAF, descreve-se de forma generalizada, que o trabalho de campo e as informações colhidas durante a pesquisa nortearam as considerações expressa mesmo carente de estudos mais aprofundados, mas concedeu uma visão do real e dos possíveis efeitos da atividade turística no meio rural do Estado do Amazonas, algo ainda muito pouco explorado no meio acadêmico, realçando também que as experiências realizadas até o momento são também inovadoras na região e, portanto, passíveis de análises mais completas que certamente contribuiram para o desenvolvimento do turismo regional no Amazonas.

O trabalho foi pautado por um olhar crítico, analítico e criterioso, contemplando as possibilidades positivas das ações em prol do TRAF promovido pelos agentes Estaduais, Municipais e parceiros até a finalização da pesquisa. Um aspecto relevante neste sentido é a crença dos agentes responsáveis pelo projeto do TRAF no Amazonas, no entendimento de sua importância para o desenvolvimento turístico não só no aspecto econômico, mas também nas dimensões política, social e ambiental bem como os esforços de participação nesse processo e os investimentos em curso.

As ações coordenadas que vêm sendo desenvolvidas rumo ao PNTRAF e na infraestrutura necessária têm revelado não apenas a valorização dos locais (municípios), mas, sobretudo a vontade do Estado de se consolidar enquanto destino turístico. Esta percepção se deu por meio das visitas e entrevistas realizadas aos agentes responsáveis pela implantação do PNTRAF no Estado do Amazonas como também pelas informações absorvidas na visão dos agricultores familiares envolvidos no processo.

Entretanto, chama-se a atenção que o turismo rural se efetiva por meio da valorização das propriedades e seu potencial produtivo, sendo a diferenciação uma possibilidade de gerar produtos inovadores que devem se complementar, gerando alternativas de permanência no local, ou seja, na área rural. Neste sentido, a empresa de consultoria Createo (2005) registra que o diferencial que motiva a visita é a possibilidade de experiência proporcionada ao visitante. Assim, em um local onde a produção rural é praticamente focada na monocultura de cítricos, no caso do Município de Rio Preto da Eva-AM com destaque a produção de laranja e a piscicultura que vem se consolidando como segmento promissor, é preciso ter cuidado para não tornar a atividade do turismo rural em um produto linear, massificado e com atrativos repetitivos.

Com essa percepção, em posse das considerações de Createo (2005) é preciso verificar cada atividade e avaliar sobre a real atratividade e qualidade dos serviços oferecidos, principalmente no que se refere à segurança e a higiene. Por isso, sugere-se uma relação de parceria, de cooperação com todas as iniciativas que ofertam ou pretendem ofertar atividades ligadas ao turismo. Há uma tendência local de oferecer o mesmo tipo de gastronomia (um exemplo, o café regional) com cardápios iguais e preços iguais. Há de se considerar que existindo diversidades de serviços e produtos, maiores serão os fatores motivacionais e o diferencial competitivo do destino.

O projeto do TRAF no Município de Rop Preto da Eva-AM tem como um dos seus principais resultados a possibilidade de fortalecer a marca e a imagem dos agricultores familiares junto a um público diferenciado, produzindo mecanismos de distribuição alternativos e diretos por meio da produção já existente. Tudo o que foi realizado em prol do segmento é positivo e em uma visão conclusiva, considerando as análises realizadas na pesquisa realça-se que como toda política pública, corre o risco de persistir no entrave na esfera pública, a falta de continuidade do processo, isso em relação aos projetos e ações futuras, não se teve informações a respeito de quais seriam as próximas ações, neste contexto é imperativo o real comprometimento dos agentes políticos, sociais e econômicos para não deixar resvalar ao acaso e no não aproveitamento das potencialidades locais, como a capacidade empreendedora dos agricultores familiares e do turismo para a área rural do Estado do Amazonas.

Na concepção do professor Luiz Gonzaga Godói Trigo, professor da Universidade de São Paulo citado por Beni (2006), no processo de desenvolvimento, o turismo no Brasil alcançou uma elevada qualidade operacional e de planejamento apesar de que ainda existem muitos pontos a serem aperfeiçoados. E as políticas públicas são um desses tópicos que precisa ser fortalecido.

O Brasil, com sua vasta extensão territorial, apresenta evolução e complexidade completamente diferenciada no que se refere às políticas públicas em geral, em especial na que se refere ao turismo. Deve-se considerar que, em nível federal, apenas a partir de 1995, com a gestão profissional do turismo e, posteriormente com a criação do Ministério do Turismo em 2002, é que as políticas públicas da área foram mais bem reestruturadas. Poucos estados brasileiros possuem políticas consistentes, assim como poucos municípios atingiram níveis de excelência nesse campo.

Para o professor Trigo, é fundamental que se compreenda a estrutura das políticas públicas destinadas ao setor de turismo. No caso desta pesquisa, o PNTRAF para conhecer a possibilidade que o Estado Brasileiro colocou nesta primeira década do século XXI às unidades federativas. Isto é crucial quanto aos desafios, erros e acertos para, assim, podermos analisar os efeitos da atividade turística, e aqui, destinada ao meio rural amazônico, ainda com um grande potencial a ser explorado.

A inovação do turismo rural em algumas regiões como na Amazônia é algo muito diferenciador pela condição natural e geográfica (espaço físico/territorial e demografia). É preciso, portanto, uma visão analítica e crítica de programas ou projetos, mesmo que ainda em fase de implantação para verificar a realidade dos possíveis efeitos, positivos ou não, das políticas públicas do turismo para o meio rural da região, percebendo-se e concebendo a evolução do fenômeno turístico e sua contribuição no contexto regional, local e internacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mario (Orgs). Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. 2.ed. Campinas: Papirus, 2000.

_____; RIEDL, Mario. Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

AMAZONAS. Empresa Estadual de Turismo – AMAZONASTUR. Projeto de Turismo Rural na Agricultura Familiar no Estado do Amazonas, 2007.

AMAZONAS. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM. Jornal Eletrônico. Publicação Mensal, ano III nº 1, Jan 2010. Disponível em <http://www.idam.am.gov.br/noticiaInterna.php?codigo=208>. Acesso em Janeiro de 2010.

AMAZONAS. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM. Relatório Técnico das Experiências Exitosas nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo. Romualdo Ferreira Ramos, Articulador da Rede TRAF, Jan. 2010.

ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil: Perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. Revista Economia Aplicada 10(1): 75-89, Jan-Mar 2006.

BAHL, Miguel. Perspectivas do Turismo na sociedade pós-industrial. São Paulo: Roca, 2003.

BECKER, Bertha. In: Dilemas e Desafios para o desenvolvimento sustentável no Brasil/organizadores, Elimar Pinheiro do Nascimento e João Nildo Vianna - Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BENI, Mário Carlos. Política e planejamento de turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006. Série turismo.

BLANCO, Enrique Sérgio. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. Caderno Virtual de Turismo. FAPERJ. Vol.4, nº3. p. 44-49. 2004.

BLOS, Wladimir. O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural. In: Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Superintendência da Zona Franca de Manaus. Suframa notícias em 20.03.2008. Disponível In: http://www.suframa.gov.br/suf_pub_noticias.cfm?id=6093. Acesso em 15.02.2010

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional. Módulo Operacional V. Brasília, 2006. Disponível In: http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/Modulo_Operacional_5_Implementacao_do_Plano_Estrategico.pdf

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Turismo Rural: Orientações Básicas. Brasília, 2008. Disponível em http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Orientaxes_Basicas.pdf acesso em dezembro de 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural. Disponível In: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf

BUAINAIN, Antônio Márcio. ROMEIRO Ademar R. GUANZIROLI Carlos. Sociologias. Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez. 2003, p. 312-347.

CORIOLO (Organizadora), Luzia Neide Menezes Teixeira. O turismo de inclusão e o desenvolvimento local. Fortaleza: FUNECE, 2003.

COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd. (Coords). Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond; Tubinger, Alemanha: Geographischen Instituts der Universitat Tubinger, 2005.

CREATO, Oficina de roteiros. Consultoria. Relatório descritivo – Turismo Rural Rio Preto da Eva-AM. Outubro, 2005.

DIAS. Reinaldo; AGUIAR. Marina Rodrigues de. Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições. Campinas, SP: Alínea, 2002.

FERNANDES, Ovílio Bueno. Agricultura familiar brasileira: as bases históricas. Publicado em 05.10.2005. In http://www.fmb.edu.br/ler_artigo.php?artigo=44

FRANCO, Augusto de. Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Instituto de Política. 4ª Ed. Junho, 2001.

FROELICH, José Marcos. Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o “desenvolvimento”. In: Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Dados geográficos e estatísticos do Município de Rio Preto da Eva-AM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> e <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default.shtm?c=1>. Acesso em novembro de 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Fundamentos da Metodologia Científica. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; VIANNA, João Nildo (Orgs). Dilemas e Desafios para o desenvolvimento sustentável no Brasil - Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados 15 (43), 2001. p.83-100.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A agricultura camponesa no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Perspectivas no início do século XXI. In: O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Ed. Casa Amarela, 2004.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização. 5ª Ed. ver. e amp. São Paulo: Atlas, 2005.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma geografia dos camponeses. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

PERICO, Rafael Echeverri; RIBERO, Maria Pilar. Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005.

PORTER. Michel E. Aglomerados e competição: novas agendas para empresas, governos e instituições. In: Estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PRIMAVESI. Odo. Turismo Rural: Lazer, com volta do respeito às origens, e conservação da vida urbana. in: (Eco) Turismo e Educação ambiental – Diálogo e Prática Interdisciplinar. São Carlos: RiMa, 2007.

PROGRAMA NACIONAL DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR. Princípios Básicos. Disponível In <http://www.redetraf.com.br/r-rede-traf.asp> acesso em 13.02.2010.

RIO PRETO DA EVA (Município). Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – SEMAT. Aspectos históricos, físicos, geográficos, populacionais e econômicos do Município de Rio Preto da EVA-AM. 2008.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org). Turismo e desenvolvimento local. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

ROQUE, Andréia Maria. Turismo no Espaço Rural: um estudo multicaso nas Regiões Sul e Sudeste de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Lavras-MG. 2001.

RUSCHMANN. Doris Van de M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In _____. Turismo Rural e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Papirus, 2000. Coleção Turismo.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. Estudos Avançados. 15 (43), 2001. p.75-82.

_____. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. 2.ed. Garamond, 2000. Rio de Janeiro, 2002.

_____. Dilemas e Desafios para o desenvolvimento sustentável no Brasil. (Orgs) Elmar Pinheiro do Nascimento/João Nildo Vianna - Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SALLES, Mary Mércia G. Turismo rural: inventário turístico no meio rural. Campinas, SP: Alínea, 2003.

SANTOS, Alessandra Santos dos. O Turismo Rural sob a perspectiva do “Novo Rural”: uma análise das políticas públicas para o setor nos Estados brasileiros. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Itajaí-SC. Balneário Camboriú, 2008.

SARAIVA, Fátima Elizabeth Brasil. Produção Orgânica de Alimentos: diagnóstico e perspectivas do arranjo produtivo no município de Pedro Leopoldo (MG). In: Agroecologia – um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SILVA, José Graziano da. O Novo Rural Brasileiro. Revista Nova Economia, Belo Horizonte. 7(1): 43-81 (maio de 1997).

_____. Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. Estudos Avançados 15 (43): 37-50, 2001.

SILVA, Christian Luiz da. Desenvolvimento Sustentável: um conceito multidisciplinar. 2005.

SILVA, José Graziano da; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul J. Turismo em Áreas Rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. 2.ed. Campinas: Papirus, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.18. Nº 51, 2003.

TULIK, Olga. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, A. (org). Turismo: desenvolvimento local. São Paulo, Hucitec, 1997.

VEIGA, José Eli da Veiga. Cidades imaginárias. São Paulo: Autores Associados, 2002.

_____. Nascimento de outra ruralidade. Estudos Avançados, maio/ago. 2006, vol.20, no. 57, p.333-353. ISSN 0103-4014.

_____; _____. VIANA, Andyara Lima Barbosa. (orgs). Turismo rural: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.



APÊNDICE A

Universidade Federal do Amazonas

Programa de Pós Graduação de Mestrado em Desenvolvimento Regional – PRODERE

FORMULÁRIO

1) Identificação
Nome: _____
a) idade: _____
b) Estado Civil: () Solteiro. () Casado.
2) Composição familiar
a) () unifamiliar – Quantas pessoas _____ () multifamiliar – Quantas famílias _____ Quantas pessoas _____
b) Tem filhos: () Sim () Não. Quantos: _____
c) maiores de quinze () menores de quinze () Quantos: _____
3) Dados gerais
a) Local do nascimento
Município: _____ Estado: _____
b) Nível de Escolaridade: Ensino Fundamental – () Completo – () Incompleto Ensino Médio – () Completo – () Incompleto Ensino Superior – () Completo – () Incompleto () outros _____
4) Dados sobre ocupação e renda
a) Ocupação: (o que faz?) _____
b) Renda mensal: () de 1 a 3 salários mínimos () de 3 a 5 salários mínimos () de 5 a 10 salários mínimos () acima de dez salários mínimos
c) Principal responsável pela renda da família: _____
d) A renda familiar é proveniente exclusivamente do que é produzido ou cultivado em sua propriedade? () sim () não () outros rendimentos: _____
5) Informações sobre a produção desenvolvida na propriedade
a) O que é produzido em sua propriedade? () agricultura () pecuária () piscicultura () avicultura () artesanato () floricultura () outros: _____
b) Como a produção é escoada da propriedade? () condução própria () condução emprestada () condução alugada () condução coletiva () condução subsidiada por instituição pública () outros _____
c) Faz parte de algum financiamento? () sim () não Qual? _____
6) Informações sobre a atividade turística
a) Quais os atrativos que o Sr (a) julga ser aproveitável para o desenvolvimento da atividade turística em sua propriedade? () sua produção () paisagem contemplativa () pesque-pague () café regional () sistema de trilhas () balneário () serviço oferecido Tipo de serviço oferecido: _____
b) Quais os equipamentos turísticos que sua propriedade possui para dar suporte à visitação turística?

() pousada () chalé () quartos () casa () restaurante () outros Qual? _____
c) Em relação à mão de obra, de que forma, a sua propriedade esta preparada para atender a demanda turística? () boa () razoável () pode melhorar () capacitada () falta qualificação
10) Participação e organização comunitária
a) Tem alguma organização ou associação no ramo de sua produção ou atividade no município ? () sim () não Qual? _____
b) Participa ativamente desta organização ou associação? () sim () não
c) Quanto à atuação da organização ou associação considera como: () ótima () Boa () satisfatória () Insuficiente () Inexistente () Sem informação
d) Há envolvimento da organização ou associação representante junto ao TRAF até o momento: () sim () não () Sem informação

Informações a observar sobre a propriedade:

a) Área Quantos hectares: _____ Área construída: _____ Área plantada ou utilizada para a produção: _____
b) Estrutura () madeira () alvenaria () outros _____ Tipo de propriedade: () sítio () fazenda () comunidade indígena em reserva ambiental () comunidade indígena em propriedade privada

FORMULÁRIO No. _____ ENTREVISTADOR: _____ DATA: _____
--

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM AS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS NO PNTRAF

O objetivo é obter informações mais precisas sobre o desenvolvimento da parceria existente entre as instituições públicas e privadas na implantação do Programa.

INSTITUIÇÃO:

CARGO OU FUNÇÃO:

1. Qual a participação da instituição no PNTRAF?
2. A partir de quando se deu as ações da instituição pertinentes ao PNTRAF?
3. Quais as ações ou projetos são previstos pela (Instituição) para dar continuidade ao desenvolvimento das atividades destinadas ao produtor rural para fortalecer o turismo de base familiar?
4. Quais os principais objetivos e metas dos projetos desenvolvidos pela instituição ligados ao PNTRAF? (ações)
5. De fato, quais destes já foram atingidos?
6. No decorrer da implantação do PNTRAF até o momento, quais as dificuldades detectadas, no caso, se houver que poderão comprometer o bom desempenho do programa?
7. De acordo com o Plano Nacional de Turismo, o PNTRAF foi criado em 2003, exatamente há seis anos, e até o momento ainda não foi executado completamente, ao que se deve o atraso para o cumprimento das metas ou objetivos traçados pelo governo federal (instituições locais), no que se refere à função da Instituição dentro deste contexto?
8. Tem apoio ou incentivo de alguma empresa privada, mesmo que de forma indireta para a execução dos projetos ligados ao PNTRAF?